UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ADRIANA DAS GRAÇAS DE PAULA

**Pensar a democracia: o Movimento Feminino pela Anistia e as Mães
da Praça de Maio (1977- 1985)**

São Paulo
2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Pensar a democracia: o Movimento Feminino pela Anistia e as Mães
da Praça de Maio (1977- 1985)**

Adriana das Graças de Paula

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Profa. Dra. Gabriela Pellegrino Soares.

São Paulo
2014

NOME: PAULA, Adriana das Graças de

TÍTULO: Pensar a democracia: o Movimento Feminino pela Anistia e as Mães da Praça de Maio (1977-1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

Para que este trabalho pudesse ser realizado, contei com apoio de pessoas fundamentais.

Por isso, agradeço em primeiro lugar, aos meus pais, Jadir e Catarina, pelo carinho, pelas palavras de incentivo, muitas das quais tiveram que ser dadas à distância, e pelos exemplos de superação, de alegria e de dignidade que marcaram a minha vida. Sou grata também ao companheirismo de minha irmã Alessandra.

À professora Gabriela Pellegrino Soares, agradeço especialmente, por ter me conduzido neste caminho enriquecedor, iniciado em 2011, quando me matriculei como aluna especial em seu curso de Pós-Graduação. As leituras atentas, as observações precisas e pertinentes e a confiança sempre estiveram presentes em nossos encontros. Obrigada, professora, por ter acreditado neste trabalho!

Os meus sinceros agradecimentos aos professores Marcos Napolitano e Maria Helena Rolim Capelato pelas sugestões e pelos aportes teóricos apresentados no Exame de Qualificação.

Gostaria também de agradecer aos professores do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, particularmente a Rodrigo Patto Sá Motta, quem me incentivou a ingressar no mundo da pesquisa.

Ao professor Darío Macor da *Universidad Nacional del Litoral*, pelos seus conselhos e esclarecimentos sobre a história e a historiografia argentina, dados durante o meu intercâmbio naquele país.

Aos amigos do grupo de leitura da Universidade de São Paulo, que com suas perguntas, questionamentos e ideias contribuíram para tornar mais claro o meu pensamento.

Às diretoras das escolas públicas onde lecionei, pelo incentivo e pela colaboração essenciais para que eu pudesse organizar o horário a fim de contemplar a licenciatura, o estudo e a pesquisa.

Aos funcionários das instituições *Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora*, *Memoria Abierta*, *Asamblea Permanente por los Derechos Humanos*, *Biblioteca Nacional de la República Argentina*, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo Público Mineiro e o Instituto Edgard Leuenroth.

Aos amigos de longa data de Belo Horizonte e aos novos amigos de São Paulo que me brindaram nas diversas etapas desta pesquisa.

RESUMO

PAULA, A. G. Pensar a democracia: o Movimento Feminino pela Anistia e as Mães da Praça de Maio (1977-1985). 2014. 155f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

A presente dissertação de mestrado desenvolve um estudo comparado sobre os significados de democracia formulados pelo Movimento Feminino pela Anistia, no Brasil, e pelas Mães da Praça de Maio, na Argentina, durante a transição dos regimes autoritários, entre os anos de 1970 e 1980. Busca-se analisar de que maneira e por que razões os dois grupos passaram a tratar de democracia em seus discursos, identificando as relações entre os significados e as reivindicações levantadas por ambas as entidades durante a ditadura. O trabalho pretende também examinar o contexto em que essas ideias foram criadas, comparando com as perspectivas de democracia levantadas por outros grupos políticos e sociais, como os intelectuais. Trata-se, enfim, de investigar a articulação entre direitos humanos e democracia feita pelo Movimento Feminino pela Anistia e pelas Mães da Praça de Maio, reconstituindo o lugar desses dois grupos em um debate em que se definia a construção de democracia nesses países.

Palavras-chave: Movimento Feminino pela Anistia, Mães da Praça de Maio, direitos humanos, transição, democracia e intelectuais.

ABSTRACT

PAULA, A. G. Thinking about democracy: the Women's Movement for Amnesty and the Mothers of Plaza de Mayo (1977-1985). 2014. 155f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

This dissertation develops a comparative study on the meanings of democracy formulated by the Women's Movement for Amnesty, in Brazil, and the Mothers of the Plaza de Mayo, in Argentina, during the transition from authoritarian regimes, between the years 1970 and 1980. Seeks to analyze how and for what reasons the two groups began treating democracy in his speeches, identifying the relationships between the meanings and the claims raised by both parties during the dictatorship. The work also aims to examine the context in which these ideas were created, compared with the prospects of democracy raised by other political and social groups such as intellectuals. It is, finally, to investigate the relationship between human rights and democracy made by the Women's Movement for Amnesty and the Mothers of Plaza de Mayo rights, reconstituting the place of these two groups in a debate in which he defined the construction of democracy in these countries.

Keywords: Women's Movement for Amnesty, Mothers of Plaza de Mayo, human rights, transitional, democracy and intellectuals

SUMÁRIO

Introdução.....	9
 1- Brasil e Argentina: entre ditaduras, direitos humanos e transições.....	16
1.1 Ditaduras: violações de direitos humanos.....	16
1.2 A luta pelos direitos humanos.....	25
1.3 A luta pela democracia: os direitos humanos na transição.....	29
 2- Trajetórias: o Movimento Feminino pela Anistia e as Mães da Praça de Maio.....	32
2.1 O Movimento Feminino pela Anistia.....	32
2.2 As Mães da Praça de Maio.....	47
 3- A hora e a vez da democracia.....	70
3.1 Democracia e democratização: as novas perspectivas dos intelectuais latino – americanos.....	70
3.2 A questão democrática para os intelectuais brasileiros.....	76
3.3 A questão democrática para os intelectuais argentinos.....	86
 4- Pensando a democracia: Movimento Feminino pela Anistia e Mães da Praça de Maio.....	94
4.1 O Movimento Feminino pela Anistia: a vez da transição democrática.....	94
4.2 As Mães da Praça de Maio: a vez da transição democrática.....	116

Considerações Finais.....	139
Bibliografia e Fontes.....	141

Introdução

O Movimento Feminino pela Anistia, no Brasil e as Mães da Praça de Maio, na Argentina, configuraram-se como importantes movimentos de oposição às últimas ditaduras militares instaladas em seus países. A violência, as prisões arbitrárias e os desaparecimentos desencadeados pelo aparelho repressor e dirigidos contra os familiares se constituíram como fatores fundamentais para o surgimento desses dois grupos organizados e compostos por mulheres.

Ao longo da luta contra a ditadura, elas criaram estratégias, estabeleceram objetivos e divulgaram opiniões e ideias acerca dos principais acontecimentos da vida política e socioeconômica de seus países. Dentre esses fatos, a questão democrática, levantada inicialmente por intelectuais e políticos, passou a ocupar cada vez mais espaço nas declarações de ambos os movimentos.

Utilizando-se de seus canais de comunicação, como o boletim *Maria Quitéria*, do Movimento Feminino pela Anistia, e o boletim *Madres de Plaza de Mayo*, pertencente à entidade das mães argentinas, essas mulheres expuseram as suas concepções de democracia, estabelecendo as características desse regime político e os pontos fundamentais para que ele pudesse ser implantado e consolidado na sociedade.

A introdução da temática democrática nos comunicados desses dois grupos evidencia que a democracia não foi apenas definida e debatida por intelectuais durante a chamada transição política. Ela acabou sendo, também, tratada por outros grupos sociais que, aproveitando-se das mudanças introduzidas ao regime autoritário, começaram a organizar uma etapa de luta destinada a fazer da abertura política uma transição à democracia.

Em um contexto em que a democracia foi valorizada e requerida, é importante o levantamento das seguintes perguntas: como o Movimento Feminino pela Anistia e as Mães da Praça de Maio passaram a abordá-la em seus discursos? De que maneira as reivindicações defendidas ao longo da ditadura foram articuladas à questão democrática? De que modo ambos os grupos se apropriaram das concepções de democracia elaboradas pelos intelectuais e pelos políticos? Qual foi o impacto da nova dinâmica sociopolítica na construção desses significados?

Por intermédio dessas questões-problemas, este trabalho pretende analisar o Movimento Feminino pela Anistia e as Mães da Praça de Maio em perspectiva comparada. Busca-se compreender os significados de democracia construídos por esses

dois movimentos, identificando suas semelhanças e distinções e analisando os motivos dessas diferenças.

O recorte cronológico utilizado nessa pesquisa restringe-se aos anos de 1977 e 1985, momento em que o tema da democracia foi recuperado no universo intelectual e mobilizado, posteriormente, por forças políticas e sociais.

O ano de 1977 é o marco inicial da pesquisa, porque ao abraçar a Campanha pela Constituinte, o Movimento Feminino pela Anistia começou a tratar de democracia nos artigos publicados em seu jornal *Maria Quitéria* e nos discursos proferidos nas Câmaras Municipais e nas associações profissionais. Na Argentina, naquele mesmo ano, ocorreu a formação de um grupo de mães que passou a se reunir na Praça de Maio, em Buenos Aires, com único objetivo: conseguir informações sobre os filhos que estavam desaparecidos.

O ano de 1985 constitui o marco final da pesquisa por encerrar dois acontecimentos que marcaram o processo de redemocratização na Argentina e no Brasil e que, de certa forma, estão relacionados às lutas empreendidas pelas Mães da Praça de Maio e pelo Movimento Feminino pela Anistia: o Julgamento das Juntas Militares e as Campanhas das Diretas-já¹.

Apesar das diferenças temporais em que são formuladas e debatidas as ideias de democracia no Brasil e na Argentina, e dos regimes políticos sob os quais isso aconteceu, já que na Argentina o fim da ditadura ocorreu em 10 de dezembro de 1983², a escolha do recorte permite acompanhar a introdução e o desenvolvimento da questão democrática não apenas nos âmbitos intelectual e político, mas principalmente, nos discursos do Movimento Feminino pela Anistia e das Mães da Praça de Maio.

Objeto por excelência das Ciências Sociais, a democracia vem ganhando espaço nos livros e nos trabalhos acadêmicos de História. Esse interesse está, sem dúvida, relacionado à renovação da História Política, ocorrida a partir da década de 1960³. O eixo central dessa renovação decorreu do intercâmbio com a Ciência Política, especificamente, com a percepção de participação na vida política, compreendida como

¹ As Campanhas das Diretas-já ocorrem entre os anos de 1984 e 1985, momento em que o Movimento Feminino pela Anistia se apresentava fragmentado e seus núcleos praticamente desarticulados.

² Com o início do governo de Raúl Alfonsín, formaliza-se o período denominado de transição à democracia (1983-1989). No Brasil, esse período corresponde ao primeiro governo civil pós-ditadura (1985-1990).

³ FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova velha história: o retorno da história política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.10, 1992, p. 267.

“toda ação humana que produza efeito sobre a organização, funcionamento e objetivos da sociedade”.⁴

A mudança na concepção de ação política ajudou a restituir não só a democracia, mas também grupos sociais até então marginalizados pela História. Nesse caso, a democracia passou a ser entendida como um regime político que se constrói e se transforma de acordo com as ideias e práticas políticas de uma determinada sociedade.⁵ O desafio está em compreender e constituir os contextos temporal e espacial, as conjunturas e estruturas, os atores e os projetos políticos⁶ em que a democracia foi pensada e praticada. Enfim, trata-se de examinar as peculiaridades, identificando nessas as maneiras e razões pelas quais foram traçados os caminhos para a construção da democracia.

Atualmente, a História das Ideias se apresenta como um campo fecundo para o estudo da democracia, justamente por propor que as ideias sejam relacionadas aos ambientes históricos e culturais em que foram enunciadas⁷. Essa História tem por objetivo abordar o processo de produção, de circulação e de recepção que marcam as maneiras de pensar dos grupos sociais. Dada a natureza de seu objeto, ela se articula com a História Cultural e com a História Política, o que possibilita a abertura de um leque de temáticas pertinentes a esses diálogos. Uma delas consiste na análise das mudanças de opinião ou pensamento, em torno de ideias específicas, como a liberdade, a república e a democracia⁸.

Para esse enfoque, exige-se que se responda pelo menos três das seguintes perguntas: O que muda? Por que muda? Como muda? Essas questões são fundamentais para que abordagem ganhe uma dimensão histórica, rompendo com a noção de homogeneidade e recompondo os diferentes agentes que formularam as ideias, os

⁴ DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é participação política*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 10.

⁵ PRADO, Maria Ligia Coelho; SOARES, Gabriela Pellegrino; COLOMBO, Sylvia. *Reflexões sobre a democracia na América Latina*. São Paulo: SENAC, 2007, p.14

⁶ ANSALDI, Waldo (org). *La democracia en América Latina: un barco a la deriva*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2007, p.46.

⁷ Nesse sentido, as ideias são examinadas de acordo com a famosa expressão de Lucien Febvre: “filhas de uma época”. Abandonando-se, assim, a noção de ideias como algo “desencamado” de um contexto social. Sobre a trajetória da História das Ideias no decorrer do século XX, ver em: SOARES, Gabriela Pellegrino. História das Ideias e mediações culturais: breves apontamentos. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (Orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. São Paulo: Humanitas, vol.2, p.87-98, 2011; LOPES, Marcos Antônio. A história do pensamento político: dos grands doctrinnaires à história social das ideias. *Tempo Social*. São Paulo, 14 (2), p.113-12, out, 2002.

⁸ D’ASSUNÇÃO, José de Barros. História das Ideias: em torno de um domínio historiográfico. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 13, n.1, p. 203, 2007.

distintos significados atribuídos e as disputas travadas para torná-las reconhecidas. Tal abordagem se mostra profícua para o estudo da transição política, ocorrida nos países do Cone Sul.

A partir de fins dos anos 1970 e ao longo da década seguinte, esses países da América Latina, que estavam sob regimes ditatoriais, iniciaram o processo de transição política. Apesar da incerteza e de projetos políticos antagônicos que caracterizam esse momento político, nessas transições estavam em jogo propostas de democracia e também de constituição de uma vida comum, de uma sociedade democrática. Cumpria-se, como aponta o cientista político Norbert Lechner, “discutir acerca de um projeto, de um fundamento normativo por meio do qual as regras do jogo adquirem sentido e de um coletivo”.⁹

A importância de recompor esse momento como uma luta de ideias, de significados e de projetos elaborados por diferentes atores sobre a democracia possibilita examinar e restituir o lugar ocupado pelo Movimento Feminino pela Anistia e pelas Mães da Praça de Maio, relacionando esses dois movimentos sociais com outros atores partícipes da transição. O objetivo é identificar nos discursos elaborados, entre os anos 1970 e 1980, no Brasil e na Argentina, o modo pelo qual a democracia passou a ser imaginada e elencar as razões das diferenças e das semelhanças entre eles.

Os debates, nessa situação, passam a ser interpretados não apenas como situações de choques e disputas pela vitória de uma noção de democracia, mas também como um momento de reconhecimento e de apropriação de diferentes ideias, trazidas especialmente pelos intelectuais, sobre esse regime.

Particularmente na América Latina, em fins dos anos 1970, ocorreu uma valorização da democracia, concebida como um regime que melhor garantia a liberdade individual. Essa perspectiva de democracia se deu em oposição ao autoritarismo vivido sob as ditaduras militares que dominavam o cenário político de grande parte dos países latino-americanos.

Como observa Silvana Tótoro¹⁰, foi a questão democrática um dos fatores fundamentais que definiu a relação dos intelectuais com a política. Seus trabalhos passaram a focar as relações entre o Estado e a sociedade, gerando novas interpretações acerca dessa dinâmica e da forma como se apresentava e se desenvolvia em âmbito

⁹ LECHNER, Norbert. De la revolución a la democracia. Revista *Leviatán*, Madrid, n.21, out.1985, p. 35.

¹⁰ TÓTORA, Silvana. *A questão democrática no pensamento político da década de 1980*. 49º Congresso Internacional de Americanistas. Quito, julho, 1997.

político. Divulgando suas ideias em jornais, revistas, cadernos especializados, centros de pesquisas, conferências e congressos internacionais, os intelectuais promoveram uma reflexão teórica sobre a democracia e uma discussão acerca dessa temática.

A multiplicidade das análises sobre a transição e o regime democrático foram as marcas dessa produção. Nomes como os de Francisco Weffort, Fernando Henrique Cardoso, Marilena Chauí, Florestan Fernandes, Carlos Nelson Coutinho e José Álvaro Moisés, no Brasil, e de Guillermo O'Donnell, Liliana de Riz, Juan Carlos Portantiero, Oscar Moreno e Daniel Delgado, na Argentina, destacaram-se ao indicar os princípios essenciais para a construção desse regime em seus países.

Além dos intelectuais, a democracia foi sendo valorizada por outros setores da sociedade. Na Argentina, os partidos políticos tradicionais, como a União Cívica Radical e o Partido Justicialista, passaram, desde o fim das Guerras das Malvinas, por um profundo processo de renovação no quadro de lideranças e em seus valores, baseados na tolerância, no diálogo, nas diferenças e na pluralidade¹¹. No Brasil, a democracia foi sendo colocada em outra perspectiva pelos movimentos operários a partir das grandes greves de 1978. Tratava-se de compreendê-la como uma luta por “democratização interna das fábricas, justiça social e participação dos assalariados nas decisões sobre os processos de produção”.¹²

Recuperar as causas de algumas das diferenças e diversidade de ideias sobre a democracia corresponde, para este trabalho, a analisar como as reivindicações postas pelas Mães da Praça de Maio e pelo Movimento Feminino pela Anistia orientaram suas construções de significados de democracia. Consiste também em perceber de que modo suas experiências moldadas na luta contra a ditadura militar afetaram suas perspectivas em torno de um novo regime.

Enfim, trata-se de estudar os três principais momentos em que um grupo social se apropria das formações intelectuais de seu tempo a fim de construir um sentido e compor estratégias de ações. Cabe ressaltar que a apropriação não é uma simples cópia de ideias, mas um trabalho, uma transformação que envolve elementos (experiências, posição social, gênero, idade, etc.) a partir dos quais os indivíduos mobilizam aquelas ideias e constroem um significado próprio e diferente.

¹¹ ROMERO, Luis Alberto. *Sociedad democrática y política democrática en la Argentina del siglo XX*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004, p. 228.

¹² NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro: 1964-1985*. São Paulo: Atual, 1998, p. 72

Seguindo o caminho proposto por Roger Chartier¹³, esses momentos envolvem: a análise da interpretação; a identificação dos fatores que orientaram essa leitura e as práticas específicas produzidas. Especificamente, nos dois movimentos sociais propostos, essas práticas se constituem nos discursos emitidos nos boletins das entidades, nas cartas enviadas a políticos, nas petições e nos folhetos que marcaram sua forma de ação.

A partir do método comparativo e do campo histórico apresentados aqui, pretende-se situar esses dois grupos de mulheres e estudar sua participação num processo em que estavam sendo discutidos o significado de democracia e as novas bases e regras que orientavam a vida política e social das sociedades brasileira e argentina. Para isso, optou-se por desenvolver a presente dissertação em quatro capítulos.

O primeiro trata da situação dos direitos humanos durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985) e na Argentina (1976-1983). Busca-se fazer um breve exame acerca das diferenças e das similitudes entre os modelos repressivos implementados, registrar as principais violações cometidas e apresentar a atuação das entidades de direitos humanos, desde a instauração do regime autoritário até a transição.

O segundo aborda as trajetórias do Movimento Feminino pela Anistia e das Mães da Praça de Maio, enfatizando seus objetivos, as formas de organização, as ações, os processos de mobilização e as relações estabelecidas com o regime ditatorial e com outros grupos sociais. A redefinição das propostas e das reivindicações ao longo do embate contra a ditadura também é analisada. Pretende-se, assim, examinar a identidade construída por essas duas entidades a fim de perceber em que medida ela orientou a maneira pela qual ambos os grupos pensaram a democracia.

A questão democrática é o assunto do terceiro capítulo. São apresentados os aspectos comuns que orientaram o estudo e a reflexão teórica sobre a democracia e, claro, os princípios que foram mais valorizados entre os intelectuais argentinos e brasileiros.

O quarto capítulo pretende mostrar como as Mães da Praça de Maio e o Movimento Feminino pela Anistia passaram a construir a ideia de democracia em seus discursos, buscando identificar os elementos a partir dos quais esses grupos articularam a democracia e a defesa dos direitos humanos. Compõem também, como objetivos desse capítulo, reconstituir os diálogos e os debates estabelecidos com os demais atores

¹³ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p. 50.

sociais e políticos e examinar os meios de comunicação usados para divulgar as perspectivas de democracia.

1- Brasil e Argentina: entre ditaduras, direitos humanos e transições

1.1- Ditaduras: violações de direitos humanos

31 de março de 1964 e 24 de março de 1976. Nessas datas, um golpe de Estado derrubou os governos constitucionais de João Goulart, no Brasil, e de María Estela Martínez de Perón, na Argentina. A partir de então, iniciaram-se os regimes militares, que, à custa de manter “a segurança nacional”, desenvolveram um complexo sistema autoritário e repressivo.

Os golpes foram resultados de profundas mudanças nas sociedades, expressas em uma intensa divisão e radicalização ideológica. Inserida em um contexto marcado pela Guerra Fria, essa divisão foi potencializada. O embate entre as esquerdas e as direitas se consagrou em termos de um embate entre comunistas e anticomunistas.

O golpe contra o governo Goulart decorreu dessa conjunção de fatores, responsável por gerar a crise institucional. De um lado, a tentativa de programar uma série de reformas estruturais, denominadas reformas de base.¹⁴ De outro, grupos conservadores que, desde a década de 1950, conspiravam contra a política populista de Getúlio Vargas e de seus herdeiros, como o próprio João Goulart¹⁵. Para esses grupos, compostos por militares, grandes proprietários, políticos da direita, empresários e classe média, as medidas tomadas pelo governo indicavam o seu apoio às esquerdas. Agindo de maneira articulada, eles criaram dificuldades às aspirações do presidente, realizando campanhas negativas ao governo e rejeitando os projetos de reforma agrária que tramitavam no Congresso.

O rechaço ao projeto reformista tinha como causa principal o fato de ele buscar promover, a seu modo, a “democratização da cidadania e da propriedade”,¹⁶ indo, portanto, de encontro à estrutura autoritária e excludente, o que permitiu a esses grupos conservadores a manutenção de privilégios.

¹⁴ Constituída pelas reformas agrária, urbana, tributária e eleitoral. Além da Lei que regulamentava a remessa de lucros ao exterior das empresas estrangeiras.

¹⁵ A conspiração deu seus primeiros sinais já na posse de João Goulart em 1961. Militares e políticos da União Democrática Nacional (UDN) eram contrários à posse. A solução do impasse coube ao Congresso que aprovou o regime parlamentarista. Em 1963, esse regime foi recusado, por meio de plebiscito, e restabelecido o presidencialismo.

¹⁶ NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 17.

O auge da crise se deu nos primeiros meses de 1964, quando João Goulart intensificou os comícios de rua¹⁷, procurando a sustentação nas massas populares. O tom menos conciliatório do presidente fez soar o toque de ação, também mais enfático, da direita. A busca por manter o *status quo*, alimentado pelo medo do comunismo, foi o combustível para o golpe civil-militar. Iniciado no dia 31 de março, com um levante militar, o golpe foi concretizado em 02 de abril de 1964, por meio da declaração de vacância da presidência emitida pelo Congresso Nacional.

O golpe militar contra o governo de María Estela Martínez de Perón teve como elementos as crises institucional e econômica e a trágica violência política. Entre 1973 e 1976, a Argentina mergulhou numa escalada de violência, cujos precedentes se remetem à década de 1960. Nesse período, a ditadura militar (1966-1973) promoveu uma desarticulação do sindicalismo e buscou manter sob controle os setores considerados mais radicais, como os estudantes e os sindicalistas. Esses grupos acabaram liderando uma onda de protestos que teve como ponto máximo, o *cordobazo*¹⁸, uma mobilização que reuniu vários setores sociais e abriu o ciclo de agitação que se prolongou até 1975. Exatamente um ano depois do *cordobazo*, o grupo armado Montoneros sequestrou e assassinou o general Pedro Eugenio Aramburu. A ação inaugurou outros episódios de violência, realizados na década de 1970, e protagonizados por organizações armadas das esquerdas, como o Exército Revolucionário do Povo (ERP), as Forças Armadas Peronistas (FAP), as Forças Armadas Revolucionárias (FAR) e os Montoneros.

Entre 1973 e 1976, sob os governos constitucionais de Juan Domingo Perón e de sua esposa, conformou-se o que Marina Franco classificou de uma “espiral autoritária e repressiva”.¹⁹ Trata-se de uma intensificação das forças repressivas contras as organizações armadas e de ativação da lógica autoritária pelo Estado, cuja atuação se estendeu a vários setores sociais, cerceando as liberdades públicas. Ela pode ser dividida em três fases. A primeira delas, entre maio de 1973 e julho de 1974, foi marcada por atividades de grupos paramilitares da direita e grupos de choques pertencentes ao movimento peronista contra a esquerda armada desse mesmo movimento. Elas foram

¹⁷ O comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964 foi o evento paradigmático da esquerda. Dias depois, a direita organizou as Marchas com Deus pela Liberdade.

¹⁸ Ocorrido em 29/05/1969, na cidade de Córdoba. As reivindicações não se limitaram a questões laborais, atingindo assuntos referentes às relações sociais, à ditadura e ao controle exercido pelas instituições, como a Igreja e a família. Ver em: CAVAROZZI, Marcelo. El predominio militar y la profundización del autoritarismo. In: *Autoritarismo y Democracia* (1955-2006). Buenos Aires: Ariel, 2006, p. 37-65.

¹⁹ FRANCO, Marina. *Un enemigo para la nación: orden interno, violencia y “subversión”, 1973-1976*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012, p. 23.

realizadas durante o governo de Héctor Cámpora e a presidência de Perón (outubro de 1973 a julho de 1974). Um dos episódios emblemáticos desse conflito ficou conhecido como massacre de Ezeiza²⁰.

A morte de Perón e a subida ao poder de sua viúva María Estela Martínez de Perón inauguraram a segunda fase, momento em que cresceram as ações levadas a cabo por formações paraestatais, como a temida Aliança Anticomunista Argentina (*La Triple A*) e o Comando Libertadores da América, contra os grupos insurgentes e contra setores não ligados a organizações armadas. A tendência repressiva desses grupos paraestatais, apoiados por instâncias governamentais, como o Ministério do Bem-Estar Social, fez registrar um incremento do número de assassinatos, de sequestros e de explosões. Na esteira dessa violência armada, estiveram também os atos das organizações da esquerda revolucionária que selaram um clima de brutalidade e tensão no país.

A terceira fase correspondeu ao período de 1975 e março de 1976, marcada pela entrada e a consolidação formal, por meio de decretos²¹, das Forças Armadas na repressão. A crescente participação militar se deu em meio a uma profunda crise e uma decomposição política que se avançava. Aproveitando-se da inércia da presidenta e do caos institucional, da escalada repressiva posta em marcha pelo Estado e das ações dos grupos da esquerda armada, os comandantes do Exército Jorge Rafael Videla e da Marinha Emílio Eduardo Massera iniciaram a planificação do golpe²², executado no dia 24 março de 1976.

O regime militar no Brasil (1964-1985) foi mantido por um rodízio de ditadores. Cinco generais-presidentes sucederam-se na presidência²³. Na Argentina, uma junta militar²⁴ se instalou no poder, inaugurando o denominado Processo de Reorganização

²⁰ Ocorrido em 20 de junho de 1973, quando Juan Domingo Perón retornou a Argentina, após 18 anos de exílio. No aeroporto Internacional de Ezeiza, onde era esperado por uma multidão, grupos da esquerda peronista e da ala tradicional do movimento entraram em choque.

²¹ O decreto de fevereiro de 1975 permitiu a intervenção do Exército no denominado “Operativo Independência” para controlar o foco da guerrilha rural do ERP em Tucumán. Em outubro de 1975, foram assinados três decretos. Um deles, o de nº 2772, autorizava as Forças Armadas a realizar operações militares necessárias em todo o território nacional para o “aniquilamento do acionar subversivo”.

²² Em entrevista ao jornalista Ceferino Reato, o general Jorge Rafael Videla apontou a sua nomeação ao Comando do Exército, em 28 de agosto de 1975, o momento em que o golpe foi planificado. E indicou a recusa do presidente interino Ítalo Luder em substituir a presidenta, logo após o ataque dos Montoneros ao Regimento de Infantaria, em outubro de 1975, o impulso decisivo para o golpe. Ver em: REATO, Ceferino. *Disposición Final: la confesión de Videla sobre los desaparecidos*. Buenos Aires: Sudamericana, 2012, p. 185.

²³ Generais Humberto Castello Branco (1964-1967); Arthur da Costa e Silva (1967-1969); Emílio Garrastazu Médici (1969-1974); Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista Figueiredo (1979-1985).

²⁴ Composta pelos comandantes de cada uma das Forças Armadas. A primeira das quatro juntas se conformou com o general Jorge Rafael Videla, o almirante Emilio Eduardo Massera e o brigadeiro

Nacional (1976-1983). As ditaduras que atingiram os dois países mais populosos do Cone Sul guardaram paralelismos e distinções em relação aos objetivos, ao grau de institucionalização, à política econômica, aos métodos repressivos e às violações aos direitos humanos.

Para conter o avanço do comunismo e da subversão, conforme preconizava a Doutrina de Segurança Nacional²⁵, esses regimes implantaram um sistema de assassinatos, de desaparecimentos e de tortura, como procedimentos de investigação. Apesar de apresentarem esses aspectos comuns, os métodos de repressão acionados na Argentina e no Brasil ganharam características singulares, emergindo, assim, dois modelos repressivos.

Na Argentina, institui-se o que Pilar Calveiro denominou de “poder desaparecedor”.²⁶ O desaparecimento como forma de repressão política começou a se tornar usual a partir de 1974, por meio dos grupos paramilitares, durante a presidência de María Estela Martínez de Perón. Em 1975, como sugere Calveiro, surgiram as primeiras instituições ligadas a essa modalidade repressiva: os centros clandestinos²⁷. Além desses lugares, Marina Franco observa que a repressão, inaugurada em 1975, apresentou elementos essenciais para a segurança nacional, que foram sistematizados quando as Forças Armadas se instalaram no poder um ano depois. Tratava-se de uma “articulação entre violência, repressão, ação cívica, e psicológica”²⁸ com o objetivo de depurar a sociedade, reabilitando ou eliminando os agentes sociais mais nocivos.

“Fazer a limpeza” e “suprimir o câncer social” eram as expressões utilizadas pelos militares para extirpar os agentes “subversivos”, considerados responsáveis por desviar a Argentina de seus valores cristãos. Ao assumirem o poder, as Forças Armadas planejavam exterminar a subversão, mas tinham a consciência de que não poderiam

Orlando Ramón Agosti. A junta militar era o órgão supremo do Estado. O presidente da Nação, o executor das políticas traçadas por aquela.

²⁵ A constituição e desenvolvimento dos regimes autoritários instalados na América Latina entre 1960 e 1980 foram pautados nos conceitos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). De origem norte-americana, francesa e alemã, essa Doutrina abordou a guerra revolucionária como a nova estratégia do comunismo. Para vencê-la, era necessário adotar um novo conceito de guerra, a “guerra total”. Ver em: MARTINS, Roberto R. *Segurança Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

²⁶ CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 38.

²⁷ Calveiro denomina os centros clandestinos da Argentina de campos de concentração, devido a algumas semelhanças com os campos criados pela Alemanha nazista: modalidade repressiva do Estado, fragmentação das funções dos agentes, pulverizando as responsabilidades, e controle total sobre o prisioneiro. Porém, identifica diferenças entre elas: o isolamento, o imobilismo e o descarte da utilização dos prisioneiros como mão-de-obra, que caracterizam o modelo argentino.

²⁸ FRANCO, Marina. *Un enemigo para la nación: orden interno, violencia y “subversión”, 1973-1976*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012, p. 136.

realizar um assassinato público e massivo, sem que isso despertasse o repúdio e o isolamento internacional. Para eliminar os “irrecuperáveis”, a solução se assentava na repressão clandestina.

Desse modo, a partir de 1976, os desaparecimentos registraram um aumento considerável. Entre aquele ano e 1978, denominado de “triênio sombrio”, o fenômeno se tornou massivo. O esquema implementado pelos militares para o desaparecimento contava com quatro etapas: sequestro da vítima, transferência a um centro clandestino de detenção, torturas e extermínio.

O sequestro era realizado pelas forças-tarefa, com a abordagem da vítima nas ruas ou com a invasão de casas e locais de trabalho. Nessa etapa, geralmente ocorria o botim de guerra: roubo de objetos presentes nas casas das vítimas.

O centro clandestino era o local para onde se levavam os sequestrados. Segundo o Informe Final da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep), foi apurada a existência de 340 centros clandestinos, distribuídos por todo o território argentino. Embora seja utilizada a palavra “clandestino”, a maioria dos centros estava localizada nas instalações das forças de segurança, estando sob o controle e a operação desses órgãos²⁹.

Ao negar todas as informações sobre o destino do sequestrado, as autoridades ocultavam a existência desses lugares aos familiares e à opinião pública. O desaparecimento, portanto, ocorria nesse momento, na entrada da vítima ao centro clandestino. Ali o “preso perdia o nome e recebia um número ao qual deveria responder”.³⁰ O processo terminava quando o número era substituído pela sigla NN, utilizados para os cadáveres não identificados.

De acordo com Calveiro, estima-se que por esses centros tenham passado entre 15 e 20 mil pessoas, dentre as quais 90% foram assassinadas.³¹ Peça-chave na lógica repressiva, esses locais mais do que simples depósito de presos, serviam aos chefes militares um acesso rápido àqueles, que, submetidos a torturas, eram compelidos a dar informações importantes sobre os militantes e os grupos armados. Assim, os centros clandestinos alimentavam o círculo: detenção, cativeiro, tortura, informação, novas

²⁹ Os centros *El Vesubio*, *El Olimpio*, *Campo de Mayo* e *La Perla* pertenciam ao Exército. *El Atlético* estava subordinado à Polícia Federal; *Mansão Seré* à Força Aérea; *Escolade Mecânica da Armada* (Esma) correspondia à Marinha.

³⁰ CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 55.

³¹ *Ibidem*, p. 41.

detenções, e assim por diante, até que fossem destruídas as células que compunham as organizações armadas.

A tortura foi o método mais utilizado nesses lugares. Em quase todos eles, as vítimas foram expostas a golpes, asfixia e passagem de corrente elétrica. O principal objetivo era a obtenção de informações, mas também se buscava a “quebra” da resistência do indivíduo, anulando suas defesas e revelando toda a sua fraqueza e submissão. Após os interrogatórios, era decidido o destino dos prisioneiros.³² O extermínio era um deles. Nesse caso, os presos eram transportados para longe dos campos, e em seguida fuzilados, cremados ou lançados vivos de um avião em pleno mar ou no rio.

Segundo a Conadep, até 1984, 8.961 pessoas foram registradas como desaparecidas na Argentina, a maioria era trabalhadores (30,2%) e estudantes (21,2%), com idade entre 16 e 25 anos (43,23%), que haviam desaparecido durante à noite, após seus domicílios terem sido invadidos (62%).³³

No Brasil, o regime militar desenvolveu um método que combinava a violência policial-militar e os procedimentos judiciais. O ritual compunha-se de quatro fases: 1ª) investigação e interrogatório realizados, geralmente pelo sistema DOI-Codi, pelas delegacias e pelos departamentos das políticas estaduais, os Dops. O tempo de detenção do acusado era de 30 dias, sendo que por 10 ficava incomunicável. Durante o interrogatório o preso era submetido a diferentes tipos de torturas; 2ª) Inquérito Policial Militar, peça instrutória do processo judicial a ser enviada à Auditoria Militar. Eram recolhidos os depoimentos feitos no período da investigação e anexados aos autos do processo; 3ª) Casa de Detenção ou Presídio, lugares para onde eram transferidos os presos; 4ª) Auditoria Militar, a primeira instância da Justiça Militar, responsável por julgar os crimes de subversão, decidindo pela detenção ou pela liberdade provisória do acusado.³⁴

³² Ainda persistem muitas lacunas sobre essa fase da metodologia repressiva, pois a montagem desse quebra-cabeça pode revelar o envolvimento, o grau de responsabilidade dos agentes na ação. Em depoimento realizado em 20 de abril de 2010, o ex-general Santiago Riveros revelou que havia três alternativas: a liberdade perante a falta de provas de culpa; a colocação do prisioneiro à disposição do Poder Executivo; e o aniquilamento, quando se comprovava que se tratava de “terroristas”. Ver em: REATO, Ceferino. *Disposición Final: la confesión de Videla sobre los desaparecidos*. Buenos Aires: Sudamericana, 2012, p. 61.

³³ Dados recopilados do folheto da Federação Latino-americana de Associação de Familiares de Presos-Desaparecidos (FEDEFAM). Ver em: FEDEFAM. *Breve Informe sobre la situación de las desapariciones forzadas en la República Argentina*. Buenos Aires, 2011.

³⁴ FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J.A. de Granville (orgs.) *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997, p. 410.

Os processos judiciais permitiam que o preso político tivesse seu paradeiro monitorado, aspecto que contrastava com o modelo argentino. Porém antes de concluir que isso foi fundamental para impedir que no Brasil houvesse um grande número de desaparecimentos, é importante reiterar que a quantidade de vítimas processadas na Justiça Militar não foi tão expressiva³⁵. Além disso, nem sempre o ritual se cumpria. Como observa Marcos Napolitano, “a repressão tinha grande autonomia e liberdade de ação, havendo momento na direção do extermínio e desaparecimento”.³⁶

Esse momento, aliás, iniciou-se em 1971, com a consolidação do sistema DOI-Codi. A partir daquele ano, cresceu o número de centros clandestinos controlados pelo Exército, como a temida “Casa da Morte”, situada em Petrópolis, e o emprego de execuções sumárias e de desaparecimentos. A nova tendência ganhou força no combate à Guerrilha do Araguaia (1972-1974) e também às guerrilhas urbanas, quando os órgãos de repressão passaram a “sumir” com os corpos de militantes presos ou sequestrados.³⁷ Dentre as razões para a intensificação do uso desse método, pode-se apontar a vantagem de desobrigar as autoridades a dar qualquer tipo de informação e a chance de aumentar o clima de terror na sociedade e nos militantes da esquerda armada, desestimulando novas adesões e apoio a essas organizações.

Um aspecto que é importante destacar é a relação entre a situação dos grupos da esquerda armada e os desaparecimentos forçados como fórmula repressiva. No Brasil, as primeiras organizações revolucionárias surgiram a partir de 1965 e 1966. Os grupos que mais se destacaram, como a Aliança Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) passaram a existir a partir de 1968. O ápice de suas ações armadas, marcadas por expropriações, ataques a quartéis e sequestros de embaixadores, ocorreu no período de 1969 e 1972, resultado de uma avaliação feita por esses movimentos acerca da nova fase da ditadura, com a promulgação do Ato Institucional nº5, em 1968³⁸.

³⁵ TELES, Janaína de Almeida. Ditadura e repressão no Brasil e na Argentina: paralelos e distinções. In: CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 9.

³⁶ NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 138.

³⁷ KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 30.

³⁸ De acordo com Daniel Aarão Reis Filho, a promulgação do AI-5 alimentou as expectativas da esquerda comunista de que a ditadura estava acuada, sendo, portanto, o momento ápice para começar e intensificar as ações armadas. Ver em: REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 72.

De maneira diferente das organizações revolucionárias argentinas, que se constituíram antes da ditadura de 1976, os grupos brasileiros se formaram e se consolidaram durante a ditadura militar. A composição majoritária era de jovens da classe média, estudantes universitários. De forma geral, a reduzida base de sustentação, sobretudo operária e camponesa, e a brevidade desses grupos armados implicaram o acionar do desaparecimento pelos órgãos repressivos como uma intervenção rápida, sem a necessidade de prolongar o seu uso, como aconteceu na Argentina, que lançou mão de uma política de extermínio de massa de toda e qualquer dissidência.

O alto nível de extensão e de profundidade alcançado pela repressão daquele país estava ligado não apenas ao estágio elevado de incorporação das organizações armadas na sociedade, mas também da intensa e complexa rede de organizações coletivas, como os sindicatos, dominados em grande parte pelo movimento peronista. O objetivo das Forças Armadas argentinas era também destruir a sociedade política populista e uma economia regulamentada pelo Estado e pelas negociações coletivas. Enfim, visava-se à eliminação de uma estrutura que havia sido implantada no país desde 1930 e consolidada nos dois primeiros governos de Juan Domingo Perón (1946- 1955). Porém o caráter massivo da repressão argentina não deve sugerir que o plano traçado pelas forças de segurança tenha se sustentado na ausência de discriminações. O diagnóstico feito pelos militares os levou a identificar as áreas sindicais e estudantis como as mais relevantes e, portanto, áreas para as quais deveriam se destinar os maiores esforços.

A seletividade do modelo brasileiro, tanto em relação aos desaparecimentos quanto à identificação dos “inimigos”, esteve ligada ao que Maria Helena Moreira Alves denominou de “ciclos de repressão”.³⁹ Nessas fases, o alvo da repressão não foi sempre o mesmo, embora todos pertencessem à lista de “subversivos” dos militares. Ademais, o combate se dava, geralmente, a partir da associação entre a repressão policial e os atos de exceções emitidos pelas autoridades. O primeiro desses ciclos ocorreu nos meses imediatos ao golpe de 1964, tendo como objetivo eliminar os envolvidos em movimentos políticos e sociais no período antecedente a 1964, sobretudo durante o governo Goulart. Entre 1969 e 1973, levou-se a cabo o ciclo da repressão armada, seguida pelo combate de grupos da esquerda tradicional, como o Partido

³⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 3ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

Comunista Brasileiro (PCB), realizada entre 1974 e 1976. E, por fim, a repressão aos movimentos sociais de base operária que emergiram na cena pública entre 1979 e 1984.

Ainda que no Brasil houvesse essa discriminação, a luta “anti-subversiva” também atingiu centenas, milhares de pessoas, muitas das quais, além de presas, sofreram violentos maus tratos. Entre mortos e desaparecidos, são contabilizados 426 casos⁴⁰.

Se, na Argentina, o desaparecimento se instituiu como técnica de poder, no Brasil, houve a institucionalização da tortura. Não legalizada pela legislação de exceção, a tortura foi utilizada de forma sistematizada e enérgica, servindo tanto para a obtenção de informações valiosas como para a desagregação moral do suspeito⁴¹. Como observa Janaína Teles de Almeida⁴², de maneira distinta à Argentina, o objetivo final do “poder torturador”, na maior parte das vezes, não era a morte ou o desaparecimento.

A repressão foi uma das faces da máquina desenvolvida pela ditadura brasileira que contava também com um eficiente sistema de vigilância e de censura, capaz de produzir informações sobre indivíduos e grupos sociais, bem como controlar a criação artística, a circulação de opinião e de informações de interesse geral. Em relação ao sistema de vigilância, foi o responsável por alimentar o aparato repressivo. Tratou-se de uma rede que remodelou órgãos já existentes, como os Dops e o Centro de Informação da Marinha (Cenimar) e agregou novos elementos. No gigantesco organograma, o Sistema Nacional de Informações (SNI) ocupava o ápice, seguido de outros organismos de natureza informativa. Em 1970, foi criado o sistema DOI-Codi (Destacamento de Operações e Informações-Centro de Operação de Defesa Interna), visando ao combate das guerrilhas. De natureza informativa e operativa, esse sistema juntamente com as delegacias e os Dops compunham a parte mais visível e cruel da repressão brasileira.

De forma semelhante à situação argentina, o regime autoritário no Brasil se valeu entre a clandestinidade e a legalidade para constituir o seu sistema de coerção. No entanto, o grau de institucionalização do modelo brasileiro, expresso na instauração de

⁴⁰ TELES, Janaína de Almeida. Ditadura e repressão no Brasil e na Argentina: paralelos e distinções. In: CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 9.

⁴¹ Dentre os principais modos e instrumentos de tortura adotados pela repressão brasileira estavam: o pau-de-arara, o choque elétrico, o afogamento, a geladeira, a cadeira do dragão, o uso de animais e de produtos químicos e lesões físicas. Ver em: *Brasil: Nunca Mais*. 20ª.ed. Petrópolis: Vozes, 1987

⁴² TELES, Janaína de Almeida. Ditadura e repressão no Brasil e na Argentina: paralelos e distinções. In: CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 17.

leis, decretos, Emenda Constitucional, na permanência de rituais jurídicos contra o preso e na constituição de sistemas informativo e operativo unificados de abrangência nacional, atingiu um nível maior que o do argentino. Acrescente-se a esses dados o fato de a opção para os moldes ilegais e semiclandestinos ter atingido seu ápice, no Brasil, durante a repressão às guerrilhas. Depois dessa fase, como consequência de uma busca da institucionalização do regime político, houve a disposição das mais altas hierarquias militares ao desmonte desse aparato⁴³.

Na Argentina, a atuação dos grupos paramilitares acobertados pelo Estado era uma realidade desde 1974. Quando os militares chegaram ao poder, esse sistema ilegal e todos seus elementos operativos e táticos, sustentados na tortura, nos assassinatos e nos raptos foram aperfeiçoados e sistematizados. A ambígua relação entre legalidade e ilegalidade tinha nos desaparecimentos e nos centros clandestinos a sua maior representação. O que era ilegal estava perfeitamente inserido no arcabouço institucional, tanto em seu espaço físico como em sua emissão da ordem de aniquilar.

1.2- A luta pelos direitos humanos

A repressão acionada pelo regime militar no Brasil e na Argentina levou à formação e à intensificação de atividades dos movimentos de direitos humanos nesses países durante os anos 1970. Dedicando-se à defesa à dignidade humana, esses movimentos consagraram a solidariedade como elemento fundamental nas relações sociais. Suas modalidades de ação direta e o alcance de suas reivindicações, pautadas em valores éticos, morais e comunitários, transformaram-nos em importantes canais de participação na luta contra a ditadura.

Na Argentina, a maior parte das entidades de direitos humanos se formou a partir de 1975, no marco do aumento da violência e da ação repressiva do Estado. A Liga Argentina pelos Direitos do Homem, naquele ano, realizou as primeiras denúncias sobre a situação dos presos políticos, casos de desaparecimentos e de detenções. As reclamações foram divulgadas nos principais meios de comunicação do país, que anunciavam também as solicitações de familiares das vítimas. A publicação em jornais, como *La Nación*, *La Opinión*, *La Prensa*, foi um tipo de ação utilizada pelos outros organismos de direitos humanos, inclusive durante o primeiro ano da ditadura de 1976.

⁴³ NAPOLITANO, Marcos. 1964: *História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

Dentre os organismos de direitos humanos, a Liga Argentina pelos Direitos do Homem foi a pioneira no país. Criada em 1937, como uma iniciativa do Partido Comunista, a associação se dedicava a proteger os militantes políticos perseguidos e submetidos a violações. Em 1974, foi fundado o Serviço de Paz e Justiça (Serpaj). Sob a presidência de Adolfo Pérez Esquivel, a entidade se voltou para a defesa dos grupos minoritários. Durante a ditadura militar, orientou seus esforços a apoiar os familiares de vítimas da violência estatal. Entre 1974 e 1976, surgiram a Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos (APDH) e o Movimento Ecumênico pelos Direitos Humanos (MEDH). A primeira foi criada em 1975, dedicando-se a denunciar e a difundir os casos de violações, bem como a oferecer apoio e solidariedade às vítimas e familiares. Entre seus membros, havia importantes políticos e intelectuais, a exemplo de Raúl Alfonsín, Alicia Moreau, Oscar Allende e Emilio Mignone⁴⁴. O Movimento Ecumênico pelos Direitos Humanos foi estabelecido por grupos de religiosos de diversas igrejas em 1976.

Depois do golpe, surgiram entidades formadas por familiares afetados pela repressão. Além de receberem denúncias, elas desenvolveram estratégias para averiguar o que havia passado com os parentes e as vítimas em geral. Utilizando uma linguagem mais emotiva, destacaram-se pelo rigor de suas reivindicações. Os movimentos Familiares de Desaparecidos e Presos por Razões Políticas, Mães da Praça de Maio e Avós da Praça de Maio integravam esse grupo de direitos humanos.

Os Familiares de Desaparecidos e Presos por Razões Políticas foi a primeira associação composta de familiares das vítimas. Criado em setembro de 1976, centrou suas atividades na apresentação de *habeas corpus*, na visita a presídios e na busca pelos desaparecidos. Em 1977, um conjunto de mães decidiu se organizar para buscar informações sobre o destino de seus filhos desaparecidos. Dois anos depois, elas fundaram a Associação Mães da Praça de Maio. Desse grupo, surgiram, posteriormente, as Avós da Praça de Maio, que trabalhavam na busca das crianças apropriadas durante a ditadura.

As atividades em torno à violação dos direitos humanos ultrapassaram as fronteiras nacionais. Na Europa e nos Estados Unidos, exilados argentinos organizaram a Comissão Argentina de Direitos Humanos (CADHU) e o Centro Argentino de Informação e Solidariedade (CAIS). Organismos internacionais, como a Anistia

⁴⁴ Em 1980, Emilio Mignone criou o Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS), depois de se retirar da Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos.

Internacional e grupos de apoio da Holanda e da França, empreenderam campanhas de denúncias contra o governo militar argentino.

O movimento de direitos humanos no Brasil teve como um dos grandes protagonistas a Comissão Brasileira de Justiça e Paz, da Igreja Católica. Criada em 1969, com o objetivo de realizar estudos dos grandes problemas sociais, a Comissão passou a cumprir um papel especial de proteção dos perseguidos políticos, devido ao incremento da repressão militar. De abrangência nacional e localizada no Rio de Janeiro, iniciou ostensivamente suas atividades em 1971. Dois anos depois, começaram a surgir as comissões regionais. Uma delas, situada em São Paulo, sob a coordenação de dom Paulo Evaristo Arns, destacou-se na luta contra a tortura e os assassinatos dos presos políticos. Dentre as atividades fundamentais da Comissão de Justiça e Paz, pode-se citar a criação de uma rede nacional de advogados, visando ao assessoramento jurídico às vítimas.

Além de proteger as vítimas da repressão policial, a ação da Igreja Católica no Brasil, em especial a de dom Paulo Evaristo Arns, marcou por integrar a defesa dos direitos humanos à denúncia de violações provocadas pela desigualdade social. O grande abismo entre ricos e pobres, aberto pela política econômica do regime, acarretou à maioria da população grandes dificuldades de acesso à saúde, à alimentação e à moradia. Essa repressão social também era uma forma de desrespeito à dignidade humana. Sua abordagem fazia da luta pelos direitos humanos no País uma luta não só por liberdades civis, mas também por direitos sociais.⁴⁵

A atuação decisiva de membros da Igreja Católica, como dom Paulo Evaristo Arns⁴⁶ e dom Hélder Câmara, contra a violação aos direitos humanos, contrastou com a atitude de omissão de clérigos da Igreja Católica Argentina. Embora alguns religiosos⁴⁷

⁴⁵ Essa leitura sobre os direitos humanos foi reforçada a partir de 1978, com a emergência dos movimentos sociais populares. Ver em: INSTITUTO INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS. *Direitos Humanos: um debate necessário*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

⁴⁶ Ainda como expressão da luta pelos direitos humanos, o arcebispo de São Paulo coordenou o “Projeto Nunca Mais Brasil” que estudou a repressão exercida pela ditadura militar a partir de processos judiciais enviados ao Supremo Tribunal Militar entre abril de 1964 e março de 1979. A partir desse trabalho, realizado clandestinamente, foi publicado o volume *Brasil: Nunca Mais*, uma das primeiras denúncias documentadas sobre os crimes cometidos pela ditadura no Brasil. Ver em: Ver em: *Brasil: Nunca Mais*. 20ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1987; BAUER, Caroline Silveira. A produção dos relatórios Nunca Mais na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da construção da memória sobre a repressão. *Revista de História Comparada*. Rio de Janeiro, v.2, n.1, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/135/127>> Acesso em 12/04/2014

⁴⁷ Somente quatro clérigos de um corpo episcopal composto por mais de 80 religiosos denunciaram as violações. Foram eles: Enrique Angelelli, assassinado em 1976, devido a sua pregação, Jorge Novak, Jaime de Nevares e Miguel Hesayne. Esses dois integraram a Assembleia Permanente pelos Direitos

tenham adotado uma posição de denúncia da repressão ilegal e tenham feito parte de entidades de direitos humanos, a instituição daquele país manifestou seu apoio às Forças Armadas⁴⁸.

Durante o regime militar, destacaram-se também o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul e os movimentos de anistia. O Comitê foi criado em 1978, na cidade de São Paulo, por Luiz Eduardo Greenhalgh, Jan Rocha e Jaime Wright. Esteve vinculado à Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados, da Arquidiocese de São Paulo. O grupo orientou seus esforços na ajuda aos refugiados políticos vindos das repressões do Cone Sul: Chile, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, e na denúncia constante às violações dos direitos humanos ocorridas na América Latina. Em junho de 1978, foi publicado o primeiro número do boletim *Clamor*, pertencente à entidade. Além do boletim, editado em português, inglês e espanhol, o Comitê divulgou vários comunicados de imprensa, realizou seminários internacionais e elaborou folhetos, cartilhas e informes.

Os movimentos de anistia foram fundados ao longo da década de 1970. O Movimento Feminino pela Anistia foi pioneiro, surgindo no ano de 1975, em São Paulo. A partir de 1978, criaram-se os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) e se espalharam, pelo País, outras entidades em defesa da anistia ampla, geral e irrestrita a todos os atingidos pelos atos de exceção do regime. Heterogêneo, o movimento de anistia era composto por entidades que defendiam uma perspectiva reconciliatória, como o Movimento Feminino pela Anistia, e os que exigiam os esclarecimentos dos casos de violações e a responsabilização daqueles que as praticaram.

A luta pela anistia atingiu também o exterior. Os exilados brasileiros organizaram os Comitês de Anistia, espalhados em vários países da Europa. Dentre as ações mais importantes, registrou-se a realização da “Conferência Internacional pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e pelas Liberdades Democráticas no Brasil”, ocorrida em Roma, entre os meses de junho e julho de 1979.

Os movimentos de direitos humanos desenvolvidos no Brasil e na Argentina apresentaram características distintas, devido em grande parte às modalidades de violência adotadas nos dois países. Na Argentina, a diversidade de organizações

Humanos. Jorge Novak participou do Movimento Ecumênico pelos Direitos Humanos. Ver em: NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática*. São Paulo: Edusp, 2007, p. 129.

⁴⁸ Capelães militares integrados às Forças Armadas visitavam os centros clandestinos de detenção, realizando a confissão de prisioneiros antes de serem fuzilados e confortando os oficiais que participavam dos voos em que se lançavam os prisioneiros ao mar.

envolvidas, o destaque internacional e o desenvolvimento político que o movimento de direitos humanos alcançou foram consequências da grande quantidade de vítimas e da perversão do método escolhido pela repressão.

A atenção dada aos exilados e à situação dos presos políticos, submetidos a toda sorte de torturas, tornou-se uma das marcas do movimento de direitos humanos no Brasil, principalmente do movimento de anistia.

1.3- A luta pela democracia: os direitos humanos na transição

A partir de fins da década de 1970 e ao longo da década seguinte, países do Cone Sul, que estavam sob o regime autoritário, deram início à transição política⁴⁹.

No Brasil, o processo se iniciou em 1974, por meio da política de distensão do general Ernesto Geisel (1974-1979), passando pela política de abertura do governo do general João Baptista Figueiredo (1979-1985). Na Argentina, a transição começou com o agravamento dos conflitos internos da ditadura em 1981⁵⁰; intensificou-se com a derrota na Guerra das Malvinas e culminou, em dezembro de 1983, com a vitória de Raúl Alfonsín nas eleições presidenciais.⁵¹

Entre os países da região, a transição ocorrida no Brasil foi uma das mais duradouras. Foram necessários “onze anos para que os civis retomassem o poder e outros cinco para que o presidente da República pudesse ser eleito pelo voto popular”.⁵² A longevidade da transição brasileira esteve ligada ao projeto da facção militar. Ele tinha como objetivo a liberalização, ou seja, introduzir certas alterações no regime, sem que isso resultasse transformá-lo em seu oposto, a democracia.⁵³ Nesse sentido, foram

⁴⁹ Sobre o conceito de transição política. Ver em: BRANCO, Marcello Simão. *Democracia na América Latina: os desafios da construção (1983-2000)*. São Paulo: Humanitas, 2007, p. 27-28. CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, nov. 2005. O'Donnell, Guillermo. O'DONNELL, Guillermo. Notas para el estudio de procesos de democratización política a partir del Estado burocrático-autoritário. In: CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES (CLASCO). *Los limites de la democracia*. Buenos Aires, 1985, v.2, p. 172

⁵⁰ O presidente general Roberto Viola, após assumir o cargo em março de 1981, realizou uma série de mudanças com o propósito de efetivar a abertura política e de formar um partido da ditadura. Ver em: NOVARO, Marco; PALERMO, Vicente. *A ditadura militar argentina (1976-1983): do golpe de Estado à restauração democrática*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p. 470-471.

⁵¹ CAVAROZZI, Marcelo. *Autoritarismo y democracia (1955-2006)*. Buenos Aires: 2006, p. 72.

⁵² KINZO, Maria D'Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em perspectiva*. São Paulo, v.5, n.4, out-dez. 2001.

⁵³ O objetivo era realizar uma recomposição do sistema político que permitia a continuidade autoritária. Ver em: CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, nov. 2005.

realizadas mudanças para abrir ou ampliar o espaço de ação política, de maneira controlada, e reintroduzir direitos ou garantias individuais⁵⁴.

Ainda que as autoridades não tenham conseguido manter total domínio nesse processo⁵⁵, o grau de controle sobre a transição e sobre os principais temas que essa envolvia foi superior ao atingido pelos militares argentinos.

Com a derrota da Argentina na Guerra das Malvinas, o regime autoritário daquele país se decompôs, restando realizar a passagem do poder aos civis. Nesse caso, embora tenham feito negociações, os militares não conseguiram controlar todos os temas que faziam parte da agenda da transição. Uma delas, a mais polêmica, eram justamente os casos de violação de direitos humanos.

As diferenças entre as duas transições condicionavam, de certo modo, os posicionamentos das oposições. No Brasil, essa oposição tinha que lidar ainda com a mão de ferro do governo ditatorial que controlava os avanços. Na Argentina, a luta era contra um regime em decadência, mas com condições de adotar medidas que garantiam a impunidade dos responsáveis. Buscando explorar as potencialidades e lutar contra as limitações da transição, diferentes grupos políticos e sociais desenvolveram suas estratégias de ações em consonância com as disputas abertas nas cenas político-partidárias, com as demandas sociais, com o poder de ação dos militares e com os problemas herdados pelas ditaduras.

Nesse cenário, enquanto a democracia aparecia como o horizonte de liberdades para amplos setores de oposição à ditadura, os movimentos de direitos humanos iam conquistando um papel central no processo de transição. Em ambos os países, esses movimentos transformaram os conteúdos de suas reivindicações em condições imprescindíveis na ruptura entre a ditadura e a democracia.

O objetivo dessas organizações, sem dúvida, era a defesa dos direitos humanos, porém as condições para sua implementação seguiam caminhos diferentes, já que eram tomadas de acordo com as formas de violência desenvolvidas pela repressão, com os objetivos das entidades e com a conjuntura da transição.

Nessa nova fase dos direitos humanos, dois grupos organizados por mulheres se destacaram: o Movimento Feminino pela Anistia e as Mães da Praça de Maio. Em um

⁵⁴ O fim da censura prévia aos jornais, a restituição do *habeas corpus*, a abolição do Ato Institucional nº 5 e a revogação das ordens de expulsão de exilados compuseram algumas dessas mudanças.

⁵⁵ Aproveitando-se das “brechas” do regime autoritário, amplos setores sociais passaram a intensificar as manifestações pelas liberdades democráticas. A volta dos protestos populares marcou a relação entre Estado e a sociedade civil, no período de 1974 e 1985.

contexto marcado pela valorização da democracia, essas duas entidades constituíram seus discursos, buscando articular a democracia e os direitos humanos às suas reivindicações, pautadas, respectivamente, na anistia para as vítimas e na condenação aos culpados.

2- Trajetórias: o Movimento Feminino pela Anistia e as Mães da Praça de Maio

2.1 O Movimento Feminino pela Anistia

O ano de 1975

Onze anos depois do golpe de 1964, que impôs os militares no poder, o general Ernesto Geisel passou a conduzir o processo de distensão política, iniciado logo após assumir a Presidência em 1974.

Apesar das medidas liberalizantes, como a realização de eleições livres para cargos legislativos em 1974, o governo federal manteve ativo o aparato repressor, intensificando as ações contra as organizações da “velha” esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil. Entre 1974 e 1976, foi desencadeada uma série de prisões, assassinatos e torturas de militantes dessas organizações⁵⁶.

Em meio a esse contexto, onde os atos para a abertura eram sufocados ainda pelos atos da repressão, que um grupo composto de oito mulheres elaborou, em março de 1975, o documento “Manifesto da Mulher Brasileira em favor da Anistia”. Nele, divulgavam que as mulheres brasileiras, “assumindo a responsabilidade de cidadãs no quadro político nacional”⁵⁷ defendiam, que fosse “concedida a ANISTIA AMPLA E GERAL para todos que haviam sido atingidos pelos atos de exceção”.⁵⁸ Conclamando todas as mulheres nessa luta, o manifesto solicitava que elas se unissem ao Movimento Feminino pela Anistia para que a união nacional pudesse ser obtida por meio daquela

Iniciada em São Paulo, essa organização foi registrada em cartório como entidade civil no dia 15 de maio de 1975. Tinha a sua sede situada na Rua Caio Prado, 102. A presidente era a advogada Therezinha Zerbine, que, um mês após a fundação do Movimento, representou o Brasil na Tribuna Livre do Congresso Internacional das Mulheres realizado no México.⁵⁹

⁵⁶ HABERT, Nadine. *A década de 1970: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 1996, p. 48.

⁵⁷ Manifesto da Mulher Brasileira em Favor da Anistia. In: ZERBINE, Therezinha. *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1979, p. 27.

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ Esse evento foi organizado pelas Nações Unidas que proclamaram o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher e o período entre 1976 e 1985 como o Decênio das Nações Unidas para a Mulher.

Elegendo a igualdade, a liberdade e a paz como os principais temas, as Nações Unidas propuseram um plano de ação mundial para que fossem concretizadas medidas para a igualdade de direitos da mulher, sobretudo nas áreas do trabalho, educação, política, saúde, nutrição e família. Como aponta a socióloga Fanny Tabak, o projeto lançado tinha como objetivo garantir a “maior participação feminina no processo de decisão política e no desenvolvimento nacional”.⁶⁰

Escolhendo a paz como uma das temáticas do Encontro, Therezinha Zerbine pronunciou o seu discurso na Tribuna Livre do Congresso. Defendeu a anistia como “a condutora da liberdade”,⁶¹ capaz de fortalecer a união e estabelecer a paz. Reconhecendo a anistia como um “Instituto de Direito”, alertava que esse ato “desarmaria os espíritos, promovendo a concórdia e a liberdade política, cultural e econômica em cada nação”.⁶² Devido aos inúmeros benefícios que a anistia podia proporcionar, Zerbine incitou todas as mulheres presentes a apresentar uma moção aos governos dos países que possuíam presos políticos para que fosse dada a anistia a todos os homens e mulheres.

De volta ao País, Zerbine passou a realizar conferências com o objetivo de divulgar as resoluções do evento internacional e de conscientizar a importância do envolvimento da mulher na luta pela anistia. Em uma dessas conferências, ocorrida na Câmara Municipal de Porto Alegre, em 11 de julho de 1975, foi lançado o núcleo do Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul, a ser dirigido pela socióloga Lícia Peres.

Nos meses seguintes, a entidade se empenhou na tarefa de angariar assinaturas de mulheres a favor da anistia. Entre os meses de abril e agosto de 1975, foi contabilizado um total de 12.000 assinaturas. Esse abaixo-assinado e o “Manifesto da Mulher Brasileira em favor da Anistia” foram entregues às lideranças do Senado e da Câmara Federal, além de à Presidência da República. No Congresso Nacional, elas contaram com o apoio do senador Franco Montoro, que fez referências elogiosas à iniciativa promovida pelo movimento.

O discurso de Therezinha Zerbine no Congresso Internacional impulsionou as atividades do Movimento Feminino pela Anistia no Brasil. Na verdade, sua fala no evento revelava o trabalho que estava sendo feito por algumas mulheres do País em

⁶⁰ TABAK, Fanny. *Autoritarismo e participação política da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 115.

⁶¹ ZERBINI. Therezinha. Fala no México. In: *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1979, p. 28.

⁶² Ibidem.

torno da luta pela anistia. Ao anunciá-lo em uma tribuna organizada pelas Nações Unidas, a presidente buscou coroar de legitimidade internacional a iniciativa brasileira e, assim, ganhar também o respaldo e o reconhecimento de diversos setores da sociedade nacional.

Essas mulheres

O núcleo fundador do Movimento Feminino pela Anistia era composto, além de Therezinha Zerbine, por madre Cristina Sodré Dória; Neusa Cunha Neto Franco, socióloga; Margarida Naves Fernandes, pedagoga; Yara Peres Santestevam, técnica de comunicação; Virgínia Lemos de Vasconcelos, Eugenia Cristina Godoy de Jesus Zerbine e Aldenora de Sá Porto.⁶³ Era um grupo heterogêneo que comportava jovens, senhoras, estudantes universitárias e profissionais liberais, pertencentes às classes média e alta. Muitas delas tinham parentes que haviam sofrido violações contra a integridade física. Outras, como Therezinha Zerbine e madre Cristina Sodré Dória, sofreram ameaças e foram vítimas das ações da repressão.

Therezinha de Godoy Zerbine, advogada, nasceu em 1928. Era esposa do General de Brigada Euryale de Jesus Zerbine, que foi cassado após o golpe de 1964. Em 1970, Zerbine foi presa pela Operação Bandeirantes, acusada de estar envolvida na organização do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), ocorrido na cidade de Ibiúna em 1968. Foi conduzida para o Presídio Tiradentes, onde ficou de março a dezembro de 1970. Ao deixar a prisão, começou a articular um movimento nacional contra a ditadura. Em 1975, tendo ao seu lado sua filha Eugenia Cristina Godoy de Jesus Zerbine, estudante de Direito, além de outras mulheres, organizou e difundiu o Movimento Feminino pela Anistia.

Madre Cristina Sodré Dória, nascida Célia Sodré Doria, na cidade paulista de Jaboticabal, em 7 de outubro de 1916, era religiosa e psicóloga. Publicou artigos e livros nas áreas de psicologia e educação. Durante o regime militar, ajudou perseguidos políticos e intermediou encontros. Em razão disso, recebeu ameaças de morte e de prisão. Em outubro de 1968, ela organizou com Zerbine um comitê pela libertação dos participantes do mencionado Congresso de Estudantes realizado em Ibiúna.

⁶³ Lista contendo as oito mulheres que compuseram a Comissão Provisória do Movimento Feminino pela Anistia. Ver: ZERBINE. Therezinha. *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1979, p. 216.

A participação de Therezinha Zerbine e de madre Cristina nesse protesto decorreu da grande mobilização que envolveu entidades estudantis, pais e organizações de mães contra as prisões de estudantes do Congresso da UNE⁶⁴. Passeatas contra essas prisões ocorreram em várias cidades do país, como “Recife, Florianópolis, Salvador, Vitória, Fortaleza, Belém e Aracaju”.⁶⁵

No dia 12 de outubro de 1968, a polícia invadiu o Congresso, prendendo cerca de 700 estudantes e alguns jornalistas que faziam a cobertura da reunião. As principais lideranças estudantis, como José Dirceu, Franklin Martins, Vladimir Palmeira e Luís Travassos, que tinham prisão preventiva, foram detidas e encaminhadas ao Departamento de Ordem e Política Social do Estado de São Paulo (DEOPS/SP). A maior parte dos estudantes foi recolhida ao Presídio Tiradentes, onde, depois de fichados e interrogados, foram soltos ou encaminhados para as cidades de origem.

As prisões efetuadas durante o Encontro Estudantil aumentaram o clima de insatisfação de parte da sociedade contra a violência e o aumento da restrição às liberdades. Um descontentamento que teve como marco inicial a morte do secundarista Edson Luís Lima Souto, vítima de um tiro disparado por policiais em 26 de março de 1968. O assassinato do estudante, no Rio de Janeiro, foi a primeira agressão a mobilizar fortemente a opinião pública. Através da frase “Mataram um estudante. E se fosse um filho seu?”,⁶⁶ os pais eram alertados e sensibilizados para a possibilidade de ser o filho de cada um deles o próximo alvo da repressão.

As mobilizações estudantis e o crescimento da repressão levaram um grupo de mulheres a formar a União Brasileira de Mães no Rio de Janeiro. Presidida por Heloísa de Ramos Barros Lins, o grupo era formado em sua maioria por mães de estudantes, tendo alguns deles sido presos por participarem de movimentos estudantis. Enquanto os envolvidos no Congresso da UNE eram mantidos presos, a União Brasileira de Mães redigiu, em outubro de 1968, um manifesto, convocando “as mães de todo o Brasil para que se unam e reclamem a liberdade de todos os jovens”.⁶⁷

⁶⁴ Um dos objetivos do Congresso era renovar a diretoria da entidade, até então liderada por Luís Travassos. Por causa das condições da UNE, posta na ilegalidade desde 1965, o Congresso foi realizado clandestinamente no sítio do Murundu, a 22 quilômetros da cidade paulista de Ibiúna. Para lá se dirigiram várias lideranças nacionais das organizações estudantis.

⁶⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAIS, Pedro. 1968: *a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 213.

⁶⁶ VENTURA, Zuenir. 1968: *o ano que não terminou*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1988, 16ª edição, p. 102.

⁶⁷ Trecho do manifesto divulgado no *Correio da Manhã*, 17/10/1968. Arquivo Público Mineiro. Acervo do DOPS/MG, rolo 086, pasta 5310, imagens 29-31.

A detenção dos estudantes que participavam dessa reunião mobilizou um grupo de mulheres a protestar em frente ao Presídio Tiradentes, para onde foram levados os estudantes. Segundo o jornal *Correio da Manhã*⁶⁸, esse grupo de mulheres pertencia à União de Mães de São Paulo contra a Violência e era acompanhado por mães de estudantes que estavam presos. Além de promover manifestação, o grupo trabalhava para que houvesse uma intervenção favorável do governador aos presos. Como resposta, a organização havia recebido “em sua sede provisória, à Rua Caio Prado, 102, a visita de uma assessora da primeira-dama, enviando a notícia de que os estudantes seriam postos em liberdade”.⁶⁹

A localização da sede da União de Mães de São Paulo contra a Violência, divulgada pelo jornal, coincide com o local em que, sete anos depois, teve início o Movimento Feminino pela Anistia. Isso sugere que algumas das participantes dos dois grupos eram as mesmas, ou seja, Therezinha Zerbine e a madre Cristina. Em contato por telefone, Zerbine declarou à autora que “organizou com madre Cristina e outras mães um comitê, trabalhando para a libertação daqueles que haviam sido presos no Congresso de Estudantes”⁷⁰ e que se encontravam no Presídio Tiradentes. A relação foi confirmada por Zerbine na entrevista concedida a Paulo Moreira Leite e publicada no livro⁷¹ escrito pelo jornalista.

A formação e a atividade desse comitê de São Paulo, onde atuavam Zerbine e madre Cristina, e da União Brasileira de Mães no Rio de Janeiro decorreram do aumento da repressão aos movimentos estudantis e aos grupos que protestavam contra o cerceamento das liberdades. Por isso, suas ações se caracterizaram, sobretudo, pela visita aos presídios para verificar a situação dos presos e chamar a atenção da sociedade para a condição desses.

No entanto, muitas dessas atividades e entidades tiveram que ser interrompidas e postas na ilegalidade em decorrência do Ato Institucional nº 5, decretado em dezembro de 1968. Em nome da Segurança Nacional, o governo do general Emílio Garrastazu

⁶⁸ *Correio da Manhã*, 17/10/1968. Arquivo Público Mineiro. Acervo do DOPS/MG, rolo 086, pasta 5310, imagens 29-31. A manifestação do grupo de mulheres também foi divulgada no Jornal *O Globo*, 22/10/1968.

⁶⁹ *Correio da Manhã*, 17/10/1968. Arquivo Público Mineiro. Acervo do DOPS/MG, rolo 086, pasta 5310, imagens 29-31. A manifestação do grupo de mulheres também foi divulgada no Jornal *O Globo*, 22/10/1968.

⁷⁰ O contato foi feito em 2008 como parte da pesquisa de monografia da autora sobre a União Brasileira de Mães.

⁷¹ LEITE, Paulo Moreira. *A mulher que era general da casa: histórias da resistência civil à ditadura*. Porto Alegre: Arquipélago, 2012.

Médici (1969-1974) impôs ao País a repressão e o clima de terror, reduzindo ao silêncio os movimentos sociais e desencadeando uma série de prisões, torturas e assassinatos. Foi em meio a essa onda de violência que Therezinha Zerbine foi presa e conduzida ao Presídio Tiradentes em março de 1970.

Na prisão, ela acompanhou de perto as condições e as violações sofridas pelas presas políticas. Embora tenha sido libertada em dezembro daquele ano, Zerbine começou a articular e conseguiu lançar um movimento de mulheres pela anistia cinco anos depois, durante o governo do general Ernesto Geisel.

Atingida pelos atos da ditadura, Zerbine foi reativando a rede de solidariedade implantada por grupos de mães que visitavam os presídios desde 1968. Assim, o movimento que passou a liderar sem dúvida carregou as marcas de lutas anteriores. Em seus quadros estavam algumas das mulheres que haviam integrado entidades femininas organizadas em 1968. Entre suas principais atividades constavam a visita aos presídios e a denúncia das condições dos detentos.

Núcleos

Após lançar o documento fundacional, em março de 1975, o Movimento Feminino pela Anistia foi se estruturando nacionalmente através da formação de núcleos em diversas capitais do País, como Recife, Brasília, Goiânia e João Pessoa.

O primeiro núcleo foi implantado, em julho de 1975, no Rio Grande do Sul. Nesse mesmo mês, Therezinha Zerbine foi também ao Rio de Janeiro para convidar um grupo de mulheres a instalar na capital fluminense o núcleo do movimento pela anistia. A reunião aconteceu na casa de Regina Von der Weid, musicista e mãe do líder estudantil Jean Marc Von der Weid. Na reunião, participaram vintes mulheres, entre elas “Branca Moreira Alves, Iracema Teixeira, Cleonice Nicoll, Ruth Torres, Judith Cunha Melo, Heloísa Lins, Edila Mangabeira Unger e Anete Lima de Arruda”.⁷² Nesse grupo, uma mulher, Heloísa Ramos de Barros Lins, havia composto a União Brasileira de Mães, entidade criada em 1968 e colocada na ilegalidade em 1969. Heloísa era esposa do escritor e embaixador Álvaro Lins. Seu filho, Pedro Lins, foi preso em 1968, quando era estudante de Direito.

⁷² *Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas: origens e lutas. Exposição dos quinze anos de atividades (1975-1990)*. Rio de Janeiro, 1991, p.20.

Por causa da forte repressão que ainda existia em 1975, decidiram ao longo da reunião organizar a conferência “Mulher e a Paz” para que assim pudessem falar sobre a anistia. A preocupação de não expor o recente Movimento à repressão fazia com que essas mulheres tratassem sempre da anistia a partir da participação de Therezinha Zerbine no Congresso Internacional do México. Como argumenta Zerbine, “a nossa fala era sempre enfeitada, colocando o Ano Internacional da Mulher e depois descendo até chegar à nossa América Latina”.⁷³

O evento realizado na sede da Associação Brasileira de Imprensa, no dia 10 de setembro de 1975, contou com a participação do jornalista Alceu de Amoroso Lima, da escritora Rose Marie Muraro e do advogado Barbosa Lima Sobrinho. Na ocasião, foi lançado o núcleo do Movimento Feminino pela Anistia no Rio de Janeiro, dirigido por Regina Von der Weid.

Em 1976, começaram a ser instalados os núcleos do Nordeste. O primeiro da região foi o de Fortaleza, criado em 15 de março de 1976, durante palestra organizada por mulheres cearenses. A presidência do núcleo coube à professora Nildes Alencar, irmã do frei dominicano Tito Alencar Lima, preso e torturado em São Paulo pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury.

Depois de Fortaleza, o movimento concentrou o trabalho em Recife, onde contou com o apoio do deputado Marcus Cunha. Em seguida, as atividades de expansão foram dirigidas para as capitais João Pessoa e Salvador. Em todas essas passagens, as instalações dos núcleos eram precedidas da palestra sobre a mulher latino-americana e os direitos humanos e da leitura do Manifesto da entidade.

O núcleo de Minas Gerais foi fundado num momento em que o movimento estudantil retomou as manifestações de ruas. Como observa Marcos Napolitano, entre maio e dezembro de 1977, foram realizados protestos em que as “reivindicações estudantis se mesclaram com exigências de democratização política”⁷⁴. A coragem de sair às ruas e retomar a organização dos estudantes custou, em muitos momentos, a investida da repressão contra o movimento estudantil. Em Belo Horizonte, em 4 de junho de 1977, policiais cercaram o prédio da Escola de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, efetuando prisões de participantes do 3º Encontro Nacional dos Estudantes (ENE).

⁷³ ZERBINE, Therezinha. *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1979, p. 252.

⁷⁴ NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro: 1964-1985*. São Paulo: Atual, 1998, p. 64.

A operação militar contra os estudantes foi criticada por vários representantes da sociedade civil. No dia 30 de junho de 1977, durante um ato de protesto contra o governo, foi fundado o Movimento Feminino pela Anistia em Minas Gerais. A base mineira era dirigida por Helena Greco e composta por Ângela Maria Pezzuti, Ondina Pedrosa Nahas, Eleonora Menicucci, Maria Luiza Meyer, entre outras.⁷⁵

Esse núcleo desenvolveu atividades assistencialistas e promoveu denúncias de perseguições políticas e de condições dos presos políticos, dos cassados e exilados. Um dos núcleos mais numerosos do país, o comitê mineiro pela anistia foi o único a registrar ameaças contra suas participantes e atividades.

A constituição desses e de outros núcleos pelo País contribuiu para a ampliação do Movimento Feminino pela Anistia. Uma expansão que foi beneficiada não somente pelo contexto marcado pelo crescimento da oposição à ditadura, mas também, por como o movimento se estruturou a partir de grupos regionais que permitiram a integração de mulheres em torno de uma base local e próxima a elas. Apesar de as diretrizes principais partirem da sede nacional, as mulheres, congregadas em seus núcleos, puderam participar, decidindo e discutindo as propostas de ação e como essas seriam aplicadas em âmbito regional.

Atividades

As atividades desenvolvidas pela entidade tinham como objetivos principais angariar apoio à luta pela anistia e divulgar a situação das pessoas vítimas dos atos da repressão. Por isso elas consistiram em visitas aos presos políticos, apelos aos parlamentares, envio de cartas ao Papa e ao arcebispado nacional e confecção de panfletos e cartazes⁷⁶.

Em julho de 1977, Therezinha Zerbine, aproveitando a visita da primeira-dama dos Estados Unidos Rosalyn Carter, tentou entregar-lhe uma carta⁷⁷ em que relatava o trabalho da mulher brasileira. Como em outras ocasiões, ressaltou, na carta, sua

⁷⁵ Sobre o Movimento Feminino pela Anistia em Minas Gerais e suas participantes ver: LANNA, Anna Flávia Arruda. *Movimento Feminino pela Anistia: a esperança do retorno à democracia*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

⁷⁶ Uma dessas atividades, que contou com outras entidades, foi a arrecadação de fundos destinados à libertação de Flávia Schilling, presa no Uruguai.

⁷⁷ ZERBINE, Therezinha. *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1979, p. 17-19.

participação no Congresso Internacional no México e o compromisso assumido pelas mulheres na defesa pela anistia.

A atitude da líder do movimento nacional representou um importante passo para que a Campanha pela Anistia no Brasil ganhasse repercussão internacional, pois Zerbine buscou relacionar e aproximar a luta das norte-americanas pela anistia com a luta da mulher brasileira. A aproximação também tinha como objetivo mostrar a coerência do movimento feminino nacional com a política do presidente James Carter que defendia os direitos humanos como ponto-chave das relações externas dos Estados Unidos.

A busca por apoio ao Movimento demandou contatos com diferentes personalidades e entidades nacionais. O trabalho proporcionou apoios importantes por parte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Ordem dos Advogados no Brasil (OAB), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), dos Diretórios Centrais de Estudantes e de personalidades, como dom Paulo Evaristo Arns, Alceu Amoroso Lima e Barbosa Lima Sobrinho. Entre os vários apoios recebidos, destacou-se o do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), único partido político de oposição consentido pela ditadura militar.

O MDB cedeu espaços nas câmaras legislativas municipais, nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional para a divulgação das atividades do Movimento Feminino pela Anistia. Deputados e senadores, como João Cunha, Orestes Quércia e Paulo Brossard concediam entrevistas ao jornal *Maria Quitéria*, pertencente à entidade feminina, expressando o apoio à luta pela anistia. Militantes dos MDB, como Lícia Peres, presidente do núcleo da organização feminina do Rio Grande do Sul, participavam e compunham os comitês regionais do movimento⁷⁸.

O apoio do MDB a essa organização decorreu de diferentes fatores. A anistia geral já havia sido exigida por representantes desse partido em 1966, através da Frente Ampla⁷⁹. Em 1972, o partido inseriu a questão em seu programa e, dois anos depois, em 1974, encaminhou a tese sobre a anistia para o debate nas Casas Legislativas.

⁷⁸ Mesmo tendo o seu caráter apartidário ressaltado por Therezinha Zerbine, o grupo feminino pela anistia não impedia que de suas fileiras fizessem parte mulheres afiliadas a qualquer tipo de agremiação política.

⁷⁹ A Frente Ampla era uma organização composta por representantes do MDB, do governo de João Goulart, deposto em 1964, e de políticos cassados, como Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek. Seu programa era exclusivamente político, exigindo, além da anistia, a elaboração de uma constituição e o restabelecimento das eleições diretas. A Frente Ampla foi fechada em abril de 1968. Ver: MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ªed, 1978, p. 124.

Feminino x Feminismo: a constituição do boletim *Maria Quitéria*

Em julho de 1975, após assinar o documento a favor do Movimento Feminino pela Anistia, a jornalista Joana Lopes passou a entrar em contato com o comitê nacional de São Paulo. Liderando um grupo de mulheres de Londrina, a jornalista buscava não somente participar do movimento, mas também organizar um veículo de comunicação impresso das ações da entidade. Da intenção surgiu o jornal *Brasil Mulher*, publicado pela primeira vez em 9 de outubro de 1975. Os objetivos do periódico eram divulgar as atividades do grupo, esclarecer a importância da anistia para o País, ampliar a adesão de mulheres e impulsionar a luta pela anistia.

No entanto, uma série de tensões marcou as relações entre o grupo de Londrina e o comitê nacional de São Paulo. Segundo a jornalista Maria Cecília Conte Carboni⁸⁰, a causa principal dessas desavenças eram as perspectivas diferentes adotadas pelos dois grupos em relação à temática da mulher. Joana Lopes trazia a proposta feminista, enquanto Therezinha Zerbine manifestava-se pelo feminino⁸¹.

No jornal *Brasil Mulher*, o feminismo foi ganhando cada vez mais espaço. Na sua quarta edição, temas relacionados à mulher foram valorizados, enquanto a anistia foi sendo tratada de forma indireta, e “não como um objeto de informação ou opinião”.⁸² Essa mudança foi o que constituiu a marca da tensão entre o Movimento Feminino pela Anistia, sobretudo do comitê nacional, e as feministas. Zerbine rechaçou que a discussão sobre a condição feminina fosse ditada por esse grupo. Para a coordenadora nacional, a principal tarefa das mulheres no momento consistia em lutar pela anistia, para que, posteriormente, outros direitos pudessem ser conquistados.

⁸⁰ CARBONI, Maria Cecília Conte. *Maria Quitéria: o Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa 1975-1979*. 2008. 98f. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

⁸¹ O movimento feminista surgiu na década de 1960 nos Estados Unidos e na Europa. Criticava a condição subalterna da mulher em relação ao homem e todo o sistema cultural e político construído a partir dessa relação. Para a historiadora Joan Scott, o feminismo criou uma identidade coletiva de mulheres que compartilhava o interesse pelo fim da invisibilidade e da impotência e pelo controle sobre seus corpos e sobre suas vidas. Esse fenômeno chegou ao Brasil, principalmente, a partir de 1975 e encontrou os movimentos de mulheres. Tratava-se de grupos femininos que simbolizavam a participação da mulher nas principais questões da sociedade. Essas organizações não tinham como pretensão fundamental questionar a condição de opressão da mulher, como era o ponto de interesse do movimento feminista. Ver em: SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 67. PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

⁸² CARBONI, Maria Cecília Conte. *Maria Quitéria: o Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa 1975-1979*. 2008. 98f. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 36.

A crítica de Therezinha Zerbine foi motivada, segundo Céli Regina Jardim Pinto⁸³, principalmente pelo receio de que o Movimento Feminino pela Anistia fosse confundido como sendo uma entidade feminista. Uma vez que o feminismo era mal visto por parte da sociedade que o considerava um propagador de ideias imorais, a exemplo do aborto, da sexualidade e do lesbianismo, o seu vínculo com o Movimento poderia colocar em cheque o apoio de associações, de instituições como a Igreja e de personalidades importantes para a luta pela anistia.

Desse modo, embora abordasse os problemas vividos pela mulher brasileira, Zerbine enfatizava as mudanças para essa situação, articulando-as não às ideias feministas, que davam os seus primeiros passos no Brasil e já eram alvo de críticas, mas às propostas do Ano Internacional da Mulher. Como foram anunciadas pelas Nações Unidas, essas propostas davam legitimidade internacional às ações que incentivam a participação feminina em todas as esferas da vida social.

Nesse rol de iniciativas, o Movimento Feminino pela Anistia devia se apresentar como o trabalho de paz realizado pela mulher brasileira com o objetivo de obter a “união e concórdia do povo brasileiro”⁸⁴ através da anistia. Assim, o que se privilegiava era a figura da mulher cidadã comprometida com os problemas da sociedade e disposta a solucioná-los. Uma condição que se mostrava independente ao papel de dona de casa, profissional, estudante ou mãe que essa mulher desempenhava, pois a sua cidadania estava relacionada à participação na luta pela anistia.

O afastamento entre o grupo de São Paulo e o jornal *Brasil Mulher* se deu definitivamente após sete edições do boletim. O recrudescimento das concepções feministas, socialistas e marxistas⁸⁵, nos artigos e nos textos do jornal, constituiu o estopim para a crise. Por causa do rompimento, o Movimento Feminino pela Anistia criou o seu próprio veículo de comunicação, o boletim *Maria Quitéria*.

Sua primeira edição, publicada em 1977, foi dedicada a esclarecer o que era a entidade e quais eram os seus objetivos. Um dos pontos fundamentais para essa explicação foi posto no editorial. Na frase inicial: “Não somos feministas. Somos, sim,

⁸³ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 64.

⁸⁴ ZERBINE, Therezinha. *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1979, p. 68.

⁸⁵ PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n.52, dez. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882006000200011>>. Acesso em 25/02/2013. Sobre as feministas e suas vinculações com o campo da esquerda: PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 49.

pela ampla participação da mulher na vida econômica, social e política do país”,⁸⁶ o movimento visou expressar a ausência de vínculos com o feminismo, colocando um ponto final nas polêmicas geradas em torno dessa relação. A relevância dessa frase estava não somente na posição que ganhou no texto, mas em seu significado. Por ela, o Movimento Feminino pela Anistia apresentava e confirmava a sua identidade.

A edição do *Maria Quitéria* ficava a cargo do jornalista paraibano Nicodemus Pessoa, como diretor responsável, e também de Therezinha Zerbine, Margarida Naves Fernandes, Ana Maria Garcia e Rosa Maria Blanco Mendes. O boletim era destinado a atingir um leitor específico. Por isso, a distribuição era feita pelas integrantes do Movimento Feminino pela Anistia que aproveitavam as atividades da entidade para divulgá-lo ao público, formado em sua maioria de estudantes, intelectuais, profissionais e políticos, que concorria às palestras e a outros eventos organizados pelo grupo.

Entre os anos de 1977 e 1979, foram editados quatro números do boletim. Dois deles foram publicados no primeiro ano e os demais nos dois anos seguintes. O grande período entre eles pode estar relacionado a sua forma de financiamento. Segundo Zerbine, o dinheiro “vinha dos vencimentos e economia”⁸⁷ das mulheres que integravam a entidade.

Enquanto a primeira edição foi voltada para divulgar e reforçar os objetivos e a luta do Movimento Feminino pela Anistia, os demais números ampliaram a discussão acerca da anistia ao tratar de outros temas políticos. O segundo número, por exemplo, foi dedicado à Constituinte. O terceiro número, publicado em julho de 1978, indagou acerca da situação dos presos políticos e dos exilados. A última edição do boletim, lançada em março de 1979, criticou o projeto elaborado pelo governo que estabelecia uma anistia parcial e limitada.

Comparados à primeira edição, os três números apresentavam textos e artigos em que eram manifestados, de forma mais incisiva, o inconformismo e a insatisfação para com a ditadura e o seu legado de repressão, mortes, torturas, arrocho salarial e imposição do silêncio. A mudança no repertório decorreu das transformações sociopolíticas verificadas a partir de 1977. Nesse ano, a volta do protesto popular trazia como uma das reivindicações a disposição por lutar pelas “liberdades democráticas”.

⁸⁶ Boletim *Maria Quitéria*, ano I, número I, 1977, editorial.

⁸⁷ ZERBINE, Therezinha. *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1979, p. 11.

Anistia: ampla, geral e irrestrita

A partir de 1974, com o anúncio da abertura política, novas vozes foram ecoadas fortalecendo o apelo à anistia⁸⁸. Membros da Conferência Nacional dos Bispos a solicitavam para todos os presos políticos. Representantes da bancada emedebista na Câmara Federal discursavam acerca da anistia e defendiam que ela devia ganhar um lugar central na agenda executiva. Alguns deles, como os deputados Francisco Amaral e Florim Coutinho, chegaram a sugerir a elaboração de um projeto que restituísse ao Poder Legislativo a competência para a concessão da anistia.

Somente a partir de 1975 foram criadas entidades sociais voltadas exclusivamente para a defesa da anistia. O Movimento Feminino pela Anistia foi o pioneiro. Com o objetivo de conscientizar a população, esse grupo compôs e apresentou um significado para a anistia e estabeleceu o tipo da anistia que se buscava. Colocando a mulher no centro dessa mobilização, o Movimento se mostrava como uma saída para as indecisões e discussões fomentadas em torno da questão dos contemplados e dos excluídos pelo ato. Um problema fundamental que, por isso, constituirá mais tarde o cerne das discussões entre as entidades de anistia, mas que, posto naquele momento, jogava por terra a organização de um movimento amplo em defesa da anistia.

Assim, em 1975, no “Manifesto da Mulher Brasileira em favor da Anistia”, ao anunciar como e para quem a anistia estava destinada, o grupo de mulheres deslocava um importante ponto de atrito. Era a condição de preso político, cassado, banido, exilado e perseguido político, e não os motivos que levaram as pessoas a se encontrar em alguma dessas situações, que deveria ser o critério para que a anistia fosse concedida. As razões das prisões e dos outros tipos de cerceamentos da liberdade pessoal eram decorrentes dos instrumentos excepcionais que, por sua vez, previam e determinavam as formas de penalidades para ações consideradas contra a Segurança Nacional. Tornar essas razões o elemento a ser apreciado implicaria tratar de uma infinidade e de uma diversidade de casos, uma demanda que poderia estimular seleções e comprometer a anistia como um benefício para todos.⁸⁹

⁸⁸ Políticos, escritores, jornalistas, entre outros se pronunciaram a favor desse ato após o golpe militar de 1964. O jornalista Alceu Amoroso Lima foi o primeiro a se manifestar em dezembro daquele ano, sendo seguido pelo general Pery Constant Bevilacqua. Dois anos depois, um manifesto da Frente Ampla também pediria a anistia.

⁸⁹ ZERBINE, Therezinha. *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1979, p. 51.

Além disso, se a anistia era considerada um ato que tinha como finalidade promover a “paz” e a “união da nação”, ela só poderia ser ampla e geral, incluindo, assim, todas as vítimas e todos os atos de manifestação da oposição.

Recorrendo a algumas dessas representações e ideias implícitas à anistia, como reconciliação e pacificação, o grupo de mulheres foi construindo um argumento a respeito do tipo de anistia a ser dada. A paz foi dentre elas uma das mais brindadas. Por isso, ela foi vinculada não apenas à anistia, mas ao próprio Movimento e ao trabalho que estava sendo desenvolvido pela entidade no Ano Internacional da Mulher. Desse modo, o desenho de uma pomba branca, símbolo internacional da paz, trazendo inscrita em seu corpo a sigla MFPA, passou a estampar os documentos da organização, tais como os panfletos, os cartazes e, posteriormente, o boletim *Maria Quitéria*.

Após dois anos do lançamento do manifesto, o lema “Anistia Ampla e Geral” foi confirmado durante o Primeiro Encontro Nacional dos Núcleos do Movimento Feminino pela Anistia, ocorrido na cidade de São Paulo, em dezembro de 1977. Nessa nova fase, o Movimento foi reforçando o sentido político do seu discurso para corresponder aos diferentes anseios das forças oposicionistas e também aos seus próprios objetivos, fundamentados pelo direito à participação, sobretudo à participação da mulher, e pela defesa dos valores do homem contra qualquer violação dos direitos humanos. A partir dessas expectativas e procurando concretizá-las, os temas democracia, Constituinte e direitos humanos foram inseridos nas pautas do grupo para justificar a luta pela anistia.

No ano de 1978, espalharam pelo país as organizações e os comitês de anistia. Um deles, o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), foi criado em 14 de fevereiro no Rio de Janeiro. A entidade composta por advogados, amigos e familiares de presos e exilados políticos defendia a necessidade de uma “anistia geral e irrestrita”. Em São Paulo, a fundação do comitê estadual, ocorrida em 12 de maio, foi precedida de atos públicos que contaram com a participação dos advogados Luiz Eduardo Greenhalgh e Therezinha Zerbine, entre outros. Dois desses atos, realizados nos dias 20 e 27 de março, foram registrados nos relatórios policiais como eventos em que era “discutido o significado político da palavra anistia”.⁹⁰

A observação dos investigadores policiais acerca do sentido político dado à anistia se confirmou com a publicação da “Carta de Princípios e Programa Mínimo de

⁹⁰ *Relatório da 3ª Reunião do Comitê de Anistia realizada na cidade de São Paulo*. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS-SP. Serviço Secreto, Dossiês.

Ação” do CBA de São Paulo. Nesse documento, o comitê paulista apresentou a luta pela anistia como sendo “necessária e imprescindível” na obtenção da liberdade de palavra, de expressão, de manifestação e de associação. Liberdades democráticas que haviam sido suprimidas pelo regime autoritário através da imposição de leis excepcionais e punições arbitrárias.

Comparando a luta pela anistia às demais mobilizações do povo brasileiro, o documento considerava também ser aquela uma luta pela liberdade dirigida a todos que foram alvo de um sistema considerado ilegítimo. Por isso, a anistia a qual se buscava deveria ser ampla para alcançar “todas as pessoas punidas por motivos políticos, e irrestrita, porque deveria ser incondicional e para todos os efeitos”.⁹¹

O sentido político da anistia estava na crítica à relação despótica do Estado para com a sociedade. Como observa Fabíola Brigante del Porto, a luta pela anistia passou a se constituir como “uma luta antiautoritária e como resgate de direitos”⁹², exercendo um papel aglutinador de outras lutas movidas por diferentes atores e organizações sociais.

Embora o Movimento Feminino pela Anistia tenha apoiado o surgimento dos Comitês Brasileiros pela Anistia, a relação entre as duas entidades foi marcada por divergências. Os CBAs, principalmente a seção de São Paulo, começaram a liderar o movimento pela anistia no País e a empregar um tom menos conciliatório com os casos de violações aos direitos humanos.

A diversidade de expectativas em torno da anistia e a busca de uma uniformidade foram alguns dos fatores que levaram à realização do Encontro Nacional dos Movimentos de Anistia. Ocorrido em setembro de 1978 na cidade de Salvador, 17 entidades, entre elas o Movimento Feminino pela Anistia, assinaram a “Carta de Salvador”. Através desse documento, ratificavam que lutavam pela “anistia ampla, geral e irrestrita”, ou seja, uma anistia que envolvesse todas “as manifestações de oposição”, dirigida a “todas as vítimas dos atos de exceção” e formulada “sem discriminações ou restrições”.⁹³

Por meio da Carta, expressavam também o compromisso das entidades de transformar a luta em movimento de massa e reafirmar a anistia como “uma conquista, e

⁹¹ *Carta de Princípios e Programa Mínimo de Ação do CBA/SP, de 31/7/1978*. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS-SP. Serviço Secreto, Dossiês.

⁹² DEL PORTO, Fabíola Brigante. *A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania*. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p.59.

⁹³ *Carta de Salvador*. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS-SP. Serviço Secreto, Dossiês.

não uma dádiva”. Articulando a anistia às liberdades democráticas e às reformas políticas, os principais pontos na “Carta de Salvador” foram confirmados no Primeiro Congresso Nacional pela Anistia realizado em São Paulo entre os dias 2 e 5 de novembro de 1978.⁹⁴

Ao fim de 1978, a palavra anistia chegava com novos significados. As ideias de “paz e reconciliação” implícitas ao conceito foram aos poucos sendo suplantadas pelas ideias de conquista, direitos, antiautoritarismo e liberdades democráticas. O Movimento Feminino pela Anistia acompanhou e participou dessas mudanças em torno dos diferentes sentidos construídos para a anistia. De “ampla e geral” defendida no seu documento fundacional, a entidade acrescentou um adjetivo. Anistia deveria ser “ampla, geral e irrestrita”.

2.2 As Mães da Praça de Maio

Um local especial

A partir do governo de María Estela Martínez de Perón⁹⁵ (1974-1976), aumentou o número de casos de sequestros, assassinatos e prisões de militantes e dirigentes da esquerda, de sindicalistas e de ativistas de organizações sociais na Argentina⁹⁶. Calcula-se que antes do golpe de Estado de 24 de março de 1976 se produziram cerca de 900⁹⁷ desaparecimentos cometidos por grupos da ultradireita, como a Aliança Anticomunista Argentina, e por grupos militares pertencentes às Forças Armadas e à polícia.

A atuação, em grande parte clandestina, desses grupos trazia dificuldades aos familiares para obter, nas delegacias e no Ministério do Interior, informações sobre os seus entes desaparecidos e presos. A falta de uma resposta satisfatória desses órgãos levou os familiares às entidades de direitos humanos, como a Liga Argentina pelos

⁹⁴ Ao término do Congresso, foram registradas, entre outras, as seguintes resoluções: reforçar a Campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita por todo o País, rejeitar as reformas na Lei de Segurança Nacional, organizar uma campanha nacional em torno do esclarecimento da situação dos mortos e desaparecidos e denunciar coletivamente todas as violências e perseguições. Ver em: Congresso Nacional pela Anistia. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS-SP. Serviço Secreto, Dossiês

⁹⁵ Também conhecida como Isabel. Foi designada como vice-presidente do país nas eleições de 1973. Chegou ao cargo máximo do Poder Executivo, após a morte, em 1974, de seu marido e, então, presidente, Juan Domingo Perón.

⁹⁶ Segundo Marina Franco, a violência política centrada na eliminação do inimigo interno foi se constituindo desde 1973. A partir de 1975, aumenta-se o número de assassinatos, sequestros e desaparecimentos. Ver: FRANCO, Marina. *Um enemigo para la nación: orden interno, violencia y subversión, 1973-1976*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012, p. 17.

⁹⁷ GORINI, Ulises. *La Rebelión de las Madres*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006, p. 43.

Direitos do Homem, o Serviço de Paz e Justiça e a Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos.⁹⁸

Essas organizações passaram a se constituir como os principais centros de denúncia e de difusão das violações aos direitos humanos e também locais em que vítimas e familiares buscavam apoio e solidariedade. Em fevereiro de 1976, a um mês do golpe militar, a Liga Argentina havia cedido um espaço dentro de suas dependências, localizado na Avenida Corrientes, para que as famílias pudessem se reunir e coordenar atividades coletivas.

O recrudescimento da repressão e de casos de desaparecimentos após o golpe de Estado e a instalação da Junta Militar ao poder provocaram o aumento no número de familiares que se dirigiam para esse espaço cedido pela Liga Argentina. Num desses inúmeros e tristes encontros formou-se, em agosto de 1976, o grupo Familiares de Desaparecidos e Presos por Razões Políticas.

Mesmo ainda não sendo uma entidade ou organização civil, esse grupo fazia apresentações de *habeas corpus*, visitava presídios e solicitava reuniões no Ministério do Interior. No entanto, as discordâncias das estratégias e das ações⁹⁹ levadas a cabo fizeram com que muitas famílias se mantivessem à distância, não se incorporando a esse grupo.

Dentre essas pessoas, estava um grupo de mães de desaparecidos, que ao percorrer os mesmos lugares e bater às mesmas portas de quartéis, delegacias e igrejas, passou a se conhecer e a perceber que eram semelhantes suas lutas e seus sofrimentos. Conduzidas a uma busca que se mostrava cada vez mais difícil, essas mulheres viam que seus esforços e determinação não eram compensados com a obtenção de notícias verdadeiras ou pistas relevantes que colocassem fim ao pesadelo em que se encontravam. O desinteresse das autoridades em esclarecer os casos requeridos só fazia aumentar a tristeza e o desespero dessas mães que procuravam incansavelmente seus filhos.

Diante dessa situação em que não conseguiam nada, perceberam que era preciso fazer alguma coisa diferente. Uma mãe Azucena Villaflor de De Vicenti propôs que

⁹⁸ Além dessas organizações, existia também o Movimento Ecumênico pelos Direitos Humanos criado em fevereiro de 1976.

⁹⁹ Algumas delas, como aponta Ulises Gorini, eram o fato de as decisões mais importantes serem tomadas apenas por integrantes da Comissão de Familiares e o de que essas decisões eram precedidas por discussões que punham em jogo diferenças políticas manifestadas por militantes peronistas e comunistas. GORINI, Ulises. *La Rebelión de las Madres*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006, p. 61.

tinham de ir à Praça de Maio e que deveriam ficar ali até que lhes dessem uma resposta. Para ela, o reclamo de mil mães feito nessa praça seria o único modo pelo qual o general Jorge Rafael Videla as veria e assim lhes daria a resposta sobre os paradeiros de seus filhos. O dia para que isso acontecesse seria no sábado, dia 30 de abril de 1977, às 16h30min.

Se a escolha do local foi acertada, a decisão pela data não se mostrou ter sido uma boa opção. Chegando à Praça de Maio, em um sábado, as mães não foram vistas por funcionários e pessoas que costumavam cruzar aquele espaço nos outros dias da semana. Além disso, mesmo que todas essas pessoas estivessem próximas à praça, as mães nem sequer seriam percebidas, pois para lá não se dirigiram centenas, conforme esperava Azucena. Mas apenas 14 mulheres. Segundo o registro de uma delas, haviam ido ao encontro, “Maria Adela Gard de Antokoletz, Candida Felícia Gard, María Mercedes Gard, Josefina García de Noia, Elida de Caimi, María Ponce de Bianco, Rosa Contreras, Beatriz Aicardi de Neuhaus, Delicia de González, Raquel Arscuschin, Haydée de García Buela, Mirta Acuña de Baravall, Berta Zeffa de Braweran e Azucena Villaflor de De Vicenti”.¹⁰⁰

O fracasso da reunião obrigou as mães a pensar em uma nova convocatória para a sexta-feira. Nesse dia, elas começaram a assinar uma carta redigida por María del Rosario Carballeda de Cerruti endereçada a Videla. Na carta, exigiam do general respostas sobre a sorte dos desaparecidos. Durante duas semanas, o trabalho dessas mulheres foi obter cada vez mais assinaturas e convencer as outras mães quanto à importância de suas presenças na praça. Em um desses encontros iniciais, decidiram que deveriam mudar novamente o dia da reunião. Em vez de sextas-feiras, o compromisso se daria todas as quintas-feiras às 15h30min.

Avisando umas às outras sobre a reunião das mães na Praça de Maio, o grupo foi aumentando a cada encontro, com a adesão de mais e mais mulheres. Dentre elas, estavam mães que se tornariam fundamentais para a constituição e a consolidação do movimento, como Hebe Pastor de Bonafini, Nora de Cortinãs, María Esther de Careaga, Juana Meller de Pargament e Angélica Sosa de Mignone.

¹⁰⁰ Esse registro foi feito por María Adela Gard de Antokoletz. Ver em GORINI, Ulises. *La Rebelión de las Madres*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006, p. 63.

O aumento no número de participantes demonstrava que, apesar dos erros cometidos, elas tinham também conseguido muitos acertos e avanços. O mais importante desses acertos foi, sem dúvida, estar na Praça de Maio, pois, nesse local, elas se sentiram iguais e mais próximas umas das outras. A praça as tinha agrupado de forma diferente, sem a burocracia ou outro tipo de mediação que existia nos escritórios dos movimentos de direitos humanos. Nela, não havia esses obstáculos que as distanciavam e que as inibiam de perguntar diretamente a outra mãe o que lhe havia acontecido ou como o seu filho havia desaparecido. Essa aproximação, conforme aponta Hebe de Bonafini,¹⁰¹ foi fundamental para que elas pudessem se conhecer, confiar umas nas outras e perceber que eram iguais.

Quem eram essas mulheres?

Já eram muitas na praça, em torno de 50 a 70 mães. O número expressivo alertou a polícia. Tratava-se de uma reunião, algo proibido pelo estado de sítio, por isso os policiais começaram a golpeá-las com os cassetetes para que saíssem dali, para que caminhassem.

A violência desferida pelos agentes fez com que Azucena Villaflor orientasse as mães para que elas tomassem o braço uma da outra e comessem a caminhar de duas em duas ao redor da Pirâmide de Maio. Nesse caminhar, trocavam ideias, planejavam ações, tomavam decisões e se conheciam, por meio das histórias dos desaparecimentos de seus filhos.

Azucena Villaflor de De Vicenti era mãe de Paco, codinome de Néstor de Vicenti, sequestrado no dia 30 de novembro de 1976, aos 24 anos, juntamente, com a sua mulher Júlia. Néstor era oficial da Coluna Sul da organização Montoneros. Ao chegar a sua casa, foi levado por homens uniformizados pertencentes ao Primeiro Corpo do Exército. Desde esse dia, Azucena começou sua luta, percorrendo delegacias, indo ao Ministério do Interior e às igrejas. Foi em uma delas, onde familiares faziam a denúncia de desaparecidos, que Azucena se dirigiu às mães convocando para irem à Praça de Maio. A busca de um dos seus quatro filhos¹⁰² mudou a rotina dessa mulher, nascida em 07 de abril de 1924, na localidade de Avellaneda. Dedicava-se exclusivamente aos

¹⁰¹ Conferência pronunciada por Hebe de Bonafini, presidente da Associação Mães da Praça de Maio, em 6 de julho de 1988 na Liberarte. Ver em: *Historia de las Madres de Plaza de Mayo*. Buenos Aires: La Página, 1996, p. 11.

¹⁰² Além de Néstor, seu segundo filho, Azucena Villaflor era mãe de Pedro, Adrian e a caçula Cecília.

afazeres domésticos até que o desaparecimento de Néstor a fez estar ao lado das mães que marchavam em torno da pirâmide e a ser reconhecida, mais tarde, por essas mesmas mulheres, como a criadora do movimento das mães da Praça de Maio.

María Adela Gard de Antokoletz¹⁰³, nascida em 1911, provinha de uma família tradicional de San Nicolás. Casou-se com um diplomata e trabalhou nos Departamentos Judiciais de San Nicolás, San Martín e San Isidro. Era mãe de Daniel Víctor, desaparecido em 10 de novembro de 1976 aos 41 anos. Professor universitário e advogado de presos políticos, Daniel foi sequestrado em sua casa, junto com sua esposa, Liliana María Andrés. Depois de alguns dias presas, Liliana foi liberada. Porém, ninguém sabia do paradeiro de Daniel; por isso, María Adela foi à Escola de Mecânica da Armada, lugar que Liliana reconheceu como onde haviam permanecido. Não obtendo nenhuma informação, recorreu aos altos oficiais militares, membros da Igreja e amigos de seu ex-marido. Conheceram Azucena Villaflor, que falava com um grupo de familiares sobre a importância de serem vistas pelo general Videla. Confiando nessa ideia, María Adela foi à primeira convocatória levando suas irmãs, Cándida Felicia Gard e María Mercedes Gard, à Praça de Maio. Desde então, não apenas participava das reuniões, mas também, telefonava, ia às casas e às entidades de direitos humanos convidando outras mães para a praça.

Beatriz Ascardi de Neuhaus, também conhecida como Ketty, casou-se com um oficial do Exército. Sua filha Beatriz vivia na casa dos pais com o marido Francisco Martinis em Ramos Mejía. Ela tinha 24 anos e estava grávida. Seguindo os conselhos de Ketty¹⁰⁴, Beatriz saiu com Francisco para fazer uma leve caminhada pelo bairro antes do jantar. Era 16 de março de 1976, uma semana antes do golpe de Estado. A demora do retorno preocupou os familiares. A primeira notícia chegou apenas de madrugada. Um vizinho lhes informou que o casal havia sido preso junto a outras pessoas numa esquina do bairro. Ketty foi à delegacia da cidade, mas não obteve nenhuma notícia. Foi também ao Primeiro Corpo do Exército, necrotérios e hospitais. Entrou em contato com mães e familiares que estavam na mesma situação, conhecendo Azucena Villaflor antes do primeiro encontro na Praça de Maio.

¹⁰³ Sobre María Adela Gard de Antokoletz e o sequestro de seu filho ver em: GORINI, Ulises. *La Rebelión de las Madres*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006, p. 63.

¹⁰⁴ Segundo entrevista dada por Beatriz Ascardi de Neuhaus a Ulises Gorini sobre o sequestro e o desaparecimento de sua filha. Ver em: GORINI, Ulises. *La Rebelión de las Madres*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006, p. 75.

María del Rosario Carballada de Cerruti¹⁰⁵, mãe de Fernando Rubén e Néstor Cláudio, cresceu em uma família de operários e de pais espanhóis. Nascida em 4 de janeiro de 1928 na cidade de Buenos Aires, María del Rosario casou, na década de 1950, com Agustín Cerruti. Para ajudar nas despesas da casa, realizava tarefas de costura e confecção de roupa. Seu primogênito, Fernando, cursava Economia na Universidade de Buenos Aires, onde passou a participar das atividades de militância. No dia 10 de maio de 1976, Fernando foi detido ao chegar a sua casa por cinco homens que já se encontravam na residência esperando por ele. Os homens informaram à família que Fernando seria levado ao Comando Primeiro de Palermo. Desde esse dia, nunca mais tiveram notícias de Fernando. María del Rosario, durante os meses seguintes, passou por diferentes lugares, entrando em contato com outras mães, dentre elas, Beatriz Ascardi de Neuhaus¹⁰⁶. María del Rosario foi à primeira convocatória de Azucena Villaflor. No segundo dia do encontro, marcado para sexta-feira, ela foi a responsável por trazer a carta redigida à máquina de escrever e endereçada ao general Jorge Rafael Videla.

Hebe Pastor de Bonafini nasceu em Ensenada, no dia 4 de dezembro de 1928. De família de operários, ela aprendeu a costurar ainda jovem. Queria ser professora, porém as dificuldades financeiras impediram que realizasse seu sonho. Casou-se com Humberto Alfredo Bonafini. Com ele, teve três filhos: Jorge Omar, Raúl Alfredo e María Alejandra. Os dois mais velhos, durante o período estudantil, passaram a fazer parte de grupos da esquerda. A angústia tomou conta de Hebe de Bonafini. Seus apelos para que deixassem a militância eram cada vez mais insistentes, principalmente após o golpe de 1976 e o aumento no número de sequestros e prisões. Porém, nenhum deles aceitava abandonar a causa e os companheiros. O resultado dessa relutância foi o triste 8 de fevereiro de 1977, em que um telefonema de seu filho Raúl Alfredo trazia a notícia de que Jorge Omar não estava em casa, havia desaparecido. Tentando encontrá-lo, Hebe percorreu vários lugares de La Plata, cidade onde vivia com os filhos. Avisada pelos amigos e familiares sobre a reunião de mães na Praça de Maio, ela foi a Buenos Aires para reclamar do desaparecimento de Jorge Omar. Chegando à capital portenha, foi ao encontro do grupo de mães. Em 6 de dezembro de 1977, seu outro filho Raúl Alfredo

¹⁰⁵ Texto escrito a partir da descrição do Fundo de María del Rosario Carballada de Cerruti disponível no site da Ação Coordenada de Organizações Argentinas de Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.memoriaabierta.org.ar/bases/opac/fondos/delosario/descripcion.html>. Acesso em 11/02/2013.

¹⁰⁶ Entrevista de Beatriz Ascardi de Neuhaus a Ulises Gorini. Ver em: GORINI, Ulises. *La Rebelión de las Madres*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006, p. 77.

foi sequestrado. Meses depois, no dia 25 de março de 1978, sua nora María Elena Bugnone Cepeda, esposa de Jorge Omar, também foi vítima da mesma violência.

Juana Meller de Pargament¹⁰⁷, filha de lituanos, nasceu em agosto de 1924 no estado argentino de Entre Ríos. Aos 17 anos, começou a trabalhar no Banco Canadá, onde conheceu seu marido. Da união, vieram os filhos Alberto José Pargament e Griselda Pargament. Na década de 1960, com o falecimento do marido, passou a trabalhar como secretária bilíngue, ocupação que manteve durante dez anos. Seu filho Alberto José, médico-psicanalista, trabalhava no hospital de Beccar. Na noite de 10 de novembro de 1976, Alberto foi fortemente golpeado e seqüestrado. Juana até então não sabia que ele era um militante. Desde o desaparecimento, passou a se dedicar à busca de seu filho, indo ao hospital onde ele trabalhava e percorrendo delegacias e quartéis até que, através do convite de outras mães, dirigiu-se à Praça de Maio.

Nora Morales de Cortiñas¹⁰⁸, natural de Buenos Aires, dava aulas de alta costura em sua residência. Teve dois filhos. Um deles, Carlos Gustavo Cortiñas, foi estudante de Economia da Universidade de Buenos Aires. Na manhã do dia 15 de abril de 1977, Carlos Gustavo se dirigia para seu trabalho quando foi sequestrado em uma estação de trem. A partir do desaparecimento, seus familiares começaram uma longa e difícil busca para encontrá-lo. Apresentaram recursos de *habeas corpus*, foram às igrejas, quartéis e necrotérios.

Falar dos filhos, tentar reconstituir o momento do desaparecimento e descrever os caminhos por onde elas passaram na busca de informações compunham os fragmentos semelhantes das histórias contadas por essas mulheres. Era por meio desses pontos em comum que a solidariedade e a integração grupal foram sendo traçadas. Apesar das diferenças de personalidades, profissões e origens, ser mãe e ter um filho desaparecido criaram o elo entre elas e deram uma identidade única ao grupo.

Essas duas condições foram fundamentais para o surgimento do movimento. A necessidade de descobrir o que havia acontecido e onde estavam seus filhos levou essas mulheres a uma luta que deixou de ser individual para se transformar em uma luta coletiva em que o que se tornava fundamental era a busca de todos os desaparecidos.

¹⁰⁷ Biografia escrita a partir da entrevista de Juana Meller de Pargament para o jornal “Página12”. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/las12/13-7467-2012-08-24.html>>. Acesso em: 05/02/2013.

¹⁰⁸ Biografia escrita a partir do testemunho de Nora Morales de Cortiñas a Mabel Belluci. In: LOZANO, Fernanda Gil (org.) *História de las mujeres en Argentina*. Tomo II. Buenos Aires: Taurus, 2000. Disponível em: <<http://agendadelasmujeres.com.ar/paginas/cortinas.html>>. Acesso em 12/02/2013.

No decorrer dessa busca, elas passaram por um processo de conscientização e de politização que muitas delas ainda não haviam experimentado. De repente, ao lado de papel de mãe de família, elas tiveram que desempenhar o papel de membros de um movimento e participar das atividades inerentes a uma organização, como discutir, decidir, estabelecer estratégias e agir. A nova função desempenhada causava alterações na relação delas com a própria família. A necessidade de estar fora do lar por um longo período, de realizar viagens eram os ingredientes para as discussões com os maridos, que percebiam o aumento da independência e do perigo que elas corriam a cada ação.

Quando Hebe de Bonafini defendeu que elas eram as únicas “mães nascidas de seus filhos”, implicitamente se referia a todas essas transformações que tiveram a partir do momento que iniciaram a luta para buscá-los. Mudanças comportamentais e políticas que marcaram um grupo de mulheres que viveu em um contexto caracterizado pela ascensão de duas grandes forças partidárias, o radicalismo e o peronismo, e pela influência da Igreja Católica.

Um lenço, um símbolo

Identificar-se era o objetivo das mães na peregrinação à Basílica de Luján. O evento anual que reunia milhares de fiéis ocorreria no dia 1º de outubro de 1977. Para um acontecimento desse porte, para onde se dirigiam muitas pessoas, era preciso usar algo que facilitasse o reconhecimento entre elas. Porém, o prego de cristo, usado nas marchas da Praça de Maio e preso às roupas, não possibilitava essa localização rápida entre essas mulheres.

Uma fralda, a fralda de pano usada pelos filhos, foi o que propôs Eva Castillo Obarrio. Colocando-a na cabeça, como um lenço, as mães participaram do evento católico. Durante a peregrinação, elas foram paradas por pessoas interessadas em saber de que grupo faziam parte. Responderam aos curiosos que elas não pertenciam a nenhuma paróquia. Elas eram mães que buscavam informações sobre seus filhos desaparecidos. A partir desse momento, a utilização do “lenço” serviu não apenas para a identificação entre elas, mas também para que outras pessoas passassem a identificá-las, já que começaram a associar o uso do lenço branco a uma mãe de desaparecidos.

Como não era muito prático o seu uso, a fralda de pano foi substituída, após a marcha a Luján, por um lenço. No entanto, esse não era utilizado nas marchas na Praça de Maio e, sim, em eventos localizados fora dela para que pudessem se identificar e

serem reconhecidas por outras pessoas, como ocorreu durante a visita de Cyrus Vance, secretário do Departamento de Estado dos Estados Unidos, à Argentina em novembro de 1977. A fim de chamar a atenção do político americano, que se encontrava na Plaza San Martín, as mães agitaram lenços brancos em suas mãos. Previamente, elas os colocaram em suas cabeças como forma de protestar para o problema dos desaparecidos.

A Praça de Maio já era considerada por essas mães o lugar próprio delas. Nela não necessitavam de nada externo para serem reconhecidas como as mães que buscavam seus filhos desaparecidos. Por isso, o emprego do lenço se tornava desnecessário nessa praça. Posteriormente, ele passou a ser usado pelas mães nas manifestações e nas marchas de todas as quintas naquele local, como forma de afirmação de suas identidades.

Assim como as circunstâncias e o local chegaram a incutir nas mães o uso ou não do lenço, as principais transformações pelas quais o grupo passou acabaram sendo impressas nesse lenço, através de mudanças em seu formato, cor e estampa. Como sugere Inés Vásquez, a utilização da fralda como um lenço remetia à infância dos filhos,¹⁰⁹ à tentativa de regressar no tempo para proporcionar a eles toda a proteção e vigilância que tiveram de suas mães naquele período. E, também, para mostrar que elas, mães, continuariam zelando por eles do mesmo modo que fizeram quando eram crianças. Quando a fralda foi substituída por um lenço, rompeu-se com a imagem infantil dos filhos a favor da juventude, fase da vida em que muitos deles estavam quando desapareceram. A opção pela cor branca no lenço ligava-se ao desaparecimento, à ausência, à incerteza e à falta de informação sobre a situação dos parentes desaparecidos.

Posteriormente, o fato de as mães se conscientizarem de que os desaparecimentos eram como uma peça chave na lógica da ditadura e da limpeza social que esta buscava instaurou a exigência pelo desmonte do aparato repressor e pela identificação dos responsáveis pelas violações. Naquele momento, o branco no lenço cedeu espaço a linhas negras por meio das quais foram traçadas letras que compuseram o nome dos filhos e as datas em que eles desapareceram. Como um modo de identificar

¹⁰⁹ VÁZQUEZ, Inés. *Argentina: viaje al interior del pañuelo blanco*. Nota escrita para a revista *Las Locas*, publicada pela editora Associação Madres de Plaza de Mayo, 2002. Disponível em: <http://www.rebelion.org/hemeroteca/sociales/vazquez070402.htm>. Acesso em: 12/03/2013.

os que foram vítimas da violência da ditadura, o lenço se tornou um símbolo de resgate da memória, bem como um símbolo de luta por justiça e verdade.

Em 1986, o lenço foi usado para estampar a marca de uma fratura. Divergências internas entre as integrantes em torno das exumações e identificação de cadáveres e da indenização paga pelo Estado à família do desaparecido provocaram a divisão do movimento. Com a inscrição da frase “Aparição com vida” escrita no lenço, a Associação Mães da Praça de Maio mostrava a sua oposição às exumações, entendidas como uma aceitação de uma morte que não teve sua causa investigada nem seus culpados punidos. As que mantiveram o nome de seus filhos gravados em seus lenços integravam as Mães da Praça de Maio – Linha Fundadora. Esse grupo, além de continuar a luta para que fossem identificados e julgados os culpados, aceitava as exumações e as indenizações por considerá-las, também, um modo em que o Estado reconhecia a responsabilidade pelos crimes de violações.

Como símbolo de um grupo, o lenço materializou seus diferentes significados. Ressignificações que correspondiam às mudanças inerentes à construção de uma identidade e ao processo de surgimento e consolidação do movimento Mães da Praça de Maio.

Repressão

Já eram muitas as iniciativas realizadas pelas Mães desde que começaram a se reunir na Praça de Maio. Entre abril e dezembro de 1977, elas apresentaram recursos de *habeas corpus*, visitaram bispos, foram ao Ministério do Interior, enviaram carta ao papa Paulo VI e solicitaram audiência com as autoridades.

Junto a um novo pedido de entrevista a Videla, as mães escreveram uma carta aberta em que pediam a verdade, uma verdade que explicasse onde os filhos estavam e de que eram acusados. A carta assinada por oitenta mães foi entregue aos jornais da cidade para que fosse publicada; porém, nenhum dos veículos de comunicação a publicou.

Essa e outras iniciativas, embora não tenham dado certo, causavam incômodos ao governo militar. A intransigência que essas mães demonstravam desde que haviam se instalado na Praça de Maio, aliada à figura materna que mobilizavam, eram elementos importantes para que elas ganhassem o respaldo da sociedade. Essa foi a conclusão a que o regime chegou. E com ela a necessidade de desmobilizar o movimento.

A ação da ditadura contra o grupo de Mães se deu em dois níveis. O discurso, o jogo de palavras em que as desqualificavam, chamando-as de “loucas”, “fantoques de subversivos” e de “mães de terroristas”; e a repressão direta na qual elas foram presas e levadas à delegacia, algumas, até submetidas aos mesmos métodos que os filhos passaram: sequestro e assassinato.

O primeiro tipo de ação estava relacionado com o papel designado pela ditadura à família. Nos discursos militares, como observa Cláudia Nora Laudano¹¹⁰, as referências às famílias estavam, sobretudo, ligadas ao dever dos pais. Cabia a eles proteger e, ao mesmo tempo, disciplinar seus filhos, zelando para que esses não caíssem na subversão. Essa ideia sobre a responsabilidade dos pais foi confirmada através da “Carta aberta aos pais argentinos”, publicada em 16 de dezembro de 1976, pela revista *Gente*. Na carta, advertia-se aos pais que, caso não ficassem atentos à vida de seus filhos, eles poderiam encontrá-los, um dia, no necrotério, não cabendo, portanto, aos genitores o direito de culpar o destino ou a fatalidade pelo ocorrido.¹¹¹

Esse tipo de discurso dava à ditadura a oportunidade de tornar o grupo de Mães de desaparecidos um exemplo para a sociedade do que ocorria aos pais que não impediram que seus filhos se transformassem em subversivos. Se essas mulheres não sabiam onde estava seu próprio filho significava que elas não tinha sido boas mães, que não haviam cumprido a obrigação. O não cumprimento dos deveres as fazia, assim, mães de terroristas, denominação dada pelas autoridades.

Mas embora essa tática parecesse mais prática devido aos discursos que a fortaleciam, as autoridades foram prudentes nos momentos de usá-la, principalmente com os jornalistas de agências internacionais que estavam na Argentina. Referir-se às mães de desaparecidos como mães de terroristas significava admitir diante da opinião internacional a existência de desaparecidos no país. Chamá-las de loucas¹¹², ao contrário, servia para desacreditá-las diante dos jornalistas, inibindo a importância que estes davam às manifestações do movimento. A desqualificação das mães através do uso da palavra louca era fortalecida com a imagem que a sociedade em geral criou acerca dessa pessoa, sujeito que cria fantasias, afastando-se da realidade.

¹¹⁰ LAUDANO, Cláudia Nora. *Las mujeres en los discursos militares (1976-1983)*. Buenos Aires: Red de Editoriales de Universidades Nacionales, 1998.

¹¹¹ Carta abierta a los padres argentinos. Revista *Gente*. Buenos Aires, Atlântida, 16/12/1976. Disponível em: <http://www.buenosaires.gob.ar/areas/educacion/cepa/segundo_documento_memoria.pdf> Acesso em 14/01/2013.

¹¹² Era também a forma que os militares, entre si, referiam-se às mães da Praça de Maio como revelou o jornalista francês Jean-Pierre Bousquet no seu livro *Las Locas de Plaza de Mayo*. Buenos Aires: El Cid Editor, 1984.

No dia 5 de outubro de 1977, as Mães e a entidade Familiares de Desaparecidos e Presos por Razões Políticas conseguiram que fosse publicada uma solicitação no jornal *La Prensa*. Nela, novamente, pediam a verdade às autoridades como única maneira de saber sobre os filhos e dos prováveis crimes que estavam sendo acusados.

A publicação da solicitação colocou o grupo de Mães na mira dos agentes da repressão, especificamente do Grupo Tarefa 3.3.2, com sede na Escola de Mecânica da Armada (ESMA), um dos principais locais para onde eram encaminhados, torturados e assassinados aqueles que eram considerados subversivos. A ação do movimento de Mães aumentava a suspeita do governo de uma possível colaboração entre elas e o grupo da esquerda armada Montoneros..

Com as informações passadas por Alfredo Astiz¹¹³, a ditadura deu início a outro tipo de ação contra o grupo de Mães. No dia 8 de dezembro de 1977, aproveitando uma reunião entre familiares de desaparecidos e militantes da Vanguarda Comunista que ocorria na igreja Santa Cruz, agentes militares sequestraram sete pessoas¹¹⁴, entre elas María Eugenia Ponce de Bianco e Esther Ballestrino de Careaga. As duas eram mães de filhos desaparecidos, faziam parte do grupo e eram grandes incentivadoras do movimento.

Mesmo abaladas pelos acontecimentos na igreja Santa Cruz, Azucena Villaflor, Hebe de Bonafini, Nora Cortinãs, Maria Adela Antokoletz, Aída Bogo e Lilia Órfano decidiram manter a proposta de publicar a segunda solicitação, marcada para sair no dia 10 de dezembro de 1977. No entanto, no mesmo dia em que o jornal *La Nación* saiu às ruas contendo o texto escrito pelas mães, elas foram surpreendidas por uma ação audaciosa dos agentes da repressão: o sequestro da líder do movimento Azucena Villaflor.

A nova tática empregada pelo regime contra o grupo de Mães ocorreu num momento em que a Argentina se preparava para sediar um dos maiores eventos esportivos. A Copa do Mundo de futebol ocorreria no país entre os meses de junho e julho de 1978. Tendo os olhos do mundo focados na Argentina, as autoridades manifestavam a preocupação com a imagem do país a ser criada no exterior. As

¹¹³ Sob o nome de Gustavo Niño, o tenente Alfredo Astiz foi indicado para se infiltrar no grupo. Passando por irmão de um desaparecido, ele tinha a missão de conseguir informações fundamentais sobre as líderes, os nomes de colaboradores e as atividades desenvolvidas pelo movimento.

¹¹⁴ Além de Esther Ballestrino de Careaga e María Eugenia Ponce de Bianco, foram sequestrados Alice Domom, Raquel Bulit, Patricia Oviedo, Ángela Aguad de Genovés e Gabriel Horacio Horane. No dia 9, foi realizado outro operativo. Nesse foi presa a monja francesa Léonie Duquet. Ver em: GORINI, Ulises. *La rebelión de las Madres*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006, p. 165.

denúncias de desrespeito aos direitos humanos, as solicitações feitas nos jornais do país e a importância que os correspondentes estrangeiros davam à luta do movimento de Mães eram vistos como fatores que prejudicariam a construção de uma imagem da Argentina em paz e segura.

Contra o que considerava ameaças, a ditadura começou um processo de desmobilização desse movimento, através dos sequestros e desaparecimentos de María Eugenia Ponce de Bianco, Esther Ballestrino de Careaga e Azucena Villaflor de De Vicenti¹¹⁵.

A escolha dessas três mulheres não foi por acaso. Azucena era a criadora do movimento. Tinha muita influência sobre o grupo, dando-lhe impulso e alternativas de ação. Tanto María Eugenia como Esther Ballestrino eram consideradas pelas próprias mães como as mais politizadas, faziam uma análise política e mobilizavam em suas falas conceitos e termos políticos. Segundo Juana Meller de Pargament, das Mães da Praça de Maio, a capacidade de expressar e a linguagem política de Esther “as ajudavam muito na escrita das solicitações, projetos e cartas”.¹¹⁶

Com a infiltração de Alfredo Astiz no grupo de Mães, a repressão conseguiu identificar María Eugenia e Esther Ballestrino como a possível ponte entre o movimento de Mães e grupos políticos da esquerda.

Ironicamente, através desses atos e de sequestros de mais jovens, a repressão conseguiu cumprir a declaração de um Natal em paz feita por Videla. Uma paz da ditadura que comemorava, em fins de 1977, o triunfo sobre os grupos guerrilheiros, os partidos da esquerda e a “subversão” e que se preparava para outro desafio: a Copa do Mundo de 1978.

“Mobilizando o nacionalismo popular e combinando-o com a paixão pelo futebol dos argentinos”,¹¹⁷ a ditadura, com o apoio dos meios de comunicação, conseguiu alcançar o entusiasmo e a disposição de grande parte da população. Ao movimento de Mães, coube continuar a luta na Praça de Maio, enfrentando, agora, o clima de euforia patriótica provocado pela grande festa esportiva. Durante todo o

¹¹⁵ As três mulheres foram levadas para a Escola Mecânica da Armada (ESMA), torturadas e jogadas vivas ao mar. Em 20 de dezembro de 1977, corpos apareceram na Costa de Santa Teresita. Eles foram enterrados como não identificados no cemitério General Lavalle. Em 2005, a Equipe Argentina de Antropologia Forense identificou os restos; três desses correspondiam aos corpos de Azucena, María Eugenia e Esther.

¹¹⁶ Entrevista de Juana Meller de Pargament a Ulises Gorini. Ver em: GORINI, Ulises. *La rebelión de las Madres*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006, p. 160.

¹¹⁷ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A ditadura militar argentina 1976-1983: do golpe de Estado à Restauração Democrática*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2007 p. 212

torneio, tiveram que lidar com o desprezo e rechaço de parte da população que as acusava de tentar promover uma campanha de difamação contra o país. Foi “um momento horrível”, conclui Hebe de Bonafini, “porque com o Mundial se tampou ou quis tampar tudo o que estava passando”¹¹⁸.

Embora não tenha contado com a solidariedade de parte da sociedade argentina, o movimento conseguiu um importante aliado durante a competição. Repórteres holandeses acompanharam e transmitiram a marcha das Mães para o seu país desde o primeiro dia do evento. A aproximação entre holandeses e Mães permitiu que a luta do movimento ganhasse repercussão internacional e proporcionou apoio através da formação de grupos solidários em países europeus, como a Holanda e a França.

Organização

O número de mães que aderiram ao grupo de Mães aumentava a cada dia. Cinco meses depois da primeira convocatória na Praça de Maio, eram contabilizadas cerca de trezentas mulheres. A ampliação exigiu mudanças estruturais importantes que garantissem a recepção de mais mães e familiares de desaparecidos e o acolhimento de demandas e de denúncias vindas de diferentes regiões do país. Como resultado de todas as transformações, que apontavam para o crescimento do movimento não apenas em seu aspecto quantitativo, elas decidiram criar uma associação, sendo legalizada e reconhecida como uma entidade civil, no dia 22 de agosto de 1979, sob o nome de Associação Mães da Praça de Maio. Estruturalmente, ela era composta pela Comissão Fundadora, responsável por conduzir a Associação; a Comissão Diretiva¹¹⁹, que tinha como atribuição executar as resoluções daquela comissão e das Assembleias; e os sócios.

No momento de legalização, a entidade ainda não possuía uma sede própria. Ela foi obtida em 1980 em decorrência do auxílio financeiro dado pelo grupo de apoio da

¹¹⁸ Conferência pronunciada por Hebe de Bonafini, presidente da Associação Mães da Praça de Maio, em 6 de julho de 1988 na Liberarte. Ver em: *Historia de las Madres de Plaza de Mayo*. Buenos Aires: Página/12, 1996, p. 19.

¹¹⁹ Ela era constituída por Hebe Pastor de Bonafini, presidente; María Adela Gard de Antokoletz, vice-presidente; María del Rosario Carballeda de Cerruti, secretária; María Eugenia Casinelli, pro-secretária; Juana Meller, tesoureira; e Nora de Cortiñas, pro-tesoureira e Carmen Aguiar de Lapacó, Sofia René Slotopolsky Epelbaum, Angélica P. Sousa, Beatriz Haydee Catalina Ascardi de Neuhaus e Élica Busi de Galleti. Ver em: Lista completa da comissão gestora e da ata fundacional disponível em <<http://www.madresfundadoras.org.ar/pagina/Declaracindeprincipiosao1979/24>> Acesso em: 20/01/2013.

Holanda. A partir daquele ano, a sede passou a estar situada na Avenida Hipólito Yrigoyen, 1.442, em Buenos Aires.

A formalização foi um importante avanço no processo de construção da identidade do movimento. Através dela, definiam as regras, as obrigações, atribuições e proibições de suas participantes e, principalmente, estabeleciam um conjunto de procedimentos e objetivos que as diferenciava dos outros movimentos de direitos humanos. O foco na busca por desaparecidos expunha a finalidade da organização, assim como os critérios para a admissão de sócios ativos que deveriam ser parentes de pessoas nessa situação. O nome conformava as características do movimento, referindo-se à condição de mãe da maioria de suas participantes e ao local onde se reuniram pela primeira vez.

Direitos Humanos

O ano de 1979 na Argentina foi marcado pela visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), subordinada à Organização dos Estados Americanos. O convite foi formalizado pelo governo argentino em fins do ano de 1978. Junto a ele, foram acordadas as condições para a inspetoria a ser efetuada pelos representantes internacionais.

A visita foi resultado de uma longa negociação entre o governo dos Estados Unidos e da Argentina em decorrência das denúncias de violações contra os direitos humanos cometidas no país sul-americano. As pressões internacionais provenientes, sobretudo, dos Estados Unidos e de vários países europeus, contra esses crimes começaram em 1977¹²⁰.

O anúncio da chegada da Comissão para o dia 28 de maio de 1979 mobilizou os organismos de denúncia na Argentina. Eles começaram a coletar e registrar o maior número possível de depoimentos que seriam entregues aos representantes do órgão internacional. A reunião de milhares de casos contra as violações reforçava essas entidades a exigir do regime não somente explicações sobre os paradeiros e as situações dos desaparecidos. Elas passaram a criticar e reclamar das causas e metodologias

¹²⁰ Nesse ano, as visitas da subsecretária de Direitos Humanos do Departamento de Estado norte-americano Patricia Derian, em agosto, e do secretário do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Cyrus Vance, em novembro, tinham como objetivo questionar as autoridades do país sobre casos de desaparecimentos, execuções sumárias e prisões sem processo acusados pelos movimentos de direitos humanos à embaixada norte-americana na Argentina.

empregadas pela repressão. A mudança da atitude de algumas entidades em relação ao regime teve como marco fundamental a sugestão feita pelo advogado Emilio Mignone da Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos. Pai de Monica Mignone, militante da Juventude Peronista desaparecida em 14 de maio de 1976, Mignone defendeu a utilização da expressão “presos-desaparecidos” no lugar de somente desaparecidos. Essa denominação indicava a responsabilidade do Estado na repressão e sobre os destinos dessas pessoas.

As Mães, que já não eram apenas um grupo de familiares, mas um movimento de denúncia, consideravam a expressão formulada por Emilio Mignone mais adequada, já que os desaparecimentos não foram resultados de uma ação voluntária dos próprios desaparecidos ou de grupos da esquerda armada, como alegavam as autoridades. Mas de ações de que participaram forças policiais e militares conforme indicavam os vários depoimentos.

Essa posição tomada pelas Mães em torno da expressão “presos-desaparecidos” representava uma significativa mudança do próprio movimento e que decorre do longo processo de enfrentamento com o poder. Através desse embate, perceberam que o regime havia lançado mão de uma metodologia, composta por sequestro, transferência a um Centro Clandestino de Detenção, tortura e morte, que atentava contra a integridade física e psicológica das vítimas. O próprio grupo tinha sofrido essa violência através do sequestro e desaparecimento de três mães. Contra essa forma de violação cometida pelo Estado, era necessário lutar também para que este não fugisse das responsabilidades que lhe cabiam.

O desenvolvimento dessa conscientização das Mães transformava a reclamação do movimento. Não era mais suficiente “saber se os filhos estavam vivos ou mortos” ou “saber de que crimes eram acusados”, como expressavam em suas primeiras solicitações. Era fundamental exigir do Estado explicações a respeito da sequência detenção, cativeiro clandestino e tortura para que o desaparecimento fosse entendido como uma etapa dessa metodologia.

Após quatro meses do anúncio da sua chegada, a Comissão Interamericana chegou à capital portenha no dia 6 de setembro de 1979. Durante as duas semanas de trabalho, “foram reunidas 5.580 denúncias de desaparecimento”.¹²¹ O relatório da missão foi concluído em 14 de dezembro de 1979. Em suas 374 páginas, foram

¹²¹ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A ditadura militar argentina 1976-1983: do golpe de Estado à Restauração Democrática*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p. 386.

analisados os casos de sequestro, torturas, mortes e desaparecimentos provocados por operações clandestinas da repressão. Foi confirmada a participação de pessoas vinculadas às forças policiais e militares nessas operações. E foi presumida a morte de milhares de presos-desaparecidos.

A visita da Comissão causou mudanças na dinâmica do regime e da sociedade civil. Apesar de a ditadura não ter sido condenada na Assembleia da Organização dos Estados Americanos, divergências internas das Forças Armadas tornaram-se mais explícitas. Membros da “linha-dura” começaram a criticar a ascensão do general Roberto Viola e sua perspectiva de suceder Jorge Rafael Videla na presidência. A sociedade civil começou, ainda que de maneira tímida, a apresentar uma oposição ao regime. A definição de preso-desaparecido foi se constituindo como centro de um debate que, mesmo com limitações, possibilitou fazer desse tema um problema político.

As Mães refutavam o anúncio das mortes dos desaparecidos. Defendiam que o desaparecimento fosse esclarecido pelas autoridades através da reconstituição das fases das operações da repressão e que o Estado assumisse sua responsabilidade pelos casos. Essa posição do movimento foi brindada com a insígnia “Aparição com vida”, lançada em 1980, marcando de que modo essa organização passou a pensar e agir em torno da questão democrática.

Política

O ano de 1980 foi pontuado por importantes conquistas para o movimento das Mães. Uma delas foi a possibilidade de voltar para a Praça de Maio, após o ingresso delas ao local ter sido proibido durante todo o ano de 1979. A outra foi a publicação, em junho, do primeiro *Boletín de las Madres* como veículo de comunicação do grupo. Por fim, a indicação para o Prêmio Nobel da Paz significou o reconhecimento internacional do trabalho de solidariedade e de assistência desempenhado pela entidade.

Além dessas realizações, o que marcou expressivamente as Mães, naquele ano, foi a conquista de uma postura mais crítica. Um comportamento que surgiu a partir da experiência e da conscientização desencadeadas na busca pelos filhos, que ultrapassou o espaço social e se anunciou na cena política por meio da expressão “Aparição com vida”.

Através dela, as Mães expressavam a sua oposição à morte por decreto, defendida pelo governo¹²², e se colocavam a favor da vida, palavra que ganhava um sentido próprio e condizente com a luta do movimento, pois, antes de significar o desejo de que os desaparecidos voltassem vivos para seus lares, ela representava o direito dos familiares de saber os motivos por que seus entes desapareceram e de serem identificados os responsáveis pelo desaparecimento.

A utilização da insígnia “Aparição com vida” marcou uma importante cisão entre as entidades do movimento de direitos humanos na Argentina. Na verdade, esse movimento foi sempre heterogêneo. Segundo Elizabeth Jelin e Pablo Azcarate, ele conformava dois tipos de organismos. O dos “afetados diretamente pela repressão e o dos não afetados”¹²³. Dentre os primeiros estavam as Mães da Praça de Maio, as Avós da Praça de Maio e os Familiares de Desaparecidos e Presos por Razões Políticas. Eles tinham como principal objetivo buscar um familiar desaparecido. O segundo organismo era composto por vítimas, familiares, políticos, intelectuais, religiosos e profissionais que sofreram diretamente ou não violações aos direitos humanos. Nesse grupo apareciam a Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos e a Liga Argentina pelos Direitos do Homem.

No entanto, essa classificação sugerida por Jelin e Azcarate se torna mais precisa quando se concentra nas estratégias usadas pelos dois grupos e não somente pela situação de seus membros. Dessa maneira, em relação às estratégias, o primeiro grupo empregava, principalmente, a ação direta caracterizada pelo uso da mobilização, da pressão e do emprego de valores ético-morais. O segundo grupo lança mão de uma ação mais cautelosa, orientada por conceitos políticos e jurídicos. Foi através dessas formas de ação e de objetivos que os organismos de direitos humanos foram se diferenciando, dando abertura, inclusive, para o surgimento de outras entidades.

O que o uso da insígnia “Aparição com vida” provocou, principalmente no movimento de direitos humanos, foi impulsionar o posicionamento desses organismos em relação à como o Estado assumiria suas responsabilidades com o problema dos desaparecidos. Para as Mães e os Familiares, o modo seria através da “verdade”,

¹²² A ditadura havia apresentado um projeto lei, em 12 de setembro de 1979, atrelando a declaração de ausência com suposto falecimento feita pelos familiares ao auxílio financeiro dado a esses pelo governo. Com isso, como aponta Gorini “ia confeccionando em forma indireta a lista de mortos”. GORINI, Ulises. *La rebelión de las Madres*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006, p. 306.

¹²³ AZCARATE, Pablo; JELIN, Elizabeth. *Memoria y política: movimiento de derechos humanos y construcción democrática*. Revista America Latina Hoy. Salamanca/Espanha, nº 20, dezembro, 1998, p. 30.

traduzida pela divulgação do esquema repressivo, e não da “verdade” posta pela ditadura e que representava a morte dos desaparecidos.

Nessa postura das Mães estava implícito o reclamo pela justiça, ou seja, o julgamento dos acusados pelas violações aos direitos humanos. Um reclamo que, dado o momento político, aparecia como algo arriscado para as estratégias de grupos político-partidários que começaram a recuperar espaços na sociedade¹²⁴. A previsão desses grupos era de que estava cada vez mais próximo o fim da era dos militares, já que a guerra anti-subversiva estava concluída e a política econômica adotada demonstrava grandes problemas. Dadas essas condições, restava às forças partidárias trabalhar para voltar ao centro da disputa pelo poder. Para isso, compuseram a Frente Multipartidária em julho de 1981, simbolizando a aliança dos grupos políticos na luta pela transição democrática. Nas declarações publicadas para a sociedade, a Frente pleiteava a necessidade de que essa luta estivesse em mãos dos partidos políticos tradicionais. Seriam eles os principais agentes responsáveis por apresentar e definir os acordos com os militares.

A respeito dos direitos humanos, o comportamento dominante dessa Frente era de não exigir uma revisão do passado, mas apenas a divulgação de uma lista de vítimas. O descarte de qualquer tipo de investigação e de julgamento era justificado na necessidade de dar segurança aos militares para que, assim, eles não colocassem empecilhos que dificultariam o fim do regime. Essa justificativa usada pela Multipartidária, na verdade, permitia não somente livrar os militares das condenações, mas também resguardar, contra possíveis acusações, políticos e grupos partidários que deram sustentação e colaboração à ditadura.

Para as Mães, a formação da Multipartidária representava uma nova manifestação de cumplicidade entre os políticos e o regime. A tendência manifestada por essa Frente de considerar legítima a “guerra suja” e lançar para o esquecimento as violações cometidas representava um ato inaceitável para aqueles que defendiam os direitos humanos. Por isso, exigiam que o diálogo sobre a reconstrução institucional abarcasse, além dos partidos políticos, outras organizações da sociedade civil. Exigiam que as forças partidárias priorizassem, na busca de soluções para essa reconstrução, o

¹²⁴ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A ditadura militar argentina 1976-1983: do golpe de Estado à Restauração Democrática*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p. 429.

problema dos desaparecidos e que esse fosse esclarecido a partir da perspectiva posta pela insígnia “Aparição com vida”, como um direito dos familiares.

A maior visibilidade que os movimentos de direitos humanos conquistaram, desde a visita da Comissão Interamericana, transformou-os em principais grupos de oposição à ditadura militar. Nesse bloco, reuniam nomes importantes como Raúl Alfonsín, do Movimento Renovação e Mudança, do partido radical, e Oscar Allende, do Partido Intransigente. Protestos sindicais, estudantis e de bairros, petições e marchas foram se multiplicando e ocorrendo durante o governo do general Leopoldo Fortunato Galtieri, eleito pela Junta Militar para substituir o general Roberto Viola. Nos primeiros meses de 1982, as manifestações continuaram. Em 30 de março daquele ano, deu-se início ao movimento *porteñazo* convocado pelos sindicalistas e trabalhadores.

O clima de contestação ao regime se intensificou. O retorno da democracia e a resolução dos problemas dos desaparecimentos tornaram-se as principais demandas de parte da sociedade argentina. Contudo, o anúncio da Guerra das Malvinas desmobilizou as diversas manifestações de repúdio ao regime militar. Às Mães da Praça de Maio restou denunciar a manobra política, por meio da frase: “As Malvinas são argentinas e os desaparecidos também!”.

O Movimento Feminino pela Anistia e as Mães da Praça de Maio surgiram na década de 1970 durante as ditaduras no Brasil (1964-1985) e na Argentina (1976-1983). Iniciaram seus percursos denunciando as violações cometidas pelo Estado contra os direitos humanos. Ao longo de suas trajetórias, passaram do questionamento à luta pelo fim de um regime autoritário.

Grande parte das integrantes dos movimentos organizados por mulheres era parente ou amiga de pessoas que haviam sido alvos do aparato repressor. As participantes do Movimento Feminino pela Anistia, principalmente as que ocupavam os cargos de direção dos núcleos e da coordenação nacional, eram mulheres com formação acadêmica, bem-sucedidas profissionalmente e reconhecidas em suas áreas de atuação. Muitas delas, como a própria Therezinha Zerbine, dispunham de uma rede de contato montada desde 1968, com entidades estudantis, profissionais (advogados, jornalistas) e com figuras importantes no cenário político e social. Essa posição ajudou na conformação de alianças e, claro, na maior visibilidade das atividades da organização,

que pôde divulgá-las em espaços privilegiados, como as Câmaras Municipais, as Assembleias Legislativas e o Congresso Nacional.

As Mães da Praça de Maio eram compostas, majoritariamente, por donas de casa, pertencentes às famílias de trabalhadores. A posição social, a pouca experiência pública e o terror imposto pela ditadura à sociedade foram alguns dos principais fatores que prejudicaram o grupo a tecer uma rede ampla composta de entidades e de personalidades locais que pudessem oferecer-lhes apoio durante os primeiros anos de formação¹²⁵.

Criados fora dos canais institucionais, as Mães da Praça de Maio e o Movimento Feminino pela Anistia elaboraram maneiras não convencionais de participação e empregaram a mobilização e a pressão como recursos fundamentais para a eficácia de suas ações. Assim, caminhar ao redor da Pirâmide na Praça de Maio e empunhar cartazes com as fotos dos filhos desaparecidos constituíram uma das formas centrais de organização e protesto das Mães da Praça de Maio. Os abaixo-assinados, a participação em eventos promovidos por entidades profissionais e a formação de núcleos em vários estados do Brasil conformaram o estilo do Movimento Feminino pela Anistia, por meio do qual conseguiam apoio e novas adesões.

A Praça de Maio foi o local escolhido pelas mães argentinas. Apropriaram-se desse lugar público, protegido pelas forças policiais e pela ditadura, que impediam qualquer tipo de reunião ou manifestação. Com coragem e ousadia, mantiveram-se na praça, fazendo dela um importante símbolo de um grupo de mulheres que nascia apartado dos espaços fechados dos outros movimentos de direitos humanos e que apresentava uma nova resistência aberta e frontal à ditadura. As dezenas de sedes foram os locais de trabalho do Movimento Feminino pela Anistia. Nesses locais fechados, as integrantes elaboravam os manifestos, angariavam doações, apoiavam os familiares e as vítimas, e organizavam suas visitas aos presídios. A rua foi tomada anos depois, quando a sociedade unida em torno da campanha pela anistia ocupou os espaços públicos, empunhando cartazes e faixas pelo fim da ditadura.

Os objetos, os desenhos e as marcas elaborados por esses grupos de mulheres expressavam e confirmavam as identidades a serem valorizadas. Como referência entre os membros e como uma forma de comunicação entre o grupo e a sociedade, eles

¹²⁵ A solidariedade veio do exterior, a partir de 1978, de grupos de ajuda localizados na França e na Holanda e de argentinos exilados que passaram a organizar os comitês de denúncias contra as violações cometidas na terra natal.

exerciam a tarefa de representar, ou seja, “de fazer presente aquilo que está ausente ou de re-apresentar uma presença”.¹²⁶ Nessa perspectiva, os lenços brancos amarrados na cabeça representavam as Mães da Praça de Maio, porque era por meio desse objeto que as mães simbolizavam o elo entre elas e seus filhos. O desenho de uma pomba branca, emblema mundial da paz, tendo em seu peito as letras MFPA, passou a representar o Movimento Feminino pela Anistia, porque ajudava a articular o trabalho desempenhado pela entidade à paz.

Organizado e compostos por mulheres, ambos os movimentos sociais¹²⁷ elegeram de que maneira suas integrantes deveriam ser vistas e reconhecidas. Uma forma que lhes permitia, ao mesmo tempo, negar um sistema de referência imposto pelos regimes autoritários em relação ao papel das mulheres e definir suas identidades diante de outras entidades. Assim, as componentes do Movimento Feminino pela Anistia se caracterizavam como cidadãs, ou seja, mulheres interessadas pelos problemas sociopolíticos do País e dispostas a lutar pela anistia. A ênfase no papel de cidadã estava ligada às comemorações do Ano Internacional da Mulher, em 1975. E, também, ao fato de a cidadania plena ter sido negada pela própria ditadura, que cerceava homens e mulheres de lutarem pelos seus direitos através da participação.

Para as Mães da Praça de Maio, a maternidade era um dos pontos fundamentais que unia suas componentes. Afirmar-se como mães que buscavam seus filhos desaparecidos correspondia a travar uma luta contra a representação construída pela ditadura: “as mães de terroristas”. Explorando as ideias implícitas à palavra mãe, como altruísmo e proteção, essas mulheres passaram a surgir no cenário argentino como mães de todas as pessoas desaparecidas, vítimas da violência de um Estado autoritário.

No entanto, mesmo que o Movimento Feminino pela Anistia tenha priorizado a condição de “cidadã” e as Mães da Praça de Maio a de “mãe”, as duas entidades buscaram concepções construídas para o mundo feminino, como solidariedade e amor, para legitimar e impulsionar suas ações. Ao longo da trajetória desses grupos, essas palavras e noções ligadas àquele mundo não deixaram de ser usadas. Mas elas se tornaram argumentações frágeis, vazias, pois não conseguiam corresponder às transformações pelas quais ambos os grupos foram passando (ampliação do trabalho,

¹²⁶ FALCON, Francisco. História e representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, J. *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000, p. 46.

¹²⁷ Como sugere o sociólogo italiano Alberto Melucci, um movimento social “é um sistema de ações coletivas cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica ruptura de um conjunto de referências”. Ver em: MELLUCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 35.

aumento no número de integrantes, ação política) nem, tampouco, firmar os seus posicionamentos diante de uma nova configuração política e social marcada pelo desgaste da ditadura, pelo avanço da oposição e pela introdução de temas, como a democracia, no cenário público.

O contexto sociopolítico exerceu um papel fundamental na constituição desses dois movimentos sociais. Os métodos utilizados pela repressão, o grau de institucionalização desse aparato e a relação desse Estado ditatorial para com a sociedade marcaram as decisões das participantes acerca dos principais objetivos que buscavam, dos recursos a serem empregados e das articulações a serem seladas com outros organismos e setores sociais.

Considerar os fatores externos não significa privilegiá-los em detrimento da autonomia dos grupos em relação às suas próprias ações. As formas organizativas, os processos de mobilização, os símbolos adotados, os modos de comunicação e os significados que orientam o comportamento de um movimento social são construídos através da integração de experiências e do compartilhamento de expectativas entre os seus integrantes. Seus atos são mais do que uma reação a “um sistema de referências”, uma vez que podem introduzir modificações na sociedade que vão “desde transformações nas relações de poder a mudanças nas ordens sociais”.¹²⁸

No Brasil, a luta pela Anistia impulsionada pelo Movimento Feminino pela Anistia articulou as forças oposicionistas, colocou na cena pública temas como direito e participação e desencadeou um processo político diferente do que havia sido planejado pelo regime ditatorial. Na Argentina, a busca pelos paradeiros dos filhos realizada pelas Mães da Praça de Maio tornou o problema dos desaparecidos um problema político para a ditadura e para o regime democrático.

Em fins da década de 1970, ao lado da luta pelos direitos humanos, emergiu a luta pela democracia. A articulação entre as duas lutas constituiu a nova tarefa dessas duas entidades, já que tratar de democracia significava pensar uma nova forma de convivência política, significava abordar os princípios fundamentais desse regime a partir dos elementos valorativos e éticos e as reivindicações que constituíram o Movimento Feminino pela Anistia e as Mães da Praça de Maio.

¹²⁸ CALDERÓN, Fernando; JELÍN, Elizabeth. *Classes sociais e movimentos sociais na América Latina: perspectivas e realidades*. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_05/rbcs05_04.htm. Acesso em: 02/05/2013

3- A hora e a vez da democracia

3.1- Democracia e democratização: as novas perspectivas dos intelectuais latino-americanos

Na América Latina, durante os anos 1950 e 1970, o desenvolvimentismo e as teorias da dependência representaram os principais eixos de discussão entre os intelectuais ligados às Ciências Sociais¹²⁹. A democracia, naqueles anos, não era um assunto que ocupava um espaço privilegiado nesses debates. Quando era analisada, em muitas vezes, ela era vista como consequência do nível de desenvolvimento econômico e social do país.

A reviravolta da democracia começou a partir de meados da década de 1970, quando não apenas se tornou o tema hegemônico nos estudos dos intelectuais, mas também passou a ser pensada e definida sobre outros paradigmas. Os novos aportes científicos empregados para estudar a democracia libertavam-na dos condicionamentos econômicos, passando a examiná-la por meio de fatores majoritariamente políticos.

Dentre as principais causas que explicam as mudanças de concepções de democracia observadas naqueles anos, podem-se citar o autoritarismo vivido sob os regimes militares, as modificações ocorridas nas Ciências Sociais e as transformações da própria sociedade. Enfim, uma alteração de concepção que dependeu tanto do contexto político nacional e internacional quanto do próprio desenvolvimento do campo social e simbólico da sociedade.

Em relação à primeira dessas causas, o autoritarismo das novas ditaduras, ao cercear as liberdades, consolidar a violência e manter fora do jogo político grande parte da sociedade, serviu como base para que os intelectuais pensassem a democracia como uma perspectiva oposta a essas práticas. Viver sob a democracia era viver, então, sob um regime político que garantia as liberdades e os direitos, que respeitava a dignidade humana e que admitia a diversidade.

Essa ideia de democracia passou a aparecer na produção intelectual como resultado das experiências pessoais marcadas pelo exílio, prisão, censura,

¹²⁹ Sobre os estudos da teoria da modernização e das correntes da teoria da dependência. Ver em: CAMOU, Antonio. Se hace camino al transitar: notas em torno a la elaboración de un discurso académico sobre las transiciones democráticas en Argentina y América Latina. In: CAMOU, Antonio; TORTI, María Cristina; VIGUERA, Aníbal. *La Argentina democrática: los años y los libros*. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

desaparecimentos e mortes. Como aponta Norbert Lechner¹³⁰, a valorização da democracia, realizada nos primeiros anos da década de 1970 pelos intelectuais, conformou-se mais em uma experiência pessoal do que em uma construção teórica acerca da democracia. Ela se iniciou e foi se concretizando através de um duplo processo caracterizado pela crítica a um passado marcado pelo autoritarismo político e pela autocrítica ao papel protagonista da revolução sob o viés da estratégia guerrilheira.

A derrota dos grupos armados e a violência usada pelo Estado contra a própria sociedade abriram o caminho para um movimento de transformação que culminou no rechaço à violência como forma tradicional de ação política e na ascensão da democracia como a possibilidade mais eficaz de luta contra a ditadura. No Brasil, Francisco Weffort observou que a descoberta do valor da democracia ocorreu no momento mais obscuro da repressão do regime (1969-1974) e consistiu “numa atitude nova em relação ao Estado e, por consequência, em relação à sociedade e à democracia”.¹³¹

Nesse processo de dúvidas, de críticas e de negação à radicalização política, o exílio ocupou um papel de destaque. A vivência em outros países que apresentavam modelos políticos não autoritários contribuiu para que os exilados formassem novas reflexões acerca da política, da função da sociedade e de como deveria ser a relação entre esta e o Estado. María Matilde Ollier, ao tratar dos militantes da esquerda armada argentina, revela que a experiência no exílio “originou um processo de reflexão e transformação do pensamento revolucionário”,¹³² assinalado pela desconfiança da política radical e pela valorização da ação política.

O exílio proporcionou, aos cientistas sociais e outros intelectuais acadêmicos, um intenso intercâmbio de ideias, de relações e de projetos. Os trabalhos realizados nos centros de pesquisas e em universidades internacionais e as redes de contato estabelecidas ajudaram a ampliar o horizonte cultural e diversificar os valores políticos. Antigas visões e estratégias políticas foram abandonadas ou reelaboradas a partir de recentes parâmetros. As novas leituras e o contato com pontos de vista diferentes estimularam esses intelectuais a rever interpretação sobre o passado, pensar as especificidades e propor soluções para os principais problemas nacionais.

¹³⁰ LECHNER, Norbert. De la revolución a la democracia. Revista *Leviatán*, Madrid, nº21, out.1985. Disponível em: <<http://www.debatefeminista.com/pdf/articulos/delares278.pdf>>. Acesso em 21/01/2012.

¹³¹ WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 3ed, 1985, p. 67.

¹³² OLLIER, María Matilde. Los nuevos aprendizajes políticos. In: *De la revolución a la democracia: cambios privados, públicos e políticos de la izquierda argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009, p. 186.

Ao retornarem aos seus países, trouxeram na bagagem essas concepções políticas que buscaram difundir através da criação de centros de pesquisas nacionais, de organização e participação em seminários regionais e de artigos publicados nas imprensas alternativas e em revistas ou jornais especializados. Apesar da variedade de interpretações elaboradas, as inúmeras produções tinham em comum apontar a democracia como a nova ordem política a ser instaurada após o regime militar.

No entanto, todas essas mudanças registradas no mundo intelectual, que implicaram a valorização da democracia e a busca de sua definição, resultaram também de transformações internas das Ciências Sociais e das Ciências Humanas em geral.

A partir da década de 1970, os fatores especificamente políticos ganharam cada vez mais espaço nos estudos dos fatos e fenômenos sociais que, até então, eram vinculados majoritariamente às dimensões sociais e econômicas. A política deixou de ser pensada como um campo exclusivo de ação do Estado ou como um reflexo das estruturas econômicas para ser vista como uma ação dos sujeitos que se mobilizam e participam com o objetivo de “produzir efeito sobre a organização, funcionamento e objetivos da sociedade”¹³³.

Segundo Lechner, essa ressignificação da política adquiriu três características nos debates da América Latina. A primeira delas foi a de perceber que as relações sociais geravam conflitos e que a resolução desses conflitos não se limitava à morte do oponente, mas “ao reconhecimento recíproco dos sujeitos entre si”.¹³⁴ Sob essa perspectiva, a lógica da política passou a não ser mais uma lógica da guerra. A antiga relação amigo-inimigo foi sendo substituída pela busca de definição das regras do jogo, do manejo das tensões e dos acordos entre as partes colidentes.

A segunda característica consistiu em indicar as condições para uma política democrática. As causas dos conflitos sociais e políticos deixaram de ter uma origem exclusiva nas relações de produção, ou seja, no lugar que o indivíduo ocupa na divisão do trabalho. E passaram a ser compreendidas na complexidade das relações sociais, no entrelaçamento de identidades e de sistemas de valores construídos e apropriados pelos indivíduos a partir de referenciais étnicos, religiosos, geracionais, culturais. A diversidade de interesses e de objetivos surgidos dessas relações só podia ser garantida por meio de uma política democrática assentada na pluralidade dos sujeitos.

¹³³ DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é participação política*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 10.

¹³⁴ LECHNER, Norbert. De la revolución a la democracia. Revista *Leviatán*, Madrid, nº21, out.1985. Disponível em: <<http://www.debatefeminista.com/pdf/articulos/delares278.pdf>>. Acesso em 21/01/2012.

Por fim, a terceira característica se pautou na crítica ao enfoque instrumentalista da política que a concebia apenas como meio para conquistar o poder.

Democracia: das experiências pessoais à elaboração teórica

Foi em fins da década de 1970 e princípios da década de 1980 que os cientistas sociais latino-americanos começaram a elaborar teorias sobre a democracia, utilizando, para isso, as novas chaves de interpretação do campo de conhecimento.

Dois fatos, ambos ocorridos em 1978, foram de grande valia para colocar a democracia no centro dos debates. O primeiro deles foi a publicação da obra coordenada pelo sociólogo espanhol Juan Linz e pelo também sociólogo norte-americano Alfred Stepan¹³⁵. Embora tratasse de uma variedade de países, esse estudo se destacou por colocar em relevância os fatores políticos que levaram ao fim os regimes democráticos.

O segundo acontecimento, que se deu em 1978, foi a realização, entre os dias 16 e 20 de novembro, da Conferência Regional do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). Ocorrido na cidade de San José, em Costa Rica, o evento contou com a participação de Gino Germani, Raúl Alfonsín e Raúl Prebisch, da Argentina, dos chilenos Enzo Faletto e Tomás Moulian, de Vinícius Caldeira Brant, do Brasil, entre outros sociólogos, cientistas políticos e advogados. A organização esteve a cargo de Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e Francisco Delich, secretário executivo da CLACSO, e contou com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Fundação Ford e da Unesco¹³⁶.

Sob a temática “As Condições Sociais da Democracia”, essa conferência é apontada como a responsável por instalar a questão democrática no seio da comunidade científica latino-americana¹³⁷. Os processos de transição monopolizaram grande parte

¹³⁵ Anterior ao trabalho de Linz e Stepan, outro livro causou um grande impacto no ambiente intelectual. De certa forma, nele também há a predominância e a valorização dos fatores políticos para explicar não a queda, mas a própria democracia. Trata-se da obra *Poliarquia: participação e oposição* do norte-americano Robert Dahl. Este considera a existência da competição e da participação política como condições de um regime democrático. Ver em: LINZ, Juan; STEPAN, Alfred(orgs.). *La quiebra de los regímenes democrático*. Ciudad de México: Conaculta, 1987. DAHL, Robert. *Poliarquia: participación e oposición*. São Paulo: Edusp, 1997.

¹³⁶ Os principais textos dessa conferência foram publicados nos primeiros números da revista dirigida pelo secretário executivo da CLACSO. Ver em: DELICH, Francisco. *Crítica y Utopia Latinoamericana de Ciencias Sociales*. Buenos Aires, set.1979-abril 1980, n.1,2.

¹³⁷ ANSALDI, Waldo (org.). *La democracia en América Latina: un barco a la deriva*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007, p. 30.

dos debates. E as análises foram feitas a partir das recentes considerações sobre os fenômenos políticos.

A partir dessa Conferência, a democracia passou a ser entendida como o regime que garante e reconhece a pluralidade e o conflito de interesses manifestados por indivíduos e por grupos que compõem a sociedade. Tal reconhecimento implica a realização de um conjunto de ações que não leva ao esvaziamento dessa diversidade, mas que trabalha no sentido de potencializá-la e respeitá-la. É buscando cumprir esse objetivo que a democracia estabelece um conjunto de regras sob o qual o jogo político é realizado, pautando-o em duas condições básicas: a competição e a participação política da sociedade.

A democracia, assim, foi sendo interpretada como um “método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição de um governo e para a formação das decisões políticas, ou seja, das decisões que abrangem a toda a comunidade”.¹³⁸ Nesse rol de preceitos, deviam constar as funções desempenhadas pelas instituições, as regras para o exercício do poder (limitações e responsabilidades) e as regras para os participantes (partidos políticos, cidadãos).

A nova conceituação teórica da democracia recorreu a leituras, feitas à luz de novas interpretações, de diferentes obras. Dentre elas, as obras clássicas de Jean Jacques Rousseau¹³⁹, contendo ideais sobre o contrato social, a igualdade e a liberdade; o trabalho do austríaco Joseph Schumpeter¹⁴⁰ e sua ênfase na competição entre as elites políticas; além dos teóricos pluralistas Robert Dahl, que chamava atenção para o critério da participação, e Norberto Bobbio,¹⁴¹ que destacava as regras de procedimentos regidos pela democracia.

Como observa José Álvaro Moisés, um dos pontos que possibilitou unir esses diferentes teóricos e conformar um conceito de democracia foi “defini-la pelo princípio da cidadania que considera os cidadãos os membros da comunidade política, iguais entre si e de direitos à contestação e à participação”¹⁴².

¹³⁸ BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Democracia. Dicionário político*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995, p.326.

¹³⁹ ROUSSEAU, Jean- Jacques. *Do Contrato Social: ou princípios do direito político*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

¹⁴⁰ SHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

¹⁴¹ BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006

¹⁴² MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995, p. 37.

Tomando o princípio da cidadania como referência, os intelectuais da América Latina desenvolveram uma vasta e rica reflexão teórica sobre a democracia. Diferentes abordagens surgiram durante esse contexto¹⁴³. No entanto, a democracia ainda não era uma realidade em muitos desses países, como o Brasil e a Argentina. Vivia-se, naquele momento, fins da década de 1970 e meados da década seguinte, a transição. Enquanto a democracia era vista como uma possibilidade política para a região, a transição era encarada como uma fase decisiva do jogo político. Nessa fase, era necessário pensar os principais atores, as ações e as estratégias políticas responsáveis por desencadear o processo de democratização.

Desenvolveram-se, por isso, diferentes correntes teóricas sobre a transição. Destaco aqui duas delas: a institucionalista e a social. A abordagem institucionalista centrou o estudo nas elites dirigentes e na elite opositora, considerando esses atores os protagonistas da transição. Além das ações políticas, as análises priorizavam os aspectos político-institucionais (eleições, partidos políticos). O argentino Guillermo O'Donnell e os brasileiros Fernando Henrique Cardoso e Bolívar Lamounier se tornaram os principais representantes dessa linha, cuja obra seminal foi a coletânea de *Transições desde um Governo Autoritário*¹⁴⁴, publicada em inglês em 1986.

A abordagem social buscava entender a transição como um processo que não se restringia aos aspectos político-institucionais. Em meio à emergência e à pluralidade de movimentos sociais, surgidos em fins da década de 1970, essa perspectiva defendia a participação política como uma expressão da liberdade. E valorizava a criação de um espaço político amplo que pudesse incluir os diferentes segmentos da sociedade civil, sobretudo as massas populares. Francisco Weffort, José Álvaro Moisés e Carlos Nelson Coutinho, no Brasil, e Juan Carlos Portantiero, na Argentina foram, os principais nomes dessa vertente.

Liberdade, participação, vigência dos direitos humanos e cidadania eram os eixos das teorias democráticas, os pontos de convergência entre os intelectuais. Pensar a democracia implicava pensar um regime formado desses e para esses princípios.

¹⁴³ Houve o enfoque que se abraçou à tradição liberal, a perspectiva que destacou a tradição republicana (divisão de poderes e responsabilidade das autoridades) e as correntes que, partindo de diferentes setores da esquerda, passaram a propor a democracia como condição para uma nova sociabilidade política. Ver em: MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995, p.23-48.

¹⁴⁴ O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; WHITHEAD, Laurence. *Transiciones desde un gobierno autoritário*. Buenos Aires: Paidós, 1998.

A variedade de leituras sobre a democracia e os vários projetos de transição não decorreram de interpretações que desconsideravam alguns desses eixos. As diferenças derivaram de como foram concebidos e valorizados tais princípios, em razão das análises feitas sobre a ditadura, a dinâmica política, as tradições políticas autoritárias e as ações e as reivindicações dos setores sociais.

Isso não significa afirmar que a diversidade de enfoques não tenha ocorrido dentro das fronteiras nacionais. Mas que o sentido de democracia nesses países foi construído a partir de alguns princípios avaliados como fundamentais pelos intelectuais, pelos políticos e pela sociedade. Assim, os dois próximos tópicos deste capítulo voltam-se a examinar quais foram os princípios mais enfatizados, como foram abordados e os motivos que levaram os intelectuais do Brasil e da Argentina a considerarem esses princípios prioritários para a reconstrução democrática em seus países.

3.2. A questão democrática para os intelectuais brasileiros

É preciso criar espaço político para que as maiorias participem das estruturas de poder, criar uma cultura cívica em que os destituídos tenham capacidade de falar, de serem ouvidos e capacidade de agir em nome próprio. De modo que a substituição desse regime por uma democracia com participação ampliada representa a passagem para a democracia possível, nas condições atuais, não só do Brasil, mas do mundo.

Florestan Fernandes¹⁴⁵

O campo acadêmico-intelectual brasileiro passou durante os anos de 1969 e 1974 por uma etapa sombria, devido a certas medidas impostas pelo regime militar. As mudanças estruturais promovidas nas universidades, sobretudo na área de Ciências Humanas, foram acompanhadas por uma intensa perseguição ideológica contra funcionários, alunos e docentes. Prisões, desaparecimentos e o afastamento compulsório

¹⁴⁵ FERNANDES, Florestan. Nem boicote, nem entusiasmo. *Constituinte: Como? Por quê? A quem serve?* São Paulo, ago. 1977, p.16. (Caderno Especial do jornal *Movimento*)

de professores, bem como a restrição da autonomia, marcaram esses espaços consagrados à investigação e à crítica¹⁴⁶.

Devido a essas ações que dificultavam a produção intelectual, foram criados os centros de pesquisas privados com o objetivo de serem polos independentes e pluralistas, capazes de dar continuidade ao trabalho de pesquisa e de propiciar a liberdade de pensamento. Entre esses lugares de investigação científica, destacou-se o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap).

Criado em 1969, sob o comando de Fernando Henrique Cardoso e José Arthur Gianotti, o Cebap se transformou no principal espaço de produção intelectual do País. Nele se reuniram Bóris Fausto, Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Francisco Weffort, Carlos Estevam Martins, Elsa Berquó, Francisco Correia Weffort, Francisco de Oliveira, José Arthur Giannotti, José Reginaldo Prandi, Juarez Brandão Lopez, Leôncio Martins Rodrigues, Octavio Ianni, Paul Singer, Ruth Cardoso e Roberto Schwarz¹⁴⁷.

Apesar de ter agrupado intelectuais com diferentes posições políticas, o Cebap se destacou como eixo do pensamento de oposição ao regime militar. E inovou a produção intelectual ao introduzir novas interpretações sobre o país, analisar os fenômenos políticos e lançar novas chaves para compreender as transformações políticas e sociais. Os trabalhos desenvolvidos nesse centro de pesquisa eram apresentados em seminários locais e divulgados em revistas especializadas. Sua acessibilidade para um público mais amplo se concretizou com o surgimento de jornais da chamada imprensa alternativa¹⁴⁸ nos anos 1970. De circulação nacional, os jornais *Opinião* (1972-1977) e *Movimento* (1975-1981) passaram a divulgar artigos de uma parcela da intelectualidade nacional¹⁴⁹.

¹⁴⁶ A outra faceta da reforma universitária foi promover transformações modernizadoras: fim das cátedras vitalícias, criação de departamentos, investimento em pesquisas para o desenvolvimento tecnológico e reforço da iniciativa privada. Ver em: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

¹⁴⁷ Esses formaram o grupo inicial. Posteriormente, integraram-no Vilmar Maria, Bolívar Lamounier, Vinícius Caldeira Brant, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Luiz Werneck Vianna, Régis de Castro Andrade, Frederico Mazzucchelli, José Serra, entre outros. Ver em: LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL*, v.8, n.14/15, 2001, p 60-61.

¹⁴⁸ Jornais que se opunham ao regime militar. Embora tenham sido alvo da censura e da repressão, expressavam por meio de artigos e sátiras as críticas ao autoritarismo vigente. Ver em: KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003.

¹⁴⁹ Em relação ao jornal *Opinião*, Maicon Carrijo apontou a intensa participação, nesse periódico, de cientistas sociais vinculados ao Cebap e às universidades estaduais de São Paulo, como a USP e a Unicamp. A presença desses intelectuais como autores e, até mesmo, como conselheiros editoriais do semanário possibilitou não apenas aproximar o Cebap do grande mas também brindar o jornal com “análises avalizadas de acadêmicos sobre temas cruciais”¹⁴⁹. Ver em: CARRIJO, Maicon Vinícius da Silva. *Cientistas sociais e Historiadores no mercado editorial do Brasil: a Coleção Estudos Brasileiros*

A partir de 1974, ano em que o presidente Ernesto Geisel anunciou o início de um processo de abertura política, novos assuntos ligados a uma eventual mudança política passaram a ser mais enfatizados. Temas como as eleições, a Constituinte, a anistia e a democracia foram ganhando espaços nos periódicos e, claro, nas análises dos intelectuais. O jornal *Movimento*, por exemplo, tornou o tema Constituição sua bandeira principal em 1977, divulgando artigos do militante comunista Duarte Pacheco e desenvolvendo uma campanha permanente pela Constituinte, através da divulgação de um caderno especial¹⁵⁰.

Além dos jornais, os intelectuais passaram a contar com a publicação de seus livros. Em 1974, a editora Paz e Terra, pertencente a Fernando Gasparian¹⁵¹, editou a coleção *Estudos Brasileiros*, voltada para a análise de variados temas. Embora o repertório fosse diversificado, a preocupação com construção da democracia no Brasil unia os vários assuntos da coleção¹⁵².

Assim, de um campo de atuação restrito, vivido nos dez primeiros anos da ditadura, os intelectuais passaram a contar com um horizonte mais amplo e mais diversificado, observado tanto nos temas explorados como na maior acessibilidade do público não especializado aos seus textos. A nova situação se valeu bastante do contexto de liberalização e da onda de mobilizações promovida por diferentes setores da sociedade. No entanto, ela dependeu, também, da conformação de rede e de alianças entre os intelectuais e desses com empresários da imprensa nacional. Uma cooperação que ajudou a conformar o que Maria Hermínia Tavares de Almeida denominou de “construção pública dos intelectuais acadêmicos como atores do movimento de oposição ao regime”.¹⁵³

Foi sob essa nova identidade e aproveitando as possibilidades entreabertas no espaço político, a partir de 1974, que os cientistas sociais encontraram um terreno fértil

da Editora Paz e Terra (1974-1987). 2013.286f.. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo.

¹⁵⁰ *Constituinte: Como? Por quê? A quem serve?* São Paulo, ago. 1977.

¹⁵¹ Gasparian era também o proprietário do jornal *Opinião*. Em 1973, o empresário comprou a editora Paz e Terra de Ênio Silveira. A coleção *Estudos Brasileiros*, publicada entre 1974 e 1987, foi uma das 20 coleções dessa editora. Ver em: CARRIJO, Maicon Vinícius da Silva. *Cientistas sociais e Historiadores no mercado editorial do Brasil: a Coleção Estudos Brasileiros da Editora Paz e Terra (1974-1987)*. 2013.286f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 19-20.

¹⁵² Grande parte dos autores de *Estudos Brasileiros* provinha da Ciência Política (32%) e da Sociologia. Eles eram vinculados ao Cebrap ou participavam da rede de intelectuais que foi sendo tecida nos anos anteriores. Parte dos que tiveram seus nomes estampados nas capas dos livros dessa coleção, como Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Luciano Martins, Braz José de Araújo, Paulo Sérgio Pinheiro, eram também autores de artigos divulgados no jornal *Opinião*. Ver em: Idem, p. 158.

¹⁵³ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Tomando partido, formando opinião: cientistas sociais, imprensa e política*. São Paulo: Sumaré, 1992, p. 26.

para tratar da democracia no País e para divulgar suas ideias a respeito dela em meios que extrapolassem o espaço restrito do mundo intelectual-acadêmico.

Um dos pioneiros nesse trabalho de valorização da democracia foi Fernando Henrique Cardoso. Em 1974, o sociólogo publicou pela primeira vez, na revista *Debate e Crítica*¹⁵⁴, o texto intitulado “A Questão da Democracia”, que um ano depois, em 1975, conformou-se como um dos capítulos do livro *Autoritarismo e Democratização*¹⁵⁵, publicado pela editora Paz e Terra. Nesse texto, Cardoso discorreu a respeito da necessidade da democratização, entendida como um processo social e jurídico que reconhece a legitimidade da divergência e do conflito. Tal legitimação constituiria o passo fundamental para que a sociedade civil se expressasse politicamente, contrabalanceando o peso do Estado¹⁵⁶.

A defesa da democratização aparece na conclusão de um texto que tratou das características do Estado burocrático-autoritário¹⁵⁷, implantado a partir do golpe de 1964. Uma das marcas desse autoritarismo era a redução da participação política de setores alheios ao grande capital (multinacional e local) e ao Estado (em sua forma burocrática e também empresarial). Avaliando que o país entrava numa outra fase político-econômica, após o fim do milagre econômico (1969-1973), Cardoso apontava para a necessidade de uma reativação na sociedade civil, feita por meio de um pacto entre as frações dirigentes e as massas. Esse pacto abria o caminho para a democratização, que, segundo o sociólogo, seria efetivada a partir do momento que fosse fortalecido o Estado de Direito, garantidas as liberdades de associação, de expressão e de reivindicação e respeitada a dignidade física e moral da pessoa¹⁵⁸. Enfim, era necessário recuperar um conjunto de liberdades básicas e descobrir formas de organização política que dessem possibilidades reais para a participação popular.

¹⁵⁴ O texto foi escrito entre agosto e outubro de 1973 e publicado na revista *Debate e Crítica*. São Paulo, nº3, julho 1974.

¹⁵⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. A questão da democracia. In: *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

¹⁵⁶ Idem, p.239.

¹⁵⁷ Termo desenvolvido pelo cientista político Guillermo O'Donnell ao analisar o regime militar argentino (1966-1973). Esse tipo de Estado, segundo o cientista social, apareceu como resposta de setores dominantes e médios, constituídos pelas burguesias nacional e internacional e por militares contra um alto grau de ameaça exercida por parte de um setor popular politicamente ativo. Algumas das suas principais características eram modernizar a economia por meio de uma atuação mais sistemática e intervencionista do próprio Estado, por isso, o uso do termo burocrático, e constituir um sistema de exclusão política do setor popular. Ver em: O'DONNELL, Guillermo. *Modernización y autoritarismo*. Buenos Aires: Paidós, 1972. *El Estado Burocrático-Autoritário*. Buenos Aires: Editorial Belgrano, 1982.

¹⁵⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. A questão da democracia. In: *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1975, p. 237.

A argumentação de Fernando Henrique Cardoso para definir e defender a democratização no Brasil se sustentou em duas palavras-chave: liberdades e participação. A primeira seriam as condições fundamentais para que não só houvesse a participação política, mas que essa fosse realizada de forma igualitária para todos.

A ênfase na necessidade de garantir maior participação era justificada como um dos principais desafios para o País. Segundo o sociólogo, o Brasil tinha um sistema político “híbrido”¹⁵⁹ em que o autoritarismo coexistia com as instituições liberais (congresso, eleições). Um dos traços desse autoritarismo consistia na marginalização da massa no processo político. Uma prática de exclusão que não ocorreu somente a partir do golpe de 1964, como afirma Francisco Weffort:

[...] a questão central do sistema institucional brasileiro, de 1964 para cá, e, provavelmente, mesmo antes de 1964, é a questão de se encontrar o lugar institucional para as classes populares. O grande problema do sistema institucional brasileiro, mesmo o de 46, que foi o mais democrático que nós conhecemos, é que o lugar das classes populares, em particular da classe operária, no sentido amplo, é um lugar muito precariamente definido dentro do sistema”¹⁶⁰.

De acordo com o cientista político, antes do golpe, a participação política das classes populares, em especial a operária, dava-se por meio de partidos políticos provenientes de classes não operárias. Com o golpe de 1964, excluiu-se não somente a representatividade em geral, mas a popular, em especial. Foi em torno dessa problemática entre limitação e exclusão que Florestan Fernandes analisou o modelo político brasileiro:

Nós tivemos, realmente, um Estado de Direito, em termos de prática política? Nunca o tivemos, porque a primeira vez que surgiu a possibilidade de passarmos de uma democracia restrita para uma democracia de uma participação ampliada, entre 1945 e 1964,

¹⁵⁹ Palavra utilizada por Fernando Henrique Cardoso e pelo cientista político Hégio Andrade. Ver em: CARDOSO, Fernando Henrique. A questão do Estado. In: *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 198. TRINDADE, Hégio. Bases da democracia: lógica liberal e práxis autoritária (1822-1945). In: ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolívar; SCHVARZER, Jorge. *Como renascem as democracias*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985, p. 50.

¹⁶⁰ WEFFORT, Francisco. O debate tem que ir ao povo. *Constituinte: Como? Por quê? A quem serve?* São Paulo, ago. 1977, p.26. (Caderno Especial do jornal *Movimento*)

ecloidiu o processo contrarrevolucionário, mais violento da história da República. Nesse período, o aparecimento de uma democracia de participação ampliada quase se implantou no país. Todavia, os chamados “donos do poder”, minorias localizadas estrategicamente nas várias estruturas da sociedade brasileira, barraram a consolidação do Estado de Direito¹⁶¹.

Mais do que apenas considerar a história política institucional do país, os intelectuais tratavam das transformações vividas pela sociedade, principalmente a partir da década de 1960, para justificarem as mudanças necessárias para abrir canais de participação da massa:

Temos tido um processo de urbanização crescente, um processo de industrialização cada vez mais intenso; o crescimento, digamos assim, das massas populares em condições de participar. [...] É um processo de transformação a exigir que um novo sistema institucional que se construa no Brasil considere a presença popular. Esse é o problema¹⁶².

A articulação entre liberdade e participação como eixos fundamentais para e da democracia no Brasil foi sendo construída e fortalecida tanto no âmbito intelectual quanto no político, gerando diferentes interpretações. As várias leituras eram divulgadas nos canais de comunicação representados pela imprensa alternativa.

Parodiando a expressão “a questão social é uma questão de polícia”,¹⁶³ muito conhecida durante a República Oligárquica (1889-1930), Fernando Henrique Cardoso expôs uma das condições fundamentais para que houvesse a participação ativa da massa. Esta dependia da nova postura que implicasse tratar a questão social como uma questão política. Para Cardoso, os problemas sociais eram problemas cujas soluções se

¹⁶¹ FERNANDES, Florestan. Nem boicote, nem entusiasmo. *Constituinte: Como? Por quê? A quem serve?* São Paulo, ago. 1977, p.16. (Caderno Especial do jornal *Movimento*).

¹⁶² WEFFORT, Francisco. O debate tem que ir ao povo. *Constituinte: Como? Por quê? A quem serve?* São Paulo, ago. 1977, p.26. (Caderno Especial do jornal *Movimento*).

¹⁶³ Frase atribuída ao Presidente Washington Luís (1926-1930). Expressa que as lutas dos trabalhadores deviam ser tratadas e contidas na base da violência policial.

relacionavam não só à garantia de maior liberdade às camadas populares, mas também à capacidade de os sindicatos, dos partidos políticos e de organizações profissionais usufruírem dessa liberdade para conduzirem e potencializarem, de maneira mais organizada, a mobilização dos setores populares. Cabia, então, àquelas organizações:

[...] a capacidade de dizer [às massas] de maneira simples qual é a ligação que existe entre questão política, eminentemente política, com uma questão social, com uma questão da inflação, do custo de vida, da exploração, da falta de garantias sociais, enfim todos esses problemas que nós estamos debatendo no dia a dia.¹⁶⁴

A intermediação feita por essas organizações, defendida pelo sociólogo¹⁶⁵, tornou-se o ponto nodal em torno do qual se constituíram duas linhas de interpretação sobre como se efetivaria a participação popular. Uma delas, encabeçada pelo próprio Fernando Henrique Cardoso, centrou o foco de sua análise na construção de um partido político com a capacidade de representar o pluralismo existente na sociedade civil. Esse partido deveria incluir em seu programa “propostas políticas de conotação popular e abrir-se para a participação dos setores populares na vida partidária, respeitando ao mesmo tempo, a indispensável autonomia da sociedade civil”¹⁶⁶.

A perspectiva de Cardoso não partia da necessidade de menosprezar os movimentos populares, mas de enfatizar uma atuação partidária que tomasse como referência o conjunto da sociedade. Segundo o sociólogo, a situação política exigia que as oposições, antes que se dispersassem diante de seus diferentes interesses, procurassem se unir a fim de superar o regime autoritário. Essa união deveria se

¹⁶⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. Um canal de mobilização. *Constituinte: Como? Por quê? A quem serve?* São Paulo, ago. 1977, p.09. (Caderno Especial do jornal *Movimento*)

¹⁶⁵ Cabe aqui salientar que o apoio dado por Fernando Henrique Cardoso e alguns membros do CEBRAP ao MDB nas eleições parlamentares de 1974 se valeu dessa maneira de interpretar a situação política no país. Esses intelectuais acabaram auxiliando o MDB a elaborar um programa político em que estimulava a participação das massas, via eleição, como caminho para as lutas sociais. Ver em: GRAEFF, Eduardo P. (org). *Perspectivas: FHC, ideias e atuação política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, Coleção Estudos Brasileiros, v. 70, p.30; CARRIJO, Maicon Vinícius da Silva. *Cientistas sociais e Historiadores no mercado editorial do Brasil: a Coleção Estudos Brasileiros da Editora Paz e Terra (1974-1987)*. 2013.286f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, p.26; LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL*, v.8, n.14/15, 2001, p.69.

¹⁶⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. Os Rumos da Oposição. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 jun. 1979, p. 137-142. In: GRAEFF, Eduardo P. (org.). *Perspectivas: FHC, ideias e atuação política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, Coleção Estudos Brasileiros, v. 70, p. 138.

expressar, sobretudo, nas eleições parlamentares que, realizadas em pleno regime militar, se constituíam como momentos oportunos para que a sociedade civil pudesse contrabalancear o peso do Estado nas decisões políticas. No entanto, para isso, os candidatos deveriam se familiarizar com os principais problemas sociais e articular as questões que interessavam a vários grupos da sociedade¹⁶⁷.

A outra linha de interpretação sobre a participação popular teve como principais nomes os cientistas sociais Francisco Weffort e José Álvaro Moisés. Enquanto Fernando Henrique Cardoso enfatizou a necessidade de criar um partido político em que estivessem presentes a oposição emedebista e as lideranças dos diversos segmentos sociais, Weffort defendeu o papel fundamental dos movimentos populares no processo de democratização e na democracia.

Segundo Milton Lahuerta¹⁶⁸, Weffort partiu de uma posição que foi valorizando os movimentos sociais, sobretudo o operário, considerando-o como o elemento mais dinâmico da sociedade civil e, conseqüentemente, como agente potencial da mudança política e social. Cardoso, ao contrário, quando tratou das condições de abertura, apresentou o pacto entre as elites e as massas como caminho para possibilitar a participação popular. Assim, acabou centrando sua “análise na perspectiva de construção de um sistema partidário capaz de expressar o pluralismo da sociedade civil”¹⁶⁹. Como observa Virginia Fontes, a democracia pensada por Cardoso partia de uma concepção que tinha como “ponto de partida os de cima e como direção os de baixo”¹⁷⁰.

A perspectiva tomada por Weffort conformou-se como um dos motivos que o levou a sair do Cebrap e a criar, em 1976, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). Assim como os trabalhos desenvolvidos no Cebrap puderam ser acessados por leitores não especializados, os resultados das pesquisas realizadas no CEDEC foram também sendo divulgados, chegando ao grande público por meio dos

¹⁶⁷ Em uma entrevista publicada no jornal *Movimento*, na qual era apresentado como possível candidato do MDB ao senado nas eleições de 1978, Cardoso caracterizou a política no país como “uma pedagogia no duplo sentido”: da população para os candidatos e destes para aquela. Nessa articulação se daria progressivamente o grau de consciência do povo, colocando no horizonte as questões de igualdade social e de participação. Ver em: CARDOSO, Fernando Henrique. A tarefa da oposição é unir o povo. *Movimento*, São Paulo, n. 141, p. 7, 13 mar. 1978

¹⁶⁸ LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL*, v.8, n.14/15, 2001.

¹⁶⁹ Idem, p.77

¹⁷⁰ FONTES, Virginia. La democracia en Brasil: aprendizaje y mimetismo. In: ANSADI, Waldo (org.). *La democracia en América Latina: un barco a la deriva*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007, p. 381.

artigos do jornal *Opinião* e dos livros da editora Paz e Terra¹⁷¹. As análises focavam o lugar dos movimentos sociais na luta pela ditadura e dos movimentos de ampliação da cidadania dos brasileiros. Tratava-se, portanto, de uma vertente que desconfiava do papel que o Estado e as instituições políticas teriam na transição política. Tal desconfiança foi sustentada por uma “perspectiva de uma sociedade civil mobilizada, autônoma e em oposição ao Estado”.¹⁷² Uma sociedade em que “os de baixo”, por meio dos movimentos sociais, passavam a assumir uma posição estratégica, ou melhor, a primazia do processo de transição.

A confiança em relação aos movimentos sociais provinha de uma análise crítica da tradição política nacional e também da ideia de que os movimentos sociais carregavam as verdadeiras aspirações populares, expressas no combate às injustiças sociais e à limitação da participação dos trabalhadores.

Esses problemas se tornaram centrais a partir de maio de 1978, data em que se deu início à paralisação dos metalúrgicos da região do ABC paulista. Esse movimento exigia uma maior participação dos operários nas decisões ligadas ao processo produtivo bem como uma mudança no sistema sindical a fim de torná-lo mais independente do Estado e mais próximo dos trabalhadores.

Para o grupo de intelectuais, os protestos dos metalúrgicos correspondiam a uma questão de cidadania dos trabalhadores, já que, segundo Weffort, ela estava “intimamente relacionada à questão da articulação entre liberdade política e igualdade social”.¹⁷³ A avaliação feita pelo cientista político decorria de sua interpretação sobre a história política do Brasil. Partindo de sua análise acerca do populismo, Weffort considerava que uma das heranças nefastas dessa prática política foi tornar o trabalhador dependente do Estado¹⁷⁴. O resultado dessa lógica não foi outra a não ser reproduzir a desigualdade social.

¹⁷¹ Em 1977, foi criada a coleção CEDEC/Paz e Terra, dirigida por José Álvaro Moisés, Marilena Chauí e Paulo Sérgio Pinheiro. De 1977 a 1979, sete números da série foram publicados. Ver em: CARRIJO, Maicon Vinícius da Silva. *Cientistas sociais e Historiadores no mercado editorial do Brasil: a Coleção Estudos Brasileiros da Editora Paz e Terra (1974-1987)*. 2013.286f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 173.

¹⁷² LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL*, v.8, n.14/15, 2001, p. 83.

¹⁷³ Trabalho apresentado por Francisco Weffort no Primeiro Seminário sobre Direito, Cidadania e participação, realizado em São Paulo, em junho de 1979. Ver em: WEFFORT, Francisco. A cidadania dos trabalhadores. In: LAMOUNIER, Bolívar; WEFFORT, Francisco; BENEVIDES, Maria Victoria (orgs.). *Direito, cidadania e participação*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981, p.140.

¹⁷⁴ Idem, p. 143.

A partir dos eventos do movimento sindical do ABC paulista, o grupo de intelectuais dessa vertente confirmou alguns de seus pressupostos e indicou as condições necessárias para o estabelecimento da cidadania aos trabalhadores. Nesse rol, o sindicalismo livre e a conformação de um partido dos trabalhadores¹⁷⁵ eram vistos como condições fundamentais para que os trabalhadores pudessem participar livremente da política, lutando pela ampliação dos direitos sociais e exercendo a cidadania plena.

Em 1979, o CEDEC e o Cebrap organizaram o Primeiro Seminário sobre Direito, Cidadania e Participação. O evento realizado em São Paulo, entre os dias 26 e 28 de junho, tinha como objetivo “buscar novos caminhos para a democracia”.¹⁷⁶ A presença dos dois mais importantes centros de pesquisa do país e a seleção de temas¹⁷⁷ informavam quais eram os princípios fundamentais da democracia celebrados pelos intelectuais. Embora houvesse diferenças de interpretações entre a intelectualidade brasileira, a democracia no Brasil, entre os anos 1970 e 1980, foi pensada sob o tripé: liberdades, participação e cidadania. Princípios que, segundo os intelectuais, garantiam as condições para a ampliação dos direitos e para o fortalecimento da sociedade, bem como para o rompimento de uma tradição política autoritária, responsável pela exclusão de grande parte da sociedade nas decisões e na vida política do País.

¹⁷⁵ Essa posição levou Weffort a ser um dos intelectuais fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1979. Ver em: LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL*, v.8, n.14/15, 2001, p. 84-85.

¹⁷⁶ LAMOUNIER, Bolívar; WEFFORT, Francisco; BENEVIDES, Maria Victoria (orgs.). *Direito, cidadania e participação*. São Paulo:T.A.Queiroz, 1981.

¹⁷⁷ O seminário foi elaborado em torno de quatro grandes temas: Direito e Cultura; Direito e Economia; Direitos Sociais e Participação; Direitos Políticos e Cidadania. Segundo Raymundo Faoro, que presidiu a sessão de abertura, os temas resultavam “de uma preocupação prioritária com a defesa dos direitos humanos e o restabelecimento da democracia no país, refletem o desafio da conjugação da liberdade política à liberdade como participação, no reconhecimento explícito das questões de interesse social e popular”. Ver em: LAMOUNIER, Bolívar; WEFFORT, Francisco; BENEVIDES, Maria Victoria (orgs.). *Direito, cidadania e participação*. São Paulo:T.A.Queiroz, 1981.

3.3 A questão democrática para os intelectuais argentinos

É necessário mudar a trama profunda que enlaça a sociedade civil e o Estado [...], armando, assim, uma nova relação que supõe a desprivatização da política – redução do peso político das corporações, em particular, a militar – e a desestatização da política, devolução do poder expropriado do Estado às organizações da sociedade política e da sociedade civil.

Liliana de Riz¹⁷⁸

A ditadura militar instaurada a partir de 1976 implementou uma série de ações repressivas no campo acadêmico e científico argentino. As universidades nacionais, como a Universidade de Buenos Aires e a Universidade de La Plata, sofreram intervenções militares. As perseguições ideológicas causaram a redução do número de matrículas, de estudantes e do corpo docente, principalmente nas áreas de Ciências Sociais. Os centros de pesquisas e produção situados no interior das universidades foram desmantelados a partir da transferência de recursos para o CONICET, máximo órgão estatal destinado ao fomento da pesquisa no país¹⁷⁹.

A obstrução do espaço acadêmico-científico, tanto no aspecto da produção como na permanência do pensamento crítico, motivou parte dos intelectuais a se dirigir para os institutos e centros privados já existentes e voltados à pesquisa, como o Instituto Torcuato di Tella e o Centro de Estudos de Estado e Sociedad (CEDES).

Criado em 1º de julho de 1975, quase um ano antes do último golpe militar, o CEDES foi fundado por Gustavo Humberto Cavarozzi, Marcelo Cavarozzi, María Teresa Emery de O'Donnell, Norma Martha Fischberg de Oszlak, Alejandro Mario O'Donnell, Guillermo O'Donnell, Oscar Oszlak, Beatriz Elba Schmukler e Teresa de Segal¹⁸⁰. O surgimento dessa instituição esteve ligado aos problemas e às crises pelas quais passavam as unidades de educação superior durante o instável governo da presidente María Estela Martínez de Perón (1974-1976).

Algumas dessas dificuldades, como o acesso ao financiamento para as pesquisas, agravaram-se com a ditadura militar em 1976. No entanto, mesmo vivendo

¹⁷⁸ RIZ, Liliana de. Argentina: ni democracia estable ni régimen militar. In: OSZLAK, Oscar. *Proceso, crisis y transición democrática*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1987, p. 21-27.

¹⁷⁹ BEKERMAN, Fabiana. El campo científico argentino en los años de plomo: desplazamientos y reorientación de recursos. *Cuadernos Del CISH*. La Plata: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata, 2º semestre, 2009, n°26, p.153.

¹⁸⁰ Disponível em <http://www.cedes.org/institucional.php>. Acesso em: 12/12/2013.

sob a atmosfera de repressão, o CEDES desenvolveu importantes pesquisas graças às redes de relações construídas no exterior pelos seus principais integrantes. Por meio dessa rede, esses intelectuais puderam circular por diferentes países e centros de pesquisa, conseguindo recursos financeiros para seus projetos, difundindo seus trabalhos e entrando em contato com as novas e diferentes abordagens nas Ciências Sociais¹⁸¹.

Além do CEDES, o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO)¹⁸² se destacou como um dos lugares de produção científica durante a ditadura. Por iniciativa de um de seus dirigentes, foi publicada a revista *Crítica & Utopia*. Em sua primeira edição, foram divulgados alguns textos sobre a democracia apresentados na “Conferência Regional sobre as Condições Sociais da Democracia”, evento realizado na Costa Rica, em 1978¹⁸³.

A publicação dessas análises, mesmo que tenha sido fruto de um evento que reuniu cientistas sociais e outros especialistas, deve ser compreendida como a expressão de resistência dos intelectuais. Como assinala Oscar Terán, a partir de 1978 surgiu um impressionante número de revistas de crítica literária e social. A grande maioria de duração efêmera e de edições irregulares, e outras, como *El Ornitorrinco* e *Punto de Vista*, com publicações constantes¹⁸⁴. Revistas que contestavam os costumes e que buscavam construir sentidos alternativos ao ambiente de cerceamentos imposto pelo regime militar.

¹⁸¹ Além desse intercâmbio intelectual, o CEDES montou, em seu ambiente interno, um corpo de pesquisadores de diferentes níveis. Essa estrutura semelhante à acadêmica brindava as duas grandes linhas de trabalho da instituição: Análise Política e Burocracia, coordenada por Guillermo O'Donnell, e Políticas Públicas, sob a responsabilidade de Oscar Oszlak. Os assuntos aos quais essas duas áreas se dedicaram estavam relacionados ao estudo do autoritarismo, tais como a sua emergência, consolidação e características. Temas que se tornaram hegemônicos no seio da intelectualidade argentina até os primeiros anos da década de 1980. Ver em: LESGART, Cecilia. Pasado y presente de la Ciencia Política producida en Argentina: apuntes para un debate de su porvenir. *Temas y Debates*. Rosário, n.14, p. 137-138, dic. 2007.

¹⁸² Organismo internacional criado pela UNESCO em 1967. O CLACSO instalou sua sede na Argentina após o fechamento do seu escritório no Chile, devido ao golpe militar ocorrido nesse país em 1973. Embora os projetos da instituição tenham sido modificados com a instauração do regime autoritário na Argentina, o CLACSO desenvolveu um programa de pós-graduação inovador, promoveu debates e abrigou em suas dependências grupos de trabalho como os coordenados por Guillermo O'Donnell. Ver em: LESGART, Cecilia. Pasado y presente de la Ciencia Política producida en Argentina: apuntes para un debate de su porvenir. *Temas y Debates*. Rosário, n.14, p.142, dic. 2007.

¹⁸³ No primeiro número, constavam os textos de Francisco Delich, Gino Germani, Carlos Strasser, Raul Prebisch, Oscar Muñoz, Jorge Feldman, Roque Carranza, Tomas Moulian, Carlos Rodriguez Sanchez e de uma equipe de pesquisadores chilenos encabeçada por Enzo Faletto. Ver em: *Crítica & Utopía. Latinoamericana de Ciencias Sociales*. Buenos Aires: Critica & Utopia, n. 1, sep, 1979.

¹⁸⁴ TERÁN, Oscar. Violencia política, terrorismo estatal y cultura (1970-1980). In: *Historia de las ideas en la Argentina: diez lecciones iniciales (1810-1980)*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010, p. 301.

Ao trazer o tema democracia para o espaço público, *Crítica & Utopia* não pretendia apenas sinalizar em direção a um novo caminho, mas, especialmente, submetê-lo a uma análise teórica. Embora os textos não tenham feito um exame sobre o país ou realizado qualquer referência sobre sua situação particular, a reflexão teórica acerca da democracia era vista como a grande contribuição das Ciências Sociais para uma Argentina que precisava escapar das teias do autoritarismo.

Os ideais de luta armada, de guerrilha e de violência, que haviam prevalecido entre o final dos anos 1960 e princípios dos anos 1970, foram dando lugar à democracia, assunto que naqueles anos tinha pouca capacidade de mobilizar setores juvenis, sindicais e a classe média argentina. Assim, na passagem entre as décadas de 1970 e 1980, registrou-se uma importante mudança: a democracia passou a surgir como um valor, como um contraponto ao regime autoritário, ao cerceamento das liberdades e à violência. Ela se tornou um dos principais assuntos das revistas que conformavam a resistência político-cultural no país, como a *Punto de Vista*, e no exterior, a revista *Controversia*, organizada por um grupo de exilados argentinos no México.

A introdução dessa temática foi resultado do trabalho de intelectuais, mas também das transformações pelas quais passavam o próprio regime e a sociedade entre 1981 e 1983¹⁸⁵. A interpretação dessas mudanças feitas sob a luz de diferentes teorias (liberal, republicana e socialista) implicou numa multiplicidade de análises sobre como se efetivaria o processo de transição¹⁸⁶.

Após derrota do país na Guerra das Malvinas, parte da sociedade foi se aproximando dos movimentos dos direitos humanos, em especial, das Mães da Praça de Maio. O fortalecimento dessas organizações e de outras formas coletivas de protesto não deixou de ser percebido pelos cientistas sociais. Em meio ao anseio pela recuperação da democracia, a constituição desses movimentos e de seus mecanismos de

¹⁸⁵ Sobre essas mudanças estão a chegada do general Roberto Viola à presidência em 1981, anunciando uma abertura política; a organização dos partidos políticos em uma frente única (Multipartidária) na luta pela transição, a derrota do país na Guerra das Malvinas, em 1982, o crescimento dos movimentos de direitos humanos e as eleições presidenciais para 1983.

¹⁸⁶ Uma dessas análises foi a de Guillermo O'Donnell. Sem fazer uma referência direta à Argentina, mas a outros países que haviam realizados acordos das transições, o cientista político destacava a função da coalizão liberal, formada pela oposição moderada e por membros do governo autoritário, para tornar viável a transição. Ver em: O'DONNELL, Guillermo. Notas para el estudio de procesos de democratización política a partir del Estado burocrático-autoritário. In: CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES (CLASCO). *Los limites de la democracia*. Buenos Aires, 1985, v.2, p. 172

ação compôs os temas mais discutidos na “Conferência sobre Sistema Político e Democratização” ocorrida em Buenos Aires, em agosto de 1983¹⁸⁷.

Acerca desse contexto, Oscar Oszlak se referiu à recriação da cena pública, um ambiente que ia se povoando de velhos e de novos atores. Os primeiros eram os sindicatos e partidos políticos, como os tradicionais Partido Justicialista e a União Cívica Radical. E os novos atores, os movimentos sociais, sobretudo os de direitos humanos. Para Oszlak, esses novos atores, além de lutarem para que determinados interesses e valores prevalecessem, expressavam novas modalidades de “fazer política”.¹⁸⁸

Em relação a essa nova forma de participação política, Daniel R. Garcia Delgado observou que não se tratava de uma reivindicação de poder, mas do estabelecimento de uma solidariedade baseada no direito à vida, na mobilização permanente e no descarte do uso da violência. Ao se dirigirem para o Estado e para os partidos políticos, esses movimentos sinalizavam a urgência da construção de um conjunto de valores que conformasse as diretrizes da ação política¹⁸⁹, opondo-se, assim, a lógica de um “poder manipulador, coativo, instrumental e ilegítimo”.

Essa lógica, de certo modo, havia alimentado o sistema político argentino e a radicalização política de setores juvenis, operários e sindicais no início da década de 1970. A onda de violência foi resultado, segundo Delgado, das concepções que guiavam a política e que privilegiavam as relações de força e a eliminação do outro para manter a ordem interna ou para conquistar o poder. O fortalecimento dos movimentos de direitos humanos e a sua reivindicação pelo “direito à vida” indicavam a mudança de comportamento político da sociedade. Nesse sentido, ainda que a luta contra os atos cometidos pela ditadura de 1976 tenham sido os alvos fundamentais desses movimentos, o rechaço remetia a um modo de “fazer política” que lançou suas bases antes da instauração desse regime autoritário.

A política argentina, segundo Juan Carlos Portantiero, não se sustentava pela tolerância e era percebida tanto pelas classes altas como pelas populares como o terreno

¹⁸⁷ Os trabalhos reunidos nesse evento, que contou com o apoio do CEDES, foram publicados em dois volumes durante o governo democrático de Raúl Alfonsín. O primeiro em 1987 e o segundo em 1984. Ambos foram organizados por Oscar Oszlak e publicados pela editora Centro Editor de América Latina.

¹⁸⁸ OSZLAK, Oscar. Privatización autoritaria y recreación de la escena pública. In: *Proceso, crisis y transición democrática*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1987, p.42.

¹⁸⁹ DELGADO, Daniel R. García. Nuevos patrones de participación política en procesos de transición de la democracia. In: OSZLAK, Oscar(org). *Proceso, crisis y transición democrática*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1987, p.102.

para o autoritarismo¹⁹⁰. A semelhança de visões e práticas políticas exercidas entre as duas classes foi apontada por Jorge Beinstein como uma das causas da debilidade dos movimentos populares. Em um artigo escrito na revista francesa *Les Temps Modernes*¹⁹¹, Beinstein observou que esses movimentos haviam introduzido no seio de suas próprias organizações um conjunto de valores como elitismo, o desprezo pelo pluralismo, o imediatismo e as políticas ideológicas autoritárias da oligarquia argentina¹⁹².

Envolvido em práticas políticas dessa natureza, o país precisava reestruturar o seu sistema político, tornando-o pluralista e estável, além de garantir as condições para o seu funcionamento. Restava aos partidos políticos promover mudanças em suas estruturas, fundando e assegurando uma gestão legítima e democrática em suas fileiras. “Paralelamente à democratização no Estado, era necessário construir a democratização na sociedade.”¹⁹³

Esse movimento de democratização, segundo alguns dos intelectuais, começou ou encontrava suas maiores potencialidades nos movimentos de direitos humanos. A nova forma de “fazer política” apresentada por esses organismos era colocada como a mais compatível com a construção da ordem democrática no país, uma vez que neles estavam inseridos três elementos que se opunham às tradições que fundaram a política no país: pluralidade, participação e não violência. Foi por meio desses elementos que os intelectuais articularam os movimentos de direitos humanos à democracia. Uma articulação que foi potencializada pelo legado de violações aos direitos básicos cometidos pela ditadura e por como a democracia passou a ser interpretada no meio intelectual a partir de fins da década de 1970.

Dentre esses elementos, a não violência trazia um princípio relevante para a distinção entre autoritarismo e democracia. Ao não estimular nem praticar a violência

¹⁹⁰ PORTANTIERO, Juan Carlos. Condiciones para un nuevo pacto institucional en la Argentina. In: OSZLAK, Oscar (org.). *Proceso, crisis y transición democrática*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1987, p.142.

¹⁹¹ A edição de número 420-421 (julho- agosto de 1981) dessa revista foi dedicada à Argentina e contou com a participação de intelectuais exilados na França. Ver em: VIÑAS, David; MORENO, César Fernández [et al]. *Revista Tiempos Modernos: Argentina entre populismo y militarismo*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2011.

¹⁹² BEINSTEIN, Jorge. Argentina a la hora del balance: autoritarismo, democracia y subversión. In: VIÑAS, David; MORENO, César Fernández [et al]. *Revista Tiempos Modernos: Argentina entre populismo y militarismo*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2011, p. 121-122.

¹⁹³ PORTANTIERO, Juan Carlos. Condiciones para un nuevo pacto institucional en la Argentina. In: OSZLAK, Oscar (org.). *Proceso, crisis y transición democrática*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1987, p.142

em suas ações e, principalmente, ao lutar pelo direito à vida, os movimentos de direitos humanos recuperavam e lutavam por direitos básicos, como a liberdade, a igualdade e o respeito à dignidade humana. Direitos que não só conformavam um ingrediente ético a tais organizações, mas que também fundamentavam as suas reivindicações e lutas contra um Estado opressivo.

De acordo com os sociólogos Vicente Palermo e Daniel R. Delgado, a importância desse caráter ético para a política do país consistia no fato de que ele não abarcava apenas:

[...] um questionamento ao projeto autoritário, às políticas que tentaram refundar a sociedade sobre a base da exclusão e da dominação permanentes dos setores populares, mas também, uma valorização da democracia como condição necessária para as garantias individuais básicas.¹⁹⁴

A relação entre ética e política foi sendo tecida como requisito essencial da separação entre ditadura e democracia. Normas de conduta e um conjunto de valores precisavam ser construídos para que fosse fundada uma nova sociabilidade e uma nova prática política sob as diretrizes democráticas, pautadas na competição, participação e na vigência de direitos humanos.

Os regimes militares no Brasil e na Argentina colocaram em funcionamento um sistema repressivo que culminou com a violação dos direitos fundamentais do ser humano. No âmbito intelectual, muitos foram os perseguidos, presos e exilados. Centros de investigação e espaços acadêmicos e científicos públicos sofreram processos de expulsão de investigadores e de aposentadorias compulsórias de funcionários e de docentes.

Apesar do quadro dramático, a produção intelectual nas Ciências Sociais não foi interrompida. Surgiram, nos tempos da ditadura, lugares de reflexão e de crítica, como o

¹⁹⁴ PALERMO, Vicente; DELGADO, Daniel Garcia. El movimiento de derechos humanos en la transición a la democracia. In: *Perspectivas de América Latina sobre Movimientos Sociales en América Latina*, San José, Costa Rica: FLACSO, 1983, p. 422.

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), situado em São Paulo, e o Centro de Estudos de Estado e Sociedade (CEDES), em Buenos Aires. Esses espaços serviram não só como locais de trabalho, mas como pontos onde se estabeleceram as redes de contatos entre acadêmicos nacionais e internacionais. Lugares onde diferentes interpretações, visões e estratégias políticas puderam se encontrar. Os debates e os estudos enriqueceram o repertório sobre as novas considerações acerca da política, assim como, da busca de novos caminhos políticos para a região.

Viver sob o clima de intensas violações aos direitos humanos motivou esses intelectuais a tratar da natureza do regime autoritário e da democracia, considerando esta como base da liberdade. A bandeira da democracia foi defendida como forma de luta contra a ditadura. Sua definição se assentava no direito à participação política, na legitimação do conflito e no respeito à dignidade física e moral da pessoa.

Apesar das incertezas acerca dos rumos da transição, os intelectuais firmaram o compromisso com a construção da democracia. Os debates e a produção analisavam os acontecimentos em curso e o surgimento das novas situações. No entanto, a tarefa complexa de edificar um regime democrático implicava também na identificação e no rompimento com os fundamentos da ordem autoritária. Fundamentos que, antes de serem encontrados e consolidados na ditadura, tinham, segundo os intelectuais, suas raízes fincadas em um período anterior. Nesse sentido, o trabalho consistia em tratar dos obstáculos como as tradições políticas autoritárias, mas também considerar tanto a natureza do regime militar, ou seja, seus aspectos institucionais, como o seu legado (mortes, prisões, desaparecidos, crise econômica) e as condições criadas por mudanças políticas e sociais durante a transição.

No Brasil, os intelectuais encontraram na exclusão dos setores populares o caráter autoritário do sistema político. Na ditadura, esse traço se expressou pela restrição das representações políticas. E mesmo que tenham sido mantidas as eleições parlamentares, essas eram controladas e limitadas pelos militares. Configurada essa situação, o caminho para a democracia no país passava necessariamente pela liberdade de participação política. Para os intelectuais, garantida a participação de forma igualitária a todos, as massas poderiam lutar pela ampliação e pela conquista de direitos sociais.

Na Argentina, a luta pela defesa dos direitos humanos permitiu estabelecer uma nova relação entre esses direitos e a política. A nova forma de “fazer política” tinha que ser pautada por valores que tomavam como referência a defesa da vida e o respeito pela

liberdade. Em nenhum caso, um fim deveria justificar o emprego de meios que comprometessem os direitos humanos e que ratificavam a política como um jogo de facções e como espaço da violência. Nesse sentido, a implantação da democracia não se restringia apenas aos planos da competição e da participação. Ela correspondia também à vigência dos direitos humanos individuais e coletivos. Esse último princípio constituiu o ponto de encontro de intelectuais e militantes de direitos humanos na Argentina.

4- Pensando a democracia: Movimento Feminino pela Anistia e Mães da Praça de Maio

4.1 – O Movimento Feminino pela Anistia: a vez da transição democrática

“Qualquer processo de redemocratização tem que começar com a anistia ampla e irrestrita a todos os presos políticos, cassados e exilados e com a revogação de todos os atos de exceção.”¹⁹⁵

No começo de 1977, o governo Geisel fechou temporariamente o Congresso e anunciou uma série de mudanças constitucionais, conhecidas como “Pacote de Abril”,¹⁹⁶ que alteravam as futuras eleições. O objetivo era fortalecer o partido da situação e evitar vitórias significativas da oposição como as ocorridas no pleito de 1974.

A série de medidas autoritárias provocou, em distintos segmentos da sociedade, ações contrárias ao ato. O MDB e a imprensa mais progressista consideravam-na como sinais de retrocesso no processo de liberalização. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e juristas se manifestaram, culminando com o lançamento, em agosto de 1977, da “Carta aos Brasileiros”.¹⁹⁷

Foi em meio aos descontentamentos com a situação autoritária que se fortaleceu a proposta quanto à convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Embora essa sugestão já tivesse sido feita em 1971 por um grupo de deputados do MDB¹⁹⁸, a proposta atual caracterizava-se pelo seu embate explícito à ideia do governo de uma transição lenta e autoritária. Como assinala David Maciel, ela “implicava na ruptura

¹⁹⁵ ZERBINE, Therezinha. *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1979, p.101.

¹⁹⁶ Denominação dos seis decretos-leis e da emenda constitucional outorgados, que garantiam a maioria governista no Senado. Além da presença de senadores não eleitos pelo voto popular, os chamados “senadores biônicos”, as normas ampliavam o mandato presidencial de cinco para seis anos e mantinham as eleições indiretas para governador.

¹⁹⁷ Foi lida em ato cívico na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, pelo jurista Goffredo da Silva Teles Júnior, o manifesto tratava de demarcar as diferenças entre um governo legítimo e um fundado pela força, e exigia o estabelecimento do Estado de Direito. Ver em: *Carta aos Brasileiros. Constituinte: Como Por quê? A quem serve?* São Paulo, ago. 1977, p. 38. (Caderno Especial do jornal *Movimento*).

¹⁹⁸ Conhecida como “Carta de Recife”, a proposta emergiu num contexto marcado, por um lado, pela apatia e pela falta de ação mais contundente do partido de oposição e, por outro, pela enxurrada de cassações e de persistentes reveses eleitorais outorgadas pelo governo. A Carta vinha para definir a Constituinte como uma necessidade e uma bandeira do MDB contra o autoritarismo. Ver em: ROCHA, Antônio Sérgio. Genealogia da Constituinte: do autoritarismo à democratização. *Lua Nova*. São Paulo, n.8, 2013. Disponível em: <www.dx.doi.org/10.1590/S0102-64452013000100004>

com a institucionalidade autoritária em termos legais e políticos, pois requeria tanto a anulação da Constituição de 1967 e dos atos institucionais quanto a saída dos militares do governo”.¹⁹⁹ A convocação de uma Assembleia Constituinte, portanto, era uma forma de ratificar a transição à democracia.

Porém, a adesão a ela não foi hegemônica e nem espontânea nos grupos da oposição. No MDB, “os autênticos”, a ala de políticos mais progressistas defendia a Constituinte, enquanto “os moderados” a rejeitavam. Somente a partir de setembro de 1977, após uma série de reuniões tensas, o partido desencadeou uma campanha pela Constituinte, promovendo atos, editando publicações e realizando seminários para a disseminação da proposta nos quadros partidários e nas entidades civis.

Em relação à esquerda, grupos do PC do B passaram a defender a realização de uma Assembleia Nacional Constituinte. Esse assunto, aliás, compôs um dos temas escritos pelo comunista Duarte Brasil Lago Pacheco em sua coluna semanal intitulada “Ensaio Populares” no jornal *Movimento*, em 21/02/1977. Segundo Bernardo Kucinski, a Constituição passou a ser defendida, através dos “Ensaio Populares”, como uma “solução síntese da luta pelas franquias democráticas”.²⁰⁰ A posição de Lago Pacheco sinalizava a possível aliança do PC do B com setores liberais, a fim de que esses tomassem a frente do processo de democratização.

No entanto, a possível aliança e a própria convocação de uma Constituinte não foram vistas com bons olhos por alguns setores da esquerda. Em seu trabalho sobre o processo Constituinte no Brasil, Mariana de Oliveira Lopes Barbosa aponta que a Constituinte foi interpretada, por esses grupos, como uma saída de uma crise para a “classe burguesa” que buscava, simplesmente, rearticular uma nova forma de dominação. Nesse sentido, observavam que a questão não traria benefícios para os trabalhadores, já que esses, além de não possuírem um partido próprio, poderiam se vincular às ilusões constitucionalistas de uma classe a qual não pertenciam.²⁰¹

Junto à desconfiança sobre as reais intenções e as consequências da convocação da Constituinte, havia também, no seio dos movimentos populares, a percepção de certo distanciamento entre os assuntos constitucionais e o cotidiano do cidadão comum.

¹⁹⁹ MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova República*. São Paulo: Xamã, 2004, p. 154-155.

²⁰⁰ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003, p. 378.

²⁰¹ BARBOSA, Mariana de Oliveira Lopes. *A comunicação popular, o debate e o processo constituinte no Brasil (1977-1985)*. 2012.199f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, p. 31-33.

Situações essas que dificultaram a adesão popular à Campanha pela Constituinte em 1977.

Como forma de ampliar e generalizar a questão aos diversos setores da sociedade, o jornal *Movimento* passou a desenvolver uma Campanha pela Constituinte, lançando, em agosto de 1977, um caderno especial.²⁰² Ele contava com depoimentos, artigos e entrevistas de intelectuais, como Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Marilena Chauí, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Mario Schemberg, José Álvaro Moisés, Dalmo Dallari, Edgar da Matta-Machado, entre outros; de escritores como Jorge Amado; de políticos como Jarbas Vasconcelos e Pedro Simon; e de representantes de movimentos estudantis e sociais como Therezinha Zerbine, líder do Movimento Feminino pela Anistia. O caderno *Constituinte* conseguiu, em três edições, vender 40 mil exemplares.²⁰³

A seleção desse grupo de pessoas estava relacionada não só pela notoriedade que cada uma delas possuía em seu campo de atuação, mas também pelos seus vínculos a uma rede de contato estabelecida nos jornais *Opinião* e *Movimento*.

Apesar de não ter o formato de uma cartilha, o caderno tinha como objetivo responder três perguntas básicas em relação à Constituinte: Como? Por quê? A quem serve? Indagações que, de certo modo, eram também feitas pelos setores da oposição. Dentre as questões, esclarecer sobre a quem servia a Constituinte se tornava chave para fortalecer a campanha e para colocar a proposta como um sinal de ruptura aos tempos de autoritarismo. Foi nesse sentido que o texto “A caminho da participação popular”, escrito pelo editor da publicação Sérgio Buarque, abriu a série de entrevistas.

Em sua primeira parte, o artigo se dedicou a definir o significado de Constituição e de Assembleia Nacional Constituinte, bem como a identificar os momentos da história nacional em que ambos os recursos foram requeridos e utilizados. Em seguida, tratou da situação de contradição em que vivia o país, dividido entre a ordem constitucional e a ordem institucional, entre a permanência de um regime fechado e o anseio geral de participação. Ao relacionar a Constituinte com as mudanças bruscas de regime, o texto traçou essa como o método mais correto de se propor a

²⁰² *Constituinte: Como? Por quê? A quem serve?* São Paulo, ago. 1977. (Caderno Especial do jornal *Movimento*).

²⁰³ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003, p. 378.

redemocratização no país. E indicou as condições fundamentais para que ela fosse “livremente eleita, democrática e soberana”.²⁰⁴

O argumento, ainda que se valesse da experiência constituinte do Brasil obtida em situações anteriores, como em 1946, assumiu como referências os princípios que tomaram corpo nos debates intelectual e político a partir de 1974. Debates que a imprensa alternativa, dentre eles o próprio jornal *Movimento*, encarregava-se de divulgar. Assim, a ampla liberdade de organização e de expressão e a participação popular foram apresentadas como formas eficazes de estabelecer uma democratização por via eleitoral e constitucional. A defesa da Constituinte foi sustentada por ideias que constituíam o cerne da questão democrática no Brasil, levantada principalmente por intelectuais, daí a ênfase na participação popular. Essa participação era vista como condição necessária para que a Constituinte e, conseqüentemente, a Constituição fossem consideradas legítimas, servindo aos interesses da maioria da população.

No entanto, o cumprimento dessa condição, por si só, não garantia que os direitos mínimos desse setor fossem respeitados, já que o problema da participação popular se situava também no âmbito da representação, ou seja, como, quem ou qual partido político representaria de fato essa parcela da sociedade. Esse foi o ponto fundamental que os grupos da esquerda usaram como crítica à campanha pela Constituinte em 1977, já que constatavam a não existência e a impossibilidade de, naquele momento, criar um partido dos trabalhadores. E esse também foi o tema sobre o qual Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Francisco Weffort, Marilena Chauí e José Álvaro Moisés expuseram suas análises nas páginas do caderno especial.

Chauí, por exemplo, avaliou que o debate sobre a Constituinte não podia se restringir à ideia de ela ser ou não oportuna e justa, e tampouco, à obviedade da participação de todas as classes. A questão devia ser deslocada para um ponto mais concreto expresso na seguinte indagação: qual seria a forma de participação? E alertava que “caso o debate permanecesse em generalidades quanto ao direito de todos à participação, corria-se o risco de repetir no vazio a fórmula *liberté, égalité e fraternité*”.²⁰⁵

²⁰⁴ BUARQUE, Sérgio. “A caminho da participação popular”. *Constituinte: Como? Por quê? A quem serve?* São Paulo, ago. 1977, p.3 (Caderno Especial do jornal *Movimento*).

²⁰⁵ CHAUI, Marilena. Nem justa, nem oportuna. Apenas um meio de debate. *Constituinte: Como? Por quê? A quem serve?* São Paulo, ago. 1977, p.32 (Caderno Especial do jornal *Movimento*).

Anistia e Constituinte:

Foi considerando a participação e a viabilidade de representação das camadas populares que Therezinha Zerbine defendeu a Constituinte, privilegiando outro princípio fundamental: a liberdade. Para Zerbine, uma das entrevistadas pelo caderno especial²⁰⁶, a convocação abria um caminho para o Estado de Direito, se a mesma fosse “precedida de uma anistia a todos que foram atingidos pelos atos de exceção”.²⁰⁷ Era necessário primeiro garantir a liberdade aos cassados, presos políticos, exilados e a uma sociedade que teve seus direitos de expressão, associação e mobilização cerceados. Nessa perspectiva, se a liberdade era a condição imprescindível para que a Constituinte fosse considerada legítima, a anistia era a forma para se chegar a essa liberdade:

O pressuposto dessa convocação terá que ser precedido de uma Anistia Ampla e Geral a todos que foram atingidos pelos atos de exceção. Terá que ter ampla liberdade de imprensa. Liberdade de organização e mobilização popular e discussão dos problemas que angustiam as classes que compõem a sociedade civil.²⁰⁸

A partir desse argumento, o Movimento Feminino pela Anistia se inseriu na luta pela Constituinte. A entidade passou a apoiar essa bandeira não só porque foram esvaziadas todas as suas esperanças com o Pacote de Abril,²⁰⁹ mas pelas semelhanças entre as duas propostas – anistia e Constituinte – fundadas na liberdade e na ruptura com os atos de exceção e na possibilidade de potencializar a luta pela anistia.

Assim, a edição de número dois do *Maria Quitéria*, dedicou-se inteiramente ao assunto em meados de 1977. Como observa Maria Cecília Conte Carboni, o boletim foi organizado de modo a articular as duas bandeiras com o propósito de demarcar cada vez

²⁰⁶ A participação de Zerbine no caderno *Constituinte* pode ser relacionada ao apoio dado pelo jornal *Movimento* ao grupo de mulheres e a sua luta pela anistia. Esse jornal publicava em suas seções artigos a respeito do Movimento Feminino pela Anistia. Segundo Carboni, *Movimento* foi um dos interlocutores mais próximos do boletim *Maria Quitéria*. Ver em: CARBONI, Maria Cecília Conte. *Maria Quitéria: o Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa 1975-1979*. 2008. 98f..Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 59

²⁰⁷ ZERBINE, Therezinha. Um jeito de sair da crise. *Constituinte: Como? Por quê? A quem serve?*. São Paulo, ago. 1977, p.11 (Caderno Especial do jornal *Movimento*).

²⁰⁸ Ibidem.

²⁰⁹ Justificativa usada por Zerbine em sua entrevista dada ao jornal *Pasquim*, em julho de 1977. E em sua palestra realizada na Câmara dos Deputados, durante a instalação do núcleo do MFPA em Santa Catarina, em novembro de 1977. Ver em: ZERBINE, Therezinha. *Anistia: Semente pela liberdade*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1979.

mais o espaço e a importância do Movimento Feminino pela Anistia naquele momento.²¹⁰ Para isso, o boletim trouxe os depoimentos de Jarbas Vasconcelos, Marcos Freire e Alencar Furtado, políticos do MDB comprometidos com a campanha pela Constituinte e também apoiadores da anistia. Criou-se um paralelo entre aquela conjuntura e o contexto final do Estado Novo, remetendo a um passado em que a anistia havia sido concedida em 1945 e a Assembleia Constituinte realizada no ano seguinte, em 1946. A sequência dos dois fatos, ou seja, a anistia e a Constituinte foi reforçada com o artigo “Anistia, mais necessária agora”, do jornalista Hélio Silva, que concebia a anistia como um ato antecessor à convocação de uma Constituinte²¹¹.

Ao tomar a bandeira pela Constituinte em 1977, o Movimento Feminino pela Anistia passou a construir um discurso que reconhecia a primazia da anistia na transição à democracia. Para a entidade, era fundamental mostrar que mesmo aderindo àquela reivindicação, a luta pela anistia se colocava num patamar superior à luta pela Constituinte. Essa foi a mensagem dada pelo grupo numa intervenção feita na Assembleia Legislativa de São Paulo, em 24 de outubro de 1977, quando o próprio Movimento declarou que:

A Anistia virá restaurar direitos que foram lesados. Quando cassaram pessoas, nelas foram cassadas correntes de pensamento, e não é admissível que um novo pacto social seja elaborado com a ausência destas correntes, que quer queiram ou não, fazem parte da nacionalidade²¹².

A defesa pela anistia e sua posição no processo democrático demandou do grupo tratar de temas como participação, liberdade, direitos e cidadania. Esses assuntos já compunham o repertório da entidade desde os seus primeiros manifestos. A diferença foi apresentá-los a partir de enfoques que pautavam os debates sobre a democracia no país. A introdução de novas perspectivas buscava enriquecer os discursos sobre a anistia a fim de torná-los mais coerentes com as mudanças políticas e sociais, de alargar o

²¹⁰ CARBONI, Maria Cecília Conte. *Maria Quitéria: o Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa 1975-1979*. 2008. 98f. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 55.

²¹¹ Boletim *Maria Quitéria*, ano 1, n. 2, jun. 1977

²¹² ZERBINE, Therezinha. Intervenção feita na Assembleia Legislativa de São Paulo no dia 24 de outubro de 1977. *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1979, p.116.

significado de anistia e de firmar o espaço do Movimento Feminino pela Anistia frente as suas principais alianças, entre elas, o MDB.

A respeito desse partido, a aproximação entre as duas entidades apareceu já nos primeiros anos do surgimento do grupo liderado por Zerbine. Uma aproximação que foi tomando corpo com o projeto democrático construído pelo MDB e estruturado, de acordo com Antônio Sérgio Rocha, em torno de quatro reivindicações: “anistia política, retorno ao Estado de Direito, eleições diretas para Presidência da República e uma nova Constituição”.²¹³ Tais objetivos foram sendo delineados a partir das dinâmicas políticas e das circunstâncias em que se vivia, ficando também submetidos aos empecilhos criados pelas divergências internas da agremiação.

A tese da Constituinte foi um exemplo desses impasses. Levantada em 1971, não encontrou ecos em outros setores da sociedade e nem nas eleições de 1974, quando o MDB lançou a Campanha Constituinte com Anistia.²¹⁴ A vitória significativa conquistada por esse partido naquelas eleições ofuscou o fracasso dessa campanha. Assim, a meta do partido passou a ser outra: alcançar a maioria dos governos estaduais no pleito de 1978, uma vez que a Constituição assegurava eleições diretas para o cargo. A tese da Constituinte foi abandonada, pois, para os principais dirigentes emedebistas, “ela poderia tumultuar o processo e impedir as eleições governamentais”.²¹⁵

No ano seguinte às eleições de 1974, surgiu, em São Paulo, o Movimento Feminino pela Anistia. Dedicando-se exclusivamente à luta pela anistia, o grupo foi ganhando a solidariedade de entidades profissionais, de figuras eminentes da Igreja Católica como Dom Paulo Evaristo Arns, e de políticos do MDB, como o senador Franco Montoro.

Quando, em 1977, a ideia de convocação da Constituinte foi novamente levantada, o MDB estava dividido em relação à viabilidade dessa proposta. Enquanto o senador Marcos Freire e os políticos da ala dos “autênticos” defendiam a popularização da campanha, a cúpula do partido mostrava-se descrente e refratária a essa ideia e apresentava, dentro do partido, outros projetos que tratavam da mudança do modelo de governo e, até mesmo, de uma “Constituinte com Geisel”.²¹⁶

²¹³ ROCHA, Antônio Sérgio. Genealogia da Constituinte: do autoritarismo à democratização. *Lua Nova*. São Paulo, n.8, 2013. Disponível em: <www.dx.doi.org/10.1590/S0102-64452013000100004>

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ PINTO, Francisco; Braga, Teodomiro. O MDB e a Constituinte. *Constituinte: Como? Por quê? A quem serve?* São Paulo, ago. 1977, p.37 (Caderno Especial do jornal *Movimento*).

²¹⁶ Ibidem.

A preocupação da cúpula se centrava nas eleições de 1978, na perspectiva de mais uma vitória significativa e na possibilidade de se constituir uma Assembleia Constituinte com os novos parlamentares eleitos. Por isso, ainda que a Convenção Nacional, realizada em setembro de 1977, tenha transformado a Assembleia Nacional Constituinte na principal bandeira do partido, a campanha não se solidificou nas ruas, ficando restrita a algumas entidades civis, como o Movimento Feminino pela Anistia.

Foi esse grupo que teve como tarefa contribuir para a popularização da campanha. No entanto, ao abraçar a nova causa, reforçou a necessidade do comprometimento dos brasileiros na luta pela anistia. Para o Movimento e os quadros mais combativos do MDB, as eleições de 1978 não poderiam resultar em uma Assembleia Nacional Constituinte, se para essas eleições persistissem as regras impostas por um governo autoritário. Nem mesmo a vitória parlamentar do partido de oposição brindaria com a legitimidade uma Constituinte, cuja formação havia sido feita à revelia da participação de brasileiros que se encontravam cassados, exilados, presos e impedidos por atos do regime.

Ainda que o Movimento não tenha se ocupado em analisar como se efetivaria a participação dos brasileiros na Constituinte, o grupo passou a orientar o seu discurso com o objetivo de estabelecer uma relação imprescindível entre a efetivação daquela participação e o envolvimento da sociedade em torno da luta pela anistia. É interessante destacar que, em 1978, o movimento pela anistia foi se fortalecendo com a emergência de novas organizações, enquanto a Campanha pela Constituinte caiu quase no buraco do esquecimento. Sem dúvida, alguns dos motivos para esse fracasso foram a postura indecisa e as divergências internas do MDB quanto à sua popularização. Além disso, deve-se mencionar que a proposta da Constituinte emergia num momento em que a sociedade tinha ainda suas liberdades cerceadas.

Nesse contexto, assumiu-se como aspecto prioritário a organização de todos os setores em torno do fim da ordem excepcional arbitrária, representada nos atos e leis de exceção e das conquistas das liberdades fundamentais, como o *habeas corpus*, a liberdade de palavra, de expressão, de manifestação, de associação e reunião, liberdade de atuação política e organização partidária, enfim, das “liberdades democráticas”, palavra de ordem ecoada pelos protestos estudantis em maio de 1977 e ratificada nos manifestos organizados pela Igreja Católica e pelas associações profissionais.

A partir de 1977, foi se conformando uma oposição democrática ao regime. Essa oposição era constituída por diferentes grupos da sociedade como o MDB, as entidades

profissionais OAB e ABI, a Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), os intelectuais, os sindicatos, os movimentos de bairros e as organizações de direitos humanos. Todos eles passaram a se manifestar pela democracia, interpretando-a a partir de diferentes perspectivas.

Assim como entre os intelectuais houve uma pluralidade de enfoques sobre a democracia e a transição, existiram também, entre todos os matizes dessa oposição, várias leituras sobre a democracia e a forma pela qual se poderia alcançá-la. Dentre essas, a compartilhada pela tradição liberal e a que emergia dos movimentos de esquerda polarizavam os debates que passaram a envolver uma opinião pública cada vez mais ampla.

A democracia, segundo a perspectiva liberal, “era o Estado de Direito, marcado pelo império da lei, pelo equilíbrio dos poderes de Estado, pelas liberdades civis (reunião, manifestação e expressão) e pela igualdade jurídica”.²¹⁷ Era essa a democracia de que a OAB e ABI tratavam em seus dois mais importantes manifestos: a “Carta aos Brasileiros” e “Pelas Liberdades Democráticas”, ambos anunciados em 1977 e que se constituíram como base para que essa oposição liberal sustentasse a defesa da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Para os movimentos da esquerda, a democracia ia além do seu aspecto político e formal, uma vez que ela se realizava com a ativa participação dos trabalhadores na vida política, econômica e cultural do País. Para setores mais radicais, ligados às tradições marxistas-socialistas, a democracia se assentava na participação popular e na transformação radical da estrutura política e social, de modo a dar um novo padrão de vida aos trabalhadores.

As diferenças entre as correntes e os focos de tensão dentro da sociedade recrudesceram ao longo de 1978, com a ascensão dos movimentos populares espalhados nas periferias das grandes metrópoles. O mote central dessas divergências se encontrava no tema da participação política e na maneira como ela poderia se efetivar. Diante de um cenário em que “novos personagens entravam em cena”²¹⁸, não reconhecer o impacto e a importância desses na dinâmica política representava compartilhar uma concepção de democracia restritiva e elitista.

²¹⁷ NAPOLITANO, Marcos. 1964: *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 248.

²¹⁸ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

4.1.1- O que é democracia?

“Pela participação popular”. Era esse um dos títulos estampados nas páginas do *Maria Quitéria*, em sua edição de junho de 1978. O título correspondia à entrevista feita a Francisco Weffort e publicada pelo boletim. Nessa entrevista, o cientista social abordou assuntos como o Estado de Direito, o papel da Constituinte, a questão do sindicato e dos trabalhadores e da relação desses com os intelectuais.

Dentre esses temas, o Estado de Direito foi um dos grandes destaques. Questionado sobre a volta dele, Weffort defendeu uma concepção nova: Estado de Direito Democrático, termo que havia surgido no Encontro da OAB. Esse Encontro, a Sétima Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, ocorreu entre os dias 7 e 12 de maio de 1978 em Curitiba. O evento elegeu como tema central o Estado de Direito. Nessa conferência, Francisco Weffort foi um dos relatores do “Painel Estado de Direito” e Therezinha Zerbine defendeu a tese intitulada “Estado de Direito – Direitos Humanos e a Necessidade de Anistia”.²¹⁹

Após cinco dias de trabalho, a Conferência da OAB foi encerrada com a aprovação da “Declaração de Curitiba”. Nesse documento, os advogados clamaram pela vigência do “Estado de Direito Democrático”.²²⁰

Mais do que um simples acréscimo de adjetivo, a nova concepção de Estado reunia dois conceitos distintos: Estado Democrático e Estado de Direito. De acordo com a declaração, o Estado Democrático se refere fundamentalmente aos princípios da participação e da liberdade, pertinentes ao núcleo das decisões políticas. Ambos os princípios garantem a legitimidade institucional, dando condições à “existência do verdadeiro Estado de Direito,”²²¹ regido pela lei e pela igualdade jurídica.

Apesar de defender uma concepção nova de Estado, não foi essa definição o ponto inovador da declaração emitida pelos advogados. A novidade estava em utilizá-la para legitimar e abordar a liberdade sindical dos trabalhadores, considerando o sindicato

²¹⁹ Nessa tese, Zerbine defendeu a anistia como medida preliminar da Constituinte e essa como o caminho para a volta do Estado de Direito. Para ratificar a importância da anistia no processo de abertura democrática, construiu um discurso em que interpretou o Estado de Direito destacando não só a hierarquia das leis na organização do Estado, mas a participação dos cidadãos nessa organização. Ver em: ZERBINI, Therezinha. *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1979, p. 167-174.

²²⁰ VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*. Curitiba, v.19, n.0, 1979, p.346.

²²¹ Ibidem, p. 347.

como o lugar de participação política e social desses agentes. Já a liberdade foi considerada condição prioritária para a conquista e a garantia de direitos sociais.

Rejeitando a concepção mínima do Estado de Direito, o documento alertava que o combate às desigualdades sociais não somente se repousava na vigência dos direitos civis, mas no entrelaçamento de direitos políticos e sociais:

Os direitos políticos, longe de obstem os direitos sociais, constituem a única via pacífica para a sua obtenção e seu exercício. Direitos sociais e direitos políticos são o conteúdo do Estado de Direito, que, por ser um Estado ético, repele a ideia da injustiça, situada nas desigualdades decorrentes da excessiva riqueza de uns, da extrema miséria da maioria.²²²

No dia 12 de maio, dia em que o documento foi aprovado, eclodiu a greve operária em São Bernardo do Campo. A ação dos metalúrgicos surpreendeu a sociedade. De forma sutil e inovadora, a manifestação dos operários trazia à cena a questão sindical e a opressão social e política vivida pelos trabalhadores. A “Declaração de Curitiba”, de certo modo, tratou dessa situação ao considerar a legitimidade da participação popular como um dos pilares do Estado de Direito Democrático. Para Weffort, esse reconhecimento era o ponto decisivo sobre o qual a noção de democracia devia ser entendida.

Assim, ao ser perguntado pelo boletim sobre a volta do Estado de Direito, o intelectual, além de tratar da nova concepção sugerida na conferência da qual participou, apresentou as mudanças necessárias para que a democracia fosse considerada além de seus mecanismos de representação:

[...] a questão central do Estado de direito é de passar de uma declaração formal estritamente jurisdicista e parlamentar do que é participação democrática para uma participação que envolve uma variedade de formas de participação popular. E aí entra a questão dos

²²² VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*. Curitiba, v. 19, n.0, 1979, p.348.

partidos, dos sindicatos e das demais organizações populares que em todos os níveis deveriam ter a sua legitimidade reconhecida. Esses pontos são cruciais para que se fale em um Estado de Direito, sem que isso signifique uma volta ao passado.²²³

Desde a sua primeira edição, em 1977, *Maria Quitéria* abria espaço para um intelectual que não fez da anistia seu assunto principal. O problema sindical e a situação dos operários foram os assuntos privilegiados e dominaram as perguntas feitas pelo boletim. A pouca referência à anistia marcou a participação de Francisco Weffort justamente em um veículo de comunicação destinado a fomentar o debate sobre a anistia.

Por isso, a singularidade dessa participação foi interpretada por Maria Cecília Conte Carboni como um sinal de abertura do Movimento Feminino pela Anistia a problemas, de que até então a organização não se ocupava de forma prioritária. A mudança, segundo Carboni, estava associada ao surgimento dos Comitês Brasileiros pela Anistia que, ao articularem de forma mais politizada a luta pela anistia, acabaram fomentando uma rediscussão sobre suas posições ante essa bandeira.²²⁴

Sem dúvida, a criação dos Comitês representou um salto quantitativo e qualitativo no movimento pela anistia. As reivindicações tinham o sentido menos conciliatório ao exigirem a elucidação dos casos dos desaparecimentos políticos, por colocar a anistia como uma luta pelas liberdades democráticas e consagrar os temas da democracia e dos direitos humanos como novos eixos da luta contra o regime. No entanto, mesmo considerando o impacto que essas entidades provocaram no cenário nacional e no Movimento Feminino pela Anistia, não se pode atribuir somente a esse fato a explicação para a participação de Weffort no *Maria Quitéria*.

A entrevista do cientista social foi publicada em junho de 1978, um mês após a eclosão da greve dos metalúrgicos e a realização da Conferência da Ordem dos Advogados do Brasil. A greve colocou a questão do sindicalismo e da situação dos trabalhadores na ordem do dia. Já a declaração do evento da OAB relacionou a

²²³ Esse passado, para Francisco Weffort, era a democracia de 1946, vista como precária e indesejável, na medida em que ela tratava a participação popular como uma ameaça à sociedade. Ver: WEFFORT, Francisco. Pela participação popular. *Maria Quitéria*, ano 2, n. 3, jun. 1978.

²²⁴ CARBONI, Maria Cecília Conte. *Maria Quitéria: o Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa 1975-1979*. 2008. 98f. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 55.

legitimidade da participação dos trabalhadores ao Estado de Direito Democrático. Os dois fatos, não desconsiderando suas especificidades, expressavam a emergência e a centralidade que os movimentos sociais começavam a ocupar na sociedade.

No mesmo mês em que foi publicada a terceira edição do *Maria Quitéria*, o Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo divulgou, por meio de panfleto, a “Carta de Princípios e Programa Mínimo de Ação”. Dentre os princípios, constava um conjunto de liberdades democráticas, tais como a liberdade de associação e reunião, a autonomia sindical e direito de greve, direitos reivindicados pelas manifestações operárias em maio de 1978.

Francisco Weffort era um dos intelectuais que defendia a organização autônoma da classe operária e identificava os movimentos sociais como um novo potencial de ação por uma cidadania plena, corporificada na garantia dos direitos civis, “na ampliação da participação política e na extensão dos direitos sociais”.²²⁵ Como observa Milton Lahuerta, as posições do cientista político a respeito do sindicalismo populista e da criação de espaços políticos novos, além de terem adquirido importância no meio intelectual, atingiram o público mais amplo “formado pela cidadania ilustrada, pelos movimentos estudantis e pelo novo sindicalismo”.²²⁶ Todos esses grupos, mesmo tendo posições ideológicas diferentes, passaram a abraçar os mesmos temas, em especial, a luta por direitos sociais, a participação e a liberdade.²²⁷ Acerca do Movimento Feminino pela Anistia, suas integrantes tinham acesso a uma rede social em que aqueles assuntos e a conjuntura sócio-política eram debatidos em palestras, em jornais, em faculdades e em conferências de entidades profissionais, como a da OAB, realizada em maio de 1978, da qual Zerbine participou.

Portanto, é considerando um contexto marcado pelas ações políticas da classe operária e da atenção dada a elas pelos setores liberais que deve ser compreendida a entrevista de Weffort no *Maria Quitéria*. O boletim contou com a análise de um intelectual que defendia uma concepção de democracia que reconhecia a legitimidade de participação das classes populares. Concepção que recebeu apoio de advogados

²²⁵ LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL*, v.8, n.14/15, 2001, p.87.

²²⁶ Ibidem, p. 88.

²²⁷ Marcos Napolitano observa que a oposição brasileira, em 1978 e 1979, foi capaz de se manter unida, apesar das divergências ideológicas, “fazendo com que os setores liberais-democráticos se encaminhassem sensivelmente para a esquerda, na trilha dos movimentos sociais. Ver em: NAPOLITANO, Marcos. 1964: *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 296.

presentes no encontro da OAB, em maio de 1978, onde foi solicitada a vigência do Estado de Direito Democrático.

Mas além desses fatos, a participação de Francisco Weffort no periódico tem como outro motivo a sua leitura sobre os movimentos sociais como um espaço de participação política, de expressão e de luta pela cidadania. Essa interpretação, de certo modo, era defendida pelo Movimento Feminino pela Anistia e utilizada por esse grupo para justificar a necessidade de mobilização da sociedade para a conquista da anistia.

Ambos os temas, participação e cidadania, faziam parte dos discursos da entidade. Ao lado da valorização dos direitos humanos, eles eram os eixos sobre os quais o grupo legitimava e dava sentido às suas diferentes ações. E, justamente, foram esses dois temas apontados pela intelectualidade brasileira como os princípios da democracia a serem consolidados no País.

Movimento Feminino pela Anistia: cidadania, participação e democracia

“Assumir as responsabilidades de cidadãs” foi a frase introdutória do “Manifesto da Mulher Brasileira”. Desde o seu surgimento, em março de 1975, o Movimento Feminino pela Anistia fez da cidadania a referência principal, a partir da qual passou a estruturar a luta pela anistia e a promover as mulheres na vida da comunidade.

Para o Movimento, “assumir as responsabilidades de cidadãs” implicava no comprometimento da mulher com os problemas que afligiam a sociedade. Dentre os grandes dilemas que assolavam o país, as violações dos direitos humanos era a questão prioritária, e a anistia a resposta mais contundente dessa sociedade. Logo, a cidadania da mulher se realizava na sua luta pela anistia. A sua cidadania era exercida a partir do momento em que ela, mulher, se envolvesse e participasse na conquista de um direito que tinha como objetivo promover a reintegração civil dos presos, banidos e exilados e restabelecer os direitos políticos de quem os teve cassados.

Se a luta pela anistia era a expressão da cidadania da mulher, a condição de cidadã lhe conferia dignidade frente ao homem. A consciência dessa condição levava a mulher a contestar sua posição subalterna e a encontrar seu espaço e valor na sociedade. A situação de igualdade atribuída pela cidadania era trabalhada pelo Movimento Feminino pela Anistia no sentido de fazer com que a mulher se reconhecesse como sujeito da história, legitimando-a a cumprir, ao lado do homem, o mais importante papel: participar.

Temos que dizer aos homens “Chega! Chega dessa sociedade masculina, onde só vocês ficaram com o timão na mão. Também queremos participar. Vamos segurar juntos o timão e vamos dar os rumos que nós, homens e mulheres brasileiros, achamos que a embarcação deve tomar.”²²⁸

Ao mesmo tempo que o Movimento defendia a cidadania para promover a mulher e para convencê-la a se integrar à campanha, o grupo reafirmava a importância da participação, considerando-a como uma atividade inerente à cidadania. Participar significava não apenas o reconhecimento de fazer parte de um sistema, mas também e, principalmente, o ato necessário para transformar a realidade. Portanto, era visto, ao mesmo tempo, como um direito e um dever:

[...] Quem tem obrigações, deveres, obviamente tem direitos – os direitos de cidadão. Agora pelo simples fato da gente votar, não esgotamos nossos direitos de cidadãos. Nós temos obrigação de participar da vida comunitária nacional. Os povos com maturidade lutam, fazem tudo para que seus direitos de cidadãos sejam respeitados. Dentro dessa tônica é que temos que lutar.²²⁹

Entendida como expressão maior da participação, a luta era a ação por meio da qual os cidadãos promoviam seus interesses e conquistavam direitos. Conscientes de fazer parte de uma comunidade e tomando parte das ações, os cidadãos, eram vistos como os principais agentes das transformações da realidade.

Essa valorização das ações humanas derivava de uma concepção de política que passou a ser difundida pelos intelectuais a partir da década de 1970. Como já analisado nessa dissertação, a política deixou de ser vista como um reflexo das condições material-econômicas de um país para ser entendida como um produto de ações dos

²²⁸ ZERBINE. Therezinha. *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1979, p.56.

²²⁹ Ibidem, p.75.

homens que, em certas condições, organizam-se para decidir as regras e os atos para o funcionamento da sociedade.

Foi essa a perspectiva defendida por Marilena Chauí, em seu depoimento no caderno especial *Constituinte*. Ao tratar da convocação da Assembleia Nacional, a filósofa revelou que esperava ao menos que esse debate “suscitasse em todos e para todas as classes a consciência do óbvio, isto é, que a sociedade e a política não são uma graça divina nem um flagelo da natureza, mas a própria forma de agir dos homens em condições determinadas”.²³⁰

Chauí, juntamente com Francisco Weffort e José Álvaro Moisés, ressalvadas as nuances de interpretações, defenderam a participação da sociedade civil, vinculando-a aos novos movimentos sociais. E consideravam que a política não se manifestava somente nos gabinetes fechados das autoridades, mas também nos espaços públicos e nos próprios movimentos coletivos, vistos como fontes de aprendizado político e como únicas vias para a obtenção e o exercício dos direitos sociais. Nesse sentido, as mensagens difundidas pelo Movimento Feminino pela Anistia eram semelhantes às posições desses intelectuais acerca da política e da participação da sociedade frente ao Estado. Mas enquanto os intelectuais dessa corrente sustentavam essa concepção de política para legitimar as organizações operárias e populares, o grupo de mulheres a utilizava para validar a luta pela anistia.

Outro elemento comum entre esses intelectuais e a entidade feminina foi a centralidade dada à cidadania. O Movimento Feminino pela Anistia foi criado para: “lutar por todo o homem atingido na sua dignidade e cidadania e promover a mulher, mostrando-lhes seus direitos e deveres com a comunidade”.²³¹ Nessas duas finalidades, estavam explícitas a luta pelos direitos da cidadania e a luta pelos direitos humanos²³². Foi em nome da cidadania que Weffort tratou da necessidade da liberdade sindical e da situação dos trabalhadores. Presente tanto nos discursos do Movimento Feminino pela Anistia como nas posições do cientista político, a referência à cidadania tornou coerente a participação do intelectual no *Maria Quitéria* e sustentou a participação popular como ponto essencial do Estado de Direito Democrático.

²³⁰ CHAUI, Marilena. Nem justa, nem oportuna. Apenas um meio de debate. *Constituinte: Como? Por quê? A quem serve?* São Paulo, ago. 1977, p.32 (Caderno Especial do jornal *Movimento*).

²³¹ ZERBINE. Therezinha. *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1979, p.237.

²³² Os direitos humanos são universais e naturais, porque dizem respeito à dignidade humana. Os direitos da cidadania se referem aos direitos e deveres que dizem respeito a uma determinada ordem-jurídica do Estado, no qual uma Constituição define e garante quem é cidadão.

Anistia e democracia

Em setembro de 1978, o Movimento Feminino pela Anistia, os Comitês Brasileiros pela Anistia e outras organizações redigiram a “Carta de Salvador”, que abordava a opressão econômica e política vivida pelos trabalhadores. O documento considerou legítimas as lutas por melhores condições de vida e vinculou a luta pela anistia a essas mobilizações. O marco fundamental dessa Carta foi reorganizar um discurso que tornava a anistia uma bandeira de todos esses protestos. Com o objetivo de transformar a luta em movimento de massas, a anistia foi apresentada como condição imprescindível para a conquista das “liberdades democráticas”, dentre elas, “a liberdade de associação e de organização dos trabalhadores em seus sindicatos, locais de trabalho e residência”.²³³

A “Carta de Salvador”, mesmo que tenha sido estruturada para formalizar os objetivos da anistia, apresentou as bases fundamentais sobre as quais seria construída a democracia. E o que era essa democracia? Em primeiro lugar, o reconhecimento da existência da diversidade e do conflito de interesses. Assim, para a democratização, o movimento pela anistia exigia o desmantelamento do aparato repressivo e da legislação autoritária, o fim das torturas e o estabelecimento das leis e mecanismos de livre participação e representação popular²³⁴. Em segundo, a legitimidade da participação popular, assunto bastante discutido entre os intelectuais brasileiros. Tanto Fernando Henrique Cardoso como Francisco Weffort definiram a marginalidade das massas como um dos aspectos autoritários da política nacional. Permitir que a voz popular fosse ouvida, através de seus representantes ou de seus movimentos sociais, constituía um dos grandes desafios da democracia no País.

A campanha pela anistia, ao rearticular a sua luta à democracia e aos protestos dos setores populares, transformou-se numa bandeira de diferentes mobilizações. Essa campanha e a eclosão de protestos públicos contra a ditadura consagraram, na cena pública, os direitos, alimentaram a esperança com relação às potencialidades das ações políticas da sociedade e conclamaram a cidadania plena a todos os brasileiros como base fundamental para a construção democrática.

²³³ As demais liberdades eram a liberdade de palavra, de imprensa, de expressão cultural e artística e de manifestações do pensamento. Ver em: *Carta de Salvador*, 09/09/1978,

²³⁴ Ibidem.

Diante dessa mobilização da sociedade, o grupo liderado por Therezinha Zerbine foi reorganizando o discurso da entidade sobre a anistia, buscando relacioná-la a essa concepção de democracia. A ideia de anistia foi deixando de ser restrita aos presos políticos para ser entendida como uma luta pela liberdade, por direitos e pela cidadania para a maioria do povo:

A anistia por que nos batemos não se restringe ao significado jurídico do termo, isto é, não é apenas a luta pela libertação de determinado número de presos políticos, mas é, sobretudo, um combate pela anistia do povo brasileiro.²³⁵

Para a presidente do Movimento Feminino pela Anistia, a democracia era uma “divergência saudável”²³⁶, uma vez que admitia o convívio de ideias diferentes e garantia àqueles que as possuíam o direito de expressá-las sem medo. Esse direito fazia da democracia o regime que melhor garantia a “atuação do cidadão em sua comunidade”, visando à ampliação e à conquista de direitos.

No entanto, apontar essas potencialidades da democracia ia além de uma mera valorização ao regime. Isso permitiu a esse grupo de mulheres redefinir a própria luta pela anistia de duas maneiras. A primeira consistiu em projetar para a democracia o cumprimento de algumas reivindicações, como a punição dos torturadores e a elucidação da situação dos mortos e desaparecidos políticos, que eram levantadas pelos Comitês Brasileiros pela Anistia. Dessa maneira, ao mesmo tempo que não desconsiderava a importância desses assuntos, o Movimento os colocava como questões prioritárias da e na democracia. Distinguindo o que poderia ser feito naquele momento daquilo que deveria ser feito após a redemocratização, a entidade reforçava a ideia de anistia como forma de pacificação da família brasileira e retirava o peso que aqueles temas poderiam ter em seus discursos sobre a anistia.

A segunda evitou o enfraquecimento do movimento pela anistia que ganhava as ruas em 1979. Nessa ocasião, a proposta de surgimento de novos partidos foi criticada e tratada como parte de uma série de confusões para esvaziar a campanha. Mesmo

²³⁵ ZERBINE, Therezinha. *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1979, p.230.

²³⁶ *Ibidem*, p. 253.

reconhecendo o direito dos setores populares de organizarem suas representações partidárias, a criação de um partido dos trabalhadores era vista como algo a ser concretizado na democracia, depois “que fosse varrido o medo deste país”.²³⁷

A referência ao medo ajudava a reiterar a necessidade de união das oposições contra o regime militar e consagrar a “anistia ampla, geral e irrestrita” como a luta principal entre elas. O medo foi, portanto, um dos elementos mobilizados para fortalecer a importância da luta e para demarcar as diferenças entre a ditadura e a democracia.

A vigência do autoritarismo, a compreensão da força militar e o receio de ver a luta pela anistia ser esvaziada por manobras políticas compuseram o arsenal de justificativas do Movimento Feminino pela Anistia para manter a imagem de conciliação como objetivo primordial da anistia. Nessa lógica, a democracia foi mobilizada tanto para mostrar as potencialidades de ampliação dos direitos que os brasileiros teriam quando essa e a anistia fossem conquistadas, como para que nela fossem alçadas as ações e as reivindicações que, dado o caráter polêmico, poderiam se constituir como entraves para que a anistia passasse a ser tratada pelo governo.

4.1.2 Processo de redemocratização

Em 1979, a Campanha pela Anistia já havia alcançado diferentes segmentos da sociedade. Paralelamente a essa expansão, eram divulgados os nomes dos torturadores, dos desaparecidos e dados a respeito do número de perseguidos políticos no país.²³⁸ Em decorrência de toda essa mobilização, a questão da anistia passou a ser o assunto do governo de João Batista Figueiredo. No dia 27 de junho de 1979, o presidente assinou o projeto de anistia e o enviou ao Congresso Nacional.

No entanto, antes dessa assinatura, o Movimento Feminino pela Anistia alertava em seu boletim que “já era público ser o projeto de Anistia de caráter restrito”²³⁹ e denunciava ser esse ato e a incorporação dos instrumentos de repressão à Constituição e à Lei de Segurança Nacional “uma manobra política do governo”. Em relação ao novo cenário de luta que se abriu com a elaboração do projeto de anistia e o seu envio ao

²³⁷ ZERBINE. Therezinha. *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1979, p.247.

²³⁸ Alguns deles indicavam que, desde o golpe militar, “2.429 pessoas haviam sido condenadas pela Lei de Segurança Nacional, sendo que 1.729 punidas por crimes políticos, 200 mortos em decorrência da tortura, 4.877 cassados e cerca de dez mil exilados. Ver em: MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências: um estudo do caso brasileiro*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; FAPESP, 2006, p. 33.

²³⁹ Boletim *Maria Quitéria*. Editorial, n. 4, mar. 1979.

Congresso, o Movimento expunha que caberia ao MDB apresentar emendas para adequar o projeto à realidade do país. E ressaltava que, uma vez sancionada a lei como restrita, ela seria legal, mas não legítima.

No II Encontro Nacional pela Anistia, realizado nos dias 16 e 17 de junho no Rio de Janeiro, os organismos de anistia manifestaram suas posições face à lei proposta pelo governo. A não aceitação do projeto foi defendida pelas entidades participantes. Já o núcleo fluminense do Movimento Feminino pela Anistia optou por aceitar o referido projeto, sob a condição de que fossem apresentadas emendas que o ampliassem e o tornassem uma anistia ampla, geral e irrestrita²⁴⁰.

A postura do comitê regional não se contrapunha à da entidade nacional. Therezinha Zerbine considerava a anistia parcial “como o primeiro passo para a geral e que o Movimento Feminino pela Anistia deveria recebê-la como um avanço para a pacificação nacional”.²⁴¹ Essas declarações parecem incoerentes com o texto apresentado no editorial do boletim. Como a entidade podia considerar um “avanço” algo que classificou como “manobra política?” Para compreender essa atitude do grupo, um dos aspectos que se deve observar é a sua concepção em relação à nova fase da luta pela anistia. O Movimento tratava o projeto como ilegítimo e como “manobra política”, pois não correspondia aos anseios da sociedade por uma anistia ampla, geral e irrestrita. Mas aceitava-o, porque o via como uma importante brecha na ditadura causada pela pressão dos movimentos sociais.

A partir do envio do projeto de anistia, era o Congresso e não mais as ruas o principal cenário onde se desenrolaria a luta pela anistia. Eram os parlamentares e não os movimentos sociais ou entidades de anistia²⁴² que seriam os principais protagonistas nas reuniões e debates acerca do tema. As discussões estariam encerradas nas dependências do Congresso Nacional com a instalação de uma comissão mista encarregada de analisar a proposta do governo e de receber e apreciar as emendas enviadas pelos deputados.

²⁴⁰ *Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas: origens e lutas. Exposição dos quinze anos de atividades (1975-1990)*. Rio de Janeiro, 1991, p.35.

²⁴¹ Entrevista coletiva dada à imprensa em Londrina em janeiro de 1979. In: ZERBINE, Therezinha. *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo, 1979, p. 245.

²⁴² Mesmo excluídos das discussões parlamentares, setores da sociedade se manifestaram em relação ao projeto do governo. Presos políticos realizaram uma greve de fome que se iniciou em meados de julho e se estendeu até 22 de agosto de 1979. Conselheiros federais da OAB condenaram a proposta encaminhada por Figueiredo. Comitês de anistia promoveram manifestações públicas em defesa da anistia geral. In: MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências: um estudo do caso brasileiro*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; FAPESP, 2006, pp.41-43.

Após longas e tensas sessões²⁴³, a emenda que tornava a anistia ampla e geral foi rejeitada. A proposta do governo foi aprovada e no dia 28 de agosto de 1979 o presidente Figueiredo sancionou a Lei da Anistia (Lei nº 6.683). Pela lei, foi estabelecida uma anistia parcial e restrita, pois excluía dos benefícios os que cometeram “crimes de sangue”, ou seja, os condenados pela Lei de Segurança Nacional por terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. Determinava ainda que os militares afastados não seriam reintegrados e que os civis retomariam o cargo anteriormente ocupado somente com a existência de vaga e mediante a apreciação do caso pelas autoridades competentes. Além disso, concedia a anistia a todos os autores dos crimes denominados “conexos”, abrangendo, portanto, os agentes da repressão que cometeram torturas e outras violações aos direitos humanos.

O caráter restrito da lei e a garantia de impunidade que assegurou aos agentes do Estado foram os principais fatores que motivaram as entidades de direitos humanos e de anistia a retomar a mobilização e a organizar o Segundo Congresso Nacional pela Anistia.²⁴⁴ Mas, mesmo com a realização do Encontro, a campanha pela anistia foi perdendo o seu potencial de mobilização. Uma perda causada não só pela decretação da Lei da Anistia, mas também por outros dois fatos: o fim do bipartidarismo e a consolidação do movimento sindical operário. O primeiro reforçou o processo de divisão do MDB e possibilitou o surgimento de novas forças político-partidárias. O segundo se tornou o centro de referência da contestação popular. Abertos novos canais de participação, a questão da anistia passou a não ser a única que conseguia articular e legitimar a luta antiautoritária como uma luta pelos direitos e pela democracia.

Nesse contexto, os núcleos do Movimento Feminino pela Anistia começaram a encerrar suas atividades devido às divergências entre as integrantes e à adesão de muitas delas às novas organizações sociais e políticas que surgiram com a abertura política.

²⁴³ Para um estudo mais detalhado sobre as sessões e discussões parlamentares acerca do projeto de anistia. Ver em: MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências: um estudo do caso brasileiro*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; FAPESP, 2006.

²⁴⁴ Sob o lema “A Luta Continua”, essa reunião, que ocorreu na cidade de Salvador, entre os dias 15 a 18 de novembro de 1979, confirmou os pontos já estabelecidos no Primeiro Congresso, tais como a libertação imediata dos presos políticos, a volta de todos os exilados e o esclarecimento das mortes e desaparecimentos com a identificação e a responsabilização judicial dos violadores. Ficou decidido também pela ampliação da luta, através do apoio aos movimentos populares e operários e da manifestação de solidariedade aos grupos de resistência nos países do Cone Sul²⁴⁴. Ver em: ABRAMO, Zilah Wendel. Anistia não é esquecimento. In: MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Zilah Wendel. *Pela democracia contra o arbítrio: a oposição democrática do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, pp. 209-211.

Outros comitês, como o do Rio de Janeiro, desligaram-se da estrutura nacional, fundando novas entidades voltadas para defender a ampliação da anistia já decretada.

Esse esvaziamento sofrido pelo Movimento é, muitas vezes, associado à derrota da Campanha pela Anistia diante de um projeto político do governo, que pulverizou as pressões sociais em torno da causa, e também às limitações estruturais e estratégicas dessa organização. Segundo Rosalina Santa Cruz, o Movimento Feminino pela Anistia, mesmo realizando atos conjuntos com o CBA, começou a perder força a partir do I Congresso Nacional pela Anistia, ocorrido em novembro de 1978. Para ela, a perda pode ser associada a três motivos: o caráter não massivo desse grupo, o fato de ter sido centrado na figura da coordenadora nacional e o fato de ter se posicionado na defesa prioritária da anistia como “conciliação e perdão”.²⁴⁵

Acerca desses motivos, é necessário fazer algumas advertências que nos permitem entender os objetivos da entidade e sua atuação na luta pela anistia. O Movimento não concebia a anistia como uma “dádiva ou perdão”, mas como uma conquista, obtida por meio da mobilização, da participação e do envolvimento do povo brasileiro. Logo, as diferenças principais entre os organismos de anistia estavam menos no modo em que percebiam a anistia do que no grau de pressão e nas exigências que consideravam necessárias exercer sobre o governo. Os Comitês Brasileiros pela Anistia, por exemplo, defenderam a punição aos responsáveis por violações aos direitos humanos.

Na primeira edição do Boletim “Maria Quitéria”, o grupo definia que o seu papel “não era organizar um grande movimento pela Anistia, mas contribuir para essa luta através de assinaturas e instalações de núcleos”. Essa posição do grupo foi confirmada no contexto da instalação dos Comitês Brasileiros pela Anistia e da ampliação da Campanha.²⁴⁶ Assim, incentivar e despertar “consciências” foram ações decorrentes de uma perspectiva que via a participação como um direito e um dever. Essa ideia de participação articulada à liberdade e à condição de cidadão adotada pelo Movimento contribuiu para reforçar os significados políticos atribuídos à anistia, transformando essa luta em um marco importante na luta democrática.

²⁴⁵ CRUZ, Rosalina Santa. Elas se revelam na cena pública e privada: as mulheres na luta pela anistia. In: SILVA, Haíke R. Kleber(org.). *A Luta pela anistia*. São Paulo: UNESP/Imprensa Oficial/ Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2009, p. 120.

²⁴⁶ Ainda que tenha dado esse apoio, houve muitas divergências entre as duas entidades. O Movimento estabeleceu um discurso mais apaziguador e reconciliatório. Enquanto os Comitês tratavam dos crimes cometidos pelo Estado, pela elucidação dos casos de violações aos direitos humanos.

Sem dúvida, a percepção de participação política, de cidadania e de liberdade adquirida durante aqueles anos de 1970 se tornou decisiva para impulsionar a campanha popular pelas eleições diretas para presidente. A Campanha das Diretas-já, marcada por comícios onde compareceram milhares de pessoas, revelou a vontade de participação do cidadão comum, que ao ocupar as ruas, buscava intervir nos rumos da vida política do País. Embora a Emenda²⁴⁷ da eleição direta tenha sido vencida no Congresso, os valores democráticos compartilhados ao longo daqueles anos sinalizavam a mudança de um comportamento político.

4.2- As Mães da Praça de Maio: a vez da transição democrática

Por isso seguiremos na Praça de Maio até que se faça Justiça, e não para desestabilizar, se não para que a Democracia se fortaleça com a participação de um povo que deve saber que a miséria, o subdesenvolvimento, a dependência e outros elementos destruidores de nosso país continuaram vigentes porque não se quis julgar, mas sim permitir amparar os responsáveis [...].²⁴⁸

Maio de 1982. Tropas argentinas combatem contra forças inglesas pela posse das Ilhas Malvinas.

Maio de 1982. O editorial do boletim das Mães da Praça de Maio aborda o conflito bélico ao mesmo tempo em que reitera a defesa dos direitos humanos. Para o grupo, os procedimentos empregados no desaparecimento das pessoas, isto é, o sequestro, a prisão e a tortura não podiam ser esquecidos devido ao estado de beligerância vivido pelo país.²⁴⁹

O tom enfático em que foi tratado o sofrimento dos familiares de desaparecidos marcou os textos que compuseram o periódico dessa edição. Em um dos artigos,

²⁴⁷ Conhecida como Emenda Dante de Oliveira. Propunha a eleição direta para o cargo máximo do Poder Executivo. A Emenda foi derrotada no Congresso na eleição ocorrida em 15 de abril de 1985.

²⁴⁸ Trecho da carta enviada pelas Mães da Praça de Maio, divulgada no boletim da entidade, na edição de outubro de 1983. Ver em: GORINI, Ulises. *La Rebelión de las Madres*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006, p. 617.

²⁴⁹ El 2 de abril. *Boletim Oficial del Movimiento Madres de Plaza de Mayo*, Buenos Aires, año III, n.10, maio 1982, p. 4.

argumentou-se que, depois de finalizada a guerra, informar sobre os desaparecimentos seria o primeiro ato de soberania democrática.²⁵⁰

Essa não foi a primeira vez que a democracia foi citada em uma declaração das Mães da Praça de Maio. Ter uma “Argentina democrática”²⁵¹ que respeitasse os direitos fundamentais do homem era um dos grandes desejos enunciados pelo grupo. Anseio que surgiu numa conjuntura onde a reivindicação pela democracia começava a ser articulada por atores políticos e sociais e que se desenvolveu nos momentos que antecederam o anúncio da guerra.

Na passagem da década de 1970 para a década de 1980, na Argentina, constituiu-se “um microcampo de oposição democrática ao regime”²⁵², formado pelo setor político, pela ala sindical, por intelectuais e pelos movimentos de direitos humanos. No meio intelectual, o tema democracia se instalou a partir de 1979, coincidindo com o surgimento de revistas de crítica literária e de revistas especializadas em assuntos políticos, como a “*Crítica & Utopia*”. No cenário político, o assunto tomou corpo com a organização da Multipartidária em 1981. Os dirigentes radicais e peronistas lançaram um documento rechaçando a instituição militar e estabelecendo a necessidade de luta para a transição democrática.

Essa oposição heterogênea, dentro dos parcos e vigiados limites, conseguiu levar para a cena pública temas como os desaparecimentos, o alto custo de vida, o desgaste da economia, a democracia e outras críticas contra a ditadura. O auge desses protestos, sem dúvida, ocorreu em 30 de março de 1982, dia em que a Confederação Geral do Trabalho (CGT) realizou um ato que foi fortemente reprimido.

Mesmo que houvesse as contradições e as diferenças de objetivos, a democracia e o problema dos desaparecimentos foram os assuntos fundamentais dessa oposição. O primeiro era tratado majoritariamente pelos partidos políticos e por ex-militantes da esquerda revolucionária. E o segundo, pelas entidades de direitos humanos.

A democracia, para os partidos políticos, significava o retorno dos civis ao poder. Em seus discursos, adotaram a procura do consenso e do pluralismo os valores

²⁵⁰ Actualidad nacional en derechos humanos. *Boletim Oficial del Movimiento Madres de Plaza de Mayo*. Buenos Aires, año III, n.10 maio 1982, p.23.

²⁵¹ Escritura da associação civil Mães da Praça de Maio, 22/08/1979. Ver em: GORINI, Ulises. GORINI, Ulises. *La Rebelión de las Madres: historia de las Madres de Plaza de Mayo (1976-1983)*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006, p. 315.

²⁵² OLLIER, María Matilde. *De la revolución a la democracia: cambios privados, públicos y políticos de la izquierda argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009, p. 175.

essenciais dessa democracia.²⁵³ Para os ex-militantes, ela era o regime que melhor garantia a liberdade individual, porque combatia o autoritarismo e negava a violência como forma de fazer política.²⁵⁴ Foi justamente o uso dessa violência o ponto mais criticado pelos movimentos de direitos humanos. A lógica do aparato repressor, responsável pelo desaparecimento e pela morte de milhares de argentinos precisava ser esclarecida, informada pelas autoridades, pois seu uso constrangia os direitos fundamentais do homem.

O rechaço à violência compunha o discurso ético das entidades de direitos humanos e o discurso de parte da oposição política democrática mais progressista. A partir desse ponto em comum, o problema dos desaparecimentos e a democracia começaram a ser articulados, configurando-se como expressões de resistência e luta contra o autoritarismo. Nos organismos de direitos humanos, sobretudo os formados por familiares, foi a ideia de democracia, sustentada na garantia à vigência dos direitos básicos da pessoa, o aspecto apropriado do discurso democrático. A democracia não passou a ser a única bandeira dessas organizações. A referência desse regime em seus discursos tinha como propósito enriquecer e legitimar a principal demanda dessas entidades: saber sobre o paradeiro e a situação das vítimas.²⁵⁵ Em uma solicitação de familiares de Jujuy, um dos estados da Argentina, pode ser observado como foi feita essa apropriação. No documento, a solução do problema dos desaparecidos apareceu como prioridade, porque ela representava uma forma de defender a vida, a verdade e a justiça, três eixos sobre os quais se construía a democracia.²⁵⁶

Com o anúncio da Guerra das Malvinas, as posições que haviam desencadeado o protesto de março de 1982 foram alteradas. As críticas foram substituídas e no lugar

²⁵³ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A ditadura militar argentina 1976-1983: do golpe de Estado à Restauração Democrática*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p. 723..

²⁵⁴ A valorização da democracia realizada pelos ex-militantes da esquerda revolucionária decorreu de um processo de crítica e autocrítica acerca das ações políticas postas em prática pelas próprias organizações das quais faziam parte e pelo Estado, que tinha como base o uso da violência. Ver em: OLLIER, María Matilde. *De la revolución a la democracia: cambios privados, públicos y políticos de la izquierda argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009, p. 179

²⁵⁵ Como sugere Martín D'Alessandro, “apesar das Mães da Praça de Maio não ter lutado para transformar o regime político, nem apresentar como e quando devia levar a cabo essa mudança, a inflexibilidade de suas demandas, expressa no lema “Aparição com vida”, representava uma confrontação ao regime militar e todo o seu mecanismo de poder”. Ver em: D’ALESSANDRO, Martín. Los movimientos sociales en la transición democrática: el caso de las Madres de Plaza de Mayo: sentimiento y discurso. *Revista América Latina Hoy*. Salamanca, n.20, p.43, dic. 1998.

²⁵⁶ A solicitação foi publicada, primeiramente, no diário *El Tribuno*, em Jujuy, no dia 27/03/1982. Depois, ela foi publicada na edição de maio do periódico das Mães da Praça de Maio. A declaração de princípios e a similitude de objetivos entre os dois grupos foram as justificativas apresentadas pelo organismo para a divulgação da solicitação no boletim. Ver em: *Boletim Oficial del Movimiento Madres de Plaza de Mayo*, maio 1982, p. 37.

delas foi levantada uma rede de apoio e convivência, principalmente dos partidos políticos, para com o regime. A declaração do conflito interrompeu o clima de protestos, obstruindo o momento em que o reclamo à democracia e o problema dos desaparecimentos começaram a ser articulados, ainda que de maneira frágil.

Esvaziado o “microcampo” da oposição, restaram às entidades de direitos humanos e ao Movimento de Renovação e Mudança, liderado por Raúl Alfonsín²⁵⁷, continuar suas lutas contra as arbitrariedades e a mais recente manobra da ditadura. As Mães da Praça de Maio utilizaram seu boletim na edição de maio para reiterar o problema dos desaparecidos. Para a entidade, a guerra não apagava as violações cometidas pelas Forças Armadas. A única alteração que ela causava era retardar a solução desses casos, cujas informações seriam requeridas quando fosse superado o estado de beligerância. Por isso, o grupo declarou que, depois de recuperada a paz, resolver o problema dos desaparecimentos seria o primeiro ato democrático. Nessa afirmação, a intenção das Mães não era informar que lutariam pela democracia no pós-guerra, mas utilizar a ideia de democracia para legitimar a demanda por esclarecimentos. Nesse caso, repetia-se um argumento que foi se construindo no momento antecedente ao anúncio da guerra, ou seja, numa conjuntura de valorização da democracia trazida pelos intelectuais e por militantes das esquerdas.

Com a derrota da Argentina nas Malvinas²⁵⁸, o regime militar entrou em colapso. Em meio à decomposição do regime, a bandeira da recuperação da democracia foi abraçada pela maioria dos argentinos e os movimentos de direitos humanos começaram a impor as suas demandas.²⁵⁹ A força e a legitimidade com que esses

²⁵⁷ PUCCIARELLI, Alfredo R. Declinación política y degradación institucional de la joven democracia. La cuestión militar durante la primera etapa de la presidencia de Raúl Alfonsín. IN: ANSALDI, Waldo(org.). *La democracia en América Latina, un barco a la deriva*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007, p.241.

²⁵⁸ A guerra entre Argentina e Inglaterra pela posse das ilhas Malvinas iniciou-se no dia 02 de abril de 1982, três dias depois do grande protesto dirigido pelo movimento sindical. Por meio dela, as Forças Armadas buscavam retomar o controle da situação interna do país, conter a inquietação social e redefinir a legitimidade da luta antissubversiva. Ver em: ROMERO, Luis Alberto. *Breve Historia Contemporanea de Argentina*. Buenos Aires: Siglo Vientiuno, 2007.

²⁵⁹ A derrota na guerra arrefeceu o apoio dado por parte da sociedade às Forças Armadas e ao regime. Houve uma rápida expansão das manifestações públicas organizadas pelos movimentos de direitos humanos, aos quais aderiu grande parte da sociedade. Antes isoladas, essas entidades puderam chegar ao grande público, contribuindo para moldar suas ideias acerca da repressão e da necessidade de investigação dos casos de violação e de justiça. Concomitante aos protestos públicos, deu-se início ao que Gonzalez Bombal chamou de “show de horror”, ou seja, a cobertura da mídia às escavações em cemitérios e aos depoimentos de vítimas e torturadores. Ver em: BISQUERT, Jaquelina; LVOVICH, Daniel. *La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008, p. 28-29.

organismos conduziram suas demandas transformaram a violação dos direitos humanos numa questão central no debate público.

Essas entidades lideraram a campanha contra a impunidade, quando o governo anunciou o Informe final da Junta Militar, no qual era noticiada a morte de todos aqueles que constavam na lista de desaparecidos, e o projeto de Lei que garantia anistia para os que tivessem participado tanto em ações consideradas subversivas como em ações realizadas pelo Estado, no período de 25 de maio de 1973 e 17 de junho de 1982. Contra essas medidas que buscavam colocar um ponto final no problema das violações, os movimentos de direitos humanos exigiram que fosse realizada a investigação dos casos e feita justiça aos que haviam cometido os delitos.

Se a democracia como regime tornava-se cada vez mais iminente, a questão dos desaparecimentos, para essas entidades, tinha que ser convertida em um dos pontos mais importantes da agenda da transição democrática. Em um comunicado assinado por oito entidades de denúncia²⁶⁰, foram feitas algumas previsões ao novo regime, caso fosse brindada a impunidade: “Estamos transitando para a democracia. Esta não poderá se desenvolver de maneira sólida e estável se não se reconhece ao povo o direito de investigar a Verdade e aplicar a Justiça garantindo, assim, que o horror padecido durante anos não volte a se repetir”.²⁶¹

Novamente, os dois assuntos, democracia e violações dos direitos humanos, que haviam sido projetados antes da guerra ressurgiram no momento posterior ao insucesso das Malvinas. Entretanto, no pós-guerra, os movimentos de direitos humanos cresceram em legitimidade, e a democracia, com a convocação das eleições e o início da campanha eleitoral, parecia estar a poucos passos de ser conquistada. Dada a importância, os dois temas ganharam cada vez mais espaços nas reflexões teóricas realizadas pelos intelectuais e pelo grupo político liderado por Raúl Alfonsín. Nesses trabalhos, os reclamos e as diferentes estratégias e ações dos movimentos de direitos humanos tornaram-se a matéria-prima, ainda que não fosse a única, para se pensar a refundação de uma democracia que representasse definitivamente o corte de uma tradição política autoritária.

²⁶⁰ Assinaram o comunicado: Avós da Praça de Maio, Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos, Centro de Estudos Legais e Sociais, Familiares de Desaparecidos e Presos por Razões Políticas, Mães da Praça de Maio, Liga Argentina pelos Direitos do Homem, Movimento Ecumênico pelos Direitos Humanos, Serviço de Paz e Justiça para a América Latina.

²⁶¹ *Amnistia es dar impunidad a la represión*. Buenos Aires, julho de 1983.

Para os intelectuais²⁶², as formas de ações desenvolvidas pelos grupos de denúncia expressavam uma nova forma de “fazer política” que valorizava a participação, a pluralidade e o direito à vida. Esse três elementos iam de encontro às tradições que haviam caracterizado a política no país: violência, elitismo e exclusão. Ao lutarem pela dignidade da pessoa, os novos movimentos sociais sinalizavam a necessidade de prevalecer um conjunto de valores que orientasse a ação política da sociedade e das instituições, no sentido de respeitar as liberdades e os direitos básicos do homem. Nessa perspectiva, os intelectuais realizaram uma leitura dessas demandas como demandas ético-valorativas e converteram os direitos humanos em um ponto-chave de construção de uma cultura democrática e tolerante na Argentina. A vigência desses direitos tinha que ser entendida como um princípio tão fundamental como os princípios da participação e da competição na política democrática.

Se os intelectuais contribuíram para fazer dos direitos humanos um “ingrediente fundador da nova democracia”,²⁶³ o grupo político liderado por Raúl Alfonsín foi o responsável por elaborar uma proposta que abriu um caminho para a investigação contra os delitos aos direitos humanos. Transformada em programa da União Cívica Radical durante a campanha eleitoral de 1983, essa proposta²⁶⁴ tinha duas grandes metas: resolver um problema ético com a sociedade e redefinir os papéis a serem desempenhados pelas Forças Armadas. A primeira tarefa consistia em definir as regras que orientavam a ação política de acordo com os valores democráticos. A justiça ocupava uma posição de destaque por estabelecer os limites da tolerância e penalizar aqueles que os descumpriam. A ideia de que todos estavam subordinados à lei era compreendida como uma das fronteiras que separava a democracia da ditadura. Logo, o julgamento das ações dos militares do recente regime autoritário significava o rompimento de uma prática política em que seus agentes não reconheciam os limites de seus poderes e, tampouco eram responsabilizados pelos seus atos.

²⁶² Intelectuais ligados às Ciências Sociais que passaram a observar os novos atores, ou seja, os movimentos sociais no cenário público. Dentre esses intelectuais, podemos destacar Daniel R. García Delgado, Oscar Oszlak, Vicente Palermo, José M. Gómez e Eduardo J. Viola. Seus posicionamentos acerca da política, da ação política e da tradição autoritária foram analisados no capítulo três deste trabalho.

²⁶³ JELIN, Elizabeth; AZCARATE, Pablo. Memoria y política: movimiento de derechos humanos y construcción democrática. *Revista América Latina Hoy*. Salamanca/Espanha, n.20, p. 32., dic.1998.

²⁶⁴ Alguns pontos dessa proposta foram apresentados no livro *La cuestión argentina* de Raúl Alfonsín, escrito em 1980. Nesse livro, o advogado trata da democracia e da situação vivida pela Argentina durante os anos do regime militar. Ver em: ALFONSÍN, Raúl. *La cuestión argentina*. Buenos Aires: Editorial Propuesta Argentina, 1981.

O dever de julgar os militares cumpria o segundo objetivo da proposta. Desativando os valores e práticas autoritárias que orientavam as ações das Forças Armadas, elas passariam a cumprir as funções a elas destinadas de acordo com a ordem democrática e com o estabelecido pela Constituição.

O modo como Alfonsín organizou a proposta, definindo as tarefas, os objetivos e priorizando a questão da violação dos direitos humanos, é relacionado, por grande parte da literatura, à sua atuação na Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos (APDH)²⁶⁵. Porém, também devem ser levadas em conta a sua interpretação sobre a política argentina e a pertinência dessa interpretação à nova definição de política e de democracia utilizada no meio intelectual.²⁶⁶ Sobre a democracia, o advogado entendia que ela devia respeitar as minorias e desenvolver um mecanismo de controle que limitasse e corrigisse as decisões dos governantes. Esses, por sua vez, “não podiam transgredir os princípios de uma norma superior, a Constituição”.²⁶⁷ Essa forma de entender a democracia se tornou uma das bases de sustentação do candidato radical para levar a cabo a investigação dos crimes e a punição dos principais acusados.

A respeito da política, detectava-se como marca a facilidade com que se interrompia um governo constitucional na Argentina. Assim, para Alfonsín, apontar a última intervenção militar como início dessa prática acarretava ocultar as razões históricas e estruturais que a gerou: “nossos males não estão no 24 de março de 1976, não é ali onde se inicia essa história”.²⁶⁸ Segundo Alfredo Pucciarelli, foi a partir de uma revisão da relação histórica entre Forças Armadas, partidos políticos e sociedade, que Alfonsín sustentou o denominado “mito da inocência” e aportou novos

²⁶⁵ Alfonsín era o vice-presidente da Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos (APDH), uma entidade criada em fins de 1975, ano em que tanto as ações das guerrilhas como as do Estado, sob o governo de María Estela Martínez de Perón, produziram um aumento da violência, assassinatos e sequestros. Desde a sua fundação, a Assembleia tinha políticos e intelectuais entre seus membros. Dentre eles, o próprio Raúl Alfonsín (União Cívica Radical), Alicia Moreau (socialismo), Oscar Allende (Partido Intransigente), Adolfo Pérez Esquivel, Raúl Aragón, Eugenio Manzanelli e Pablo Etchegoyen. Durante a ditadura, a organização se dedicou a denunciar e difundir os casos de violações cometidos pelo Estado, bem como a oferecer apoio e solidariedade às vítimas e familiares. Ver em: JELIN, Elizabeth; AZCARATE, Pablo. *Memoria y política: movimiento de derechos humanos y construcción democrática. Revista América Latina Hoy*. Salamanca/Espanha, n.20, p.30, dic.1998.

²⁶⁶ Em 1978, Alfonsín participou da Conferência organizada pelo CLACSO, em Costa Rica. Como observa Cecilia Lesgart, foi “a primeira saída intelectual-acadêmica a qual assiste aquele que se constituirá no próximo presidente da Argentina”. Nesse evento, a democracia foi o tema principal dos debates, analisada sob os novos referenciais de investigação. Ver em: LESGART, Cecilia. *Pasado y presente de la Ciencia Política producida en Argentina: apuntes para un debate de su porvenir. Temas y Debates*. Rosário, n.14, p.143, dic. 2007.

²⁶⁷ ALFONSÍN, Raúl. *La cuestión argentina*. Buenos Aires: Editorial Propuesta Argentina, 1981, p. 12.

²⁶⁸ Idem, p. 18.

fundamentos da “teoria dos dois demônios”, uma das doutrinas com que elaborou sua política de direitos humanos.²⁶⁹

As Mães da Praça de Maio, nesse contexto de agitação gerado pela campanha eleitoral e pela expectativa em torno do fim da ditadura, utilizaram novamente a ideia de democracia para ratificar a prioridade da questão dos desaparecimentos. Numa carta dirigida ao diretor da revista “Humor”, Andrés Cascioli²⁷⁰, as Mães consideraram o respeito à vida humana um dos elementos fundamentais da democracia e estabeleceram a justiça e a verdade como as duas condições para o fortalecimento desse regime. Precisamente justiça e verdade eram as duas demandas do grupo. A primeira se referia aos julgamentos dos responsáveis pelos casos de desaparecimentos; e a segunda, às informações sobre o ocorrido, o paradeiro dos desaparecidos e a identificação dos culpados.

Na carta, as demandas foram convertidas em condições da democracia, uma conversão possível, porque a justiça e a verdade foram apresentadas pela entidade como atos pelo direito e respeito à vida. Julgados, os culpados não eram apenas punidos, ensinava-se-lhes também o valor de considerar a dignidade do outro. A partir dessa relação entre democracia, justiça e verdade, o grupo justificava a necessidade de repudiar a Lei de autoanistia e a morte por decreto dos desaparecidos, como assinalava o Informe final da Junta Militar.

À véspera das eleições, as Mães da Praça de Maio emitiram uma declaração que foi lida durante a habitual marcha das quintas-feiras. No documento, a organização fez referência à eleição que se aproximava, reiterou o problema dos desaparecidos como um problema nacional, recordou os métodos aplicados pelas Forças Armadas e indicou as expectativas²⁷¹ em torno da nova fase política.

²⁶⁹ O “mito da inocência” utilizava o mesmo argumento para explicar duas situações diferentes vividas durante a ditadura militar. Devido à desinformação e à manipulação sofridas pela sociedade, esta apoiou a repressão aos grupos guerrilheiros e à Guerra das Malvinas. Já a teoria dos dois demônios consistiu numa versão mais apurada de uma interpretação, surgida a partir de 1973, sobre a violência política produzida por grupos da esquerda e da direita. PUCCIARELLI, Alfredo R. Declinación política y degradación institucional de la joven democracia. La cuestión militar durante la primera etapa de la presidencia de Raúl Alfonsín. IN: ANSALDI, Waldo(org.). *La democracia en América Latina, un barco a la deriva*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007, p. 249. VEZZETI, Hugo. *Sobre la violencia revolucionaria: memorias y olvidos*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, ano, p. 115.

²⁷⁰ A carta era uma resposta a Luis Gregorich que havia escrito um artigo na revista “Humor”, questionando que papel caberia às Mães da Praça de Maio no período democrático. Ver em: GORINI, Ulises. *La Rebelión de las Madres*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006, p. 617.

²⁷¹ Garantia da vigência da Constituição, a abertura do julgamento dos responsáveis e a impossibilidade da volta dos militares ao poder.

Ao tratar de democracia, o grupo deixava claro que a eleição de um governo constitucional não implicava a chegada da democracia, pois ela seria conquistada quando a vida e a liberdade de pensamento fossem direitos respeitados:

Para conquistar esta aclamada democracia, exercemos a participação, a crítica, a discordância, a petição e nos mobilizaremos para conquistar os direitos legítimos do povo, por isso, ao iminente governo lhe pedimos: Aparecimento com vida dos presos-desaparecidos, Liberdade a todos os presos políticos e sindicais, Julgamento dos responsáveis.²⁷²

Nesse trecho da declaração, a referência à democracia serviu para legitimar os pedidos de justiça e de verdade. No entanto, também se pode observar outro motivo para a citação. Durante a fase pré-eleitoral, começaram a ser levantadas dúvidas sobre o papel que caberia às Mães após a ditadura. As desconfianças tinham como principal motor a postura inflexível do grupo sobre as condenações dos militares. O que estava em jogo era discutir as consequências dessa postura para a estabilidade do iminente governo. Até que ponto suas demandas seriam politicamente viáveis? A atitude intransigente poderia gerar obstáculos na relação do futuro governo com as Forças Armadas? Todos esses receios acabaram sendo sintetizados e, até mesmo, acobertados, através de uma pergunta sutil: qual a função das Mães da Praça de Maio na democracia?

Contra esse tipo de ataque, o grupo novamente recorreu à democracia, mas para se proteger. Na declaração, ao afirmar que exerceria a participação, a crítica e a manifestação, a entidade lançou mão de valores inerentes àquele regime, tais como a liberdade de participação e de pensamento, para sustentar, assim, as ações do grupo na próxima fase política. Como alegar que as Mães infringiriam ou desestabilizariam o governo quando, na verdade, estariam exercendo algo que lhes foi permitido? Por que elas prejudicariam um regime que tem como um dos seus fundamentos justamente a vigência de direitos humanos?

Demarcar a importância e o sentido da luta da organização se tornou cada vez mais necessário. E a referência à democracia foi se transformando em um tipo de

²⁷² GORINI, Ulises. *La Rebelión de las Madres*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006, p. 635.

estratégia essencial para esse trabalho, principalmente, após a vitória de Raúl Alfonsín. Se antes das Malvinas, a citação de democracia serviu para sustentar o reclamo por esclarecimento, se no período pós-guerra, ela validava a condenação dos crimes efetuados pelas Forças Armadas, no governo democrático, a construção do seu significado representava o discurso das Mães da Praça de Maio frente a uma política de direitos humanos.

4.2.1- O que é democracia?

Ao assumir a presidência da República, Raúl Alfonsín aprovou uma série de medidas que buscavam responder à forte demanda social de justiça. Dentre elas, destacaram-se a revogação da Lei de Anistia ditada pelos militares, o processamento das três primeiras Juntas Militares e dos dirigentes das guerrilhas e a criação da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep). Essas medidas faziam parte da política de direitos humanos que, apesar de fazer da justiça seu eixo central, não era absolutamente coincidente com as reivindicações dos movimentos de direitos humanos²⁷³.

As diferenças se deveram a uma série de obstáculos jurídicos e setoriais. Um deles eram as próprias Forças Armadas.²⁷⁴ Contra o risco de uma reação de natureza corporativa, estabeleceu-se o que ficou conhecido como “doutrina dos três níveis”, ou seja, operar as distinções entre quem mandou, quem cumpriu e quem excedeu e, assim, efetuar a condenação dos principais agentes, responsáveis pelas ordens dadas. A estratégia do governo radical pretendeu vincular a necessidade de esclarecimento, julgamento e condenação à responsabilidade de defender a democracia, ameaçada não só pela fragilidade de suas instituições, mas também pelo poder de ação de uma corporação que mantinha o controle sobre a segurança do Estado.

A outra estratégia foi fazer com que os próprios militares realizassem o julgamento e a condenação dos seus pares. Para isso, foi reformado, em fevereiro de 1984, o Código de Justiça Militar. Esse Código estabeleceu que os crimes cometidos

²⁷³ BISQUERT, Jaquelina; LVOVICH, Daniel. *La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008, p.30.

²⁷⁴ Acerca das limitações e dos riscos naquele momento, Raúl Alfonsín comentou: “Alguém acreditava e ainda crê seriamente que esse tempo, com uma democracia que recém-emergia depois de anos de ditadura militar era possível deter e julgar mil e quinhentos a dois mil oficiais em atividade das Forças Armadas?”. ALFONSÍN, Raúl. *Memória política: transición a la democracia y derechos humanos*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004, p. 15.

pelas Forças Armadas, até aquela data, ficassem sob jurisdição dos tribunais militares. Resguardou-se, porém, ao Tribunal Federal apelar à sentença ou assistir aos casos em que fosse descumprido o prazo.²⁷⁵

Num contexto marcado por grandes entraves e por demandas de comprometimento ético, a defesa da democracia foi a justificativa utilizada para resguardar a própria política de direitos humanos, tornando-se a razão das falhas e das potencialidades dessa política que buscava assim atingir o equilíbrio entre o que “era desejável e o possível”.²⁷⁶ Mas que democracia tinha que ser defendida? A democracia assentada na “valorização dos direitos humanos, no respeito ao Estado de Direito e na tolerância ideológica”.²⁷⁷

Um dos objetivos dessa política foi instaurar a democracia em nível institucional e fazer dela “uma condição básica de convivência”.²⁷⁸ Seu passo fundamental era levar aos tribunais os responsáveis pela violência recente, simbolizando a ruptura com o ciclo histórico de impunidade e atos à margem da lei. Para isso, foi importante o papel desempenhado pela teoria dos “dois demônios”,²⁷⁹ uma versão refinada de uma fórmula que fazia parte do discurso político nos anos pré-golpe de 1976. De acordo com essa teoria, a violência política dos anos 1970 havia sido motivada por dois atores: de um lado, o demônio da violência revolucionária e do outro, o demônio do Estado repressor. No meio, alheia e vítima desse conflito, estava a sociedade argentina. Punidos os dois demônios, essa sociedade aprenderia o valor da democracia, exercendo o direito à vida, à liberdade e à participação.

Pensar a democracia, definindo os seus sentidos e alcances, foi uma das marcas dos primeiros anos do governo Alfonsín. Ela foi o tema que não só povoava os discursos oficiais como também suscitava debates entre a intelectualidade argentina²⁸⁰ que se recompunha com a volta dos exilados, com a reestruturação dos centros de

²⁷⁵ Foi imposto um prazo máximo de 180 dias aos tribunais das Forças Armadas para decidirem sobre os casos submetidos a seu tratamento. Ver em: GORINI, Ulises. *La otra lucha: historia de las Madres de Plaza de Mayo (1983-1986)*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2008, p.103.

²⁷⁶ ALFONSÍN, Raúl. *Memória política: transición a la democracia y derechos humanos*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004, p. 37.

²⁷⁷ Ibidem, p.36.

²⁷⁸ NOVARO, Marcos. *Derechos humanos y política democrática: las tareas de la historia y de la Justicia entre populismo y liberalismo*. Disponível em: <<http://www.historiapolitica.com>>. Acesso em: 12/10/2011.

²⁷⁹ Sobre essa teoria, ver em: VEZZETTI, Hugo. *Sobre la violencia revolucionaria: memorias y olvidos*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

²⁸⁰ Dentre os grandes temas levados à discussão estiveram as distinções “entre democracia real e a democracia formal” e a relação entre direitos humanos e democracia. Ver em: OLLIER, María Matilde. *De la revolución a la democracia: cambios privados, públicos y políticos de la izquierda argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009, p. 252.

instituições científicas e acadêmicas, com a criação de novos espaços de discussões políticas e com a publicação de revistas e de livros.²⁸¹

O novo governo começou com enormes expectativas em torno da democracia. Essa era vista como um método por meio do qual as mudanças seriam efetuadas em todos os setores da vida nacional. Participação, mobilização, diversidade ideológica, modernização, liberdades e direitos foram as palavras-chave presentes nas declarações.

Em meio a esse otimismo com a democracia, manifestado por grande parte da sociedade e pelo governo, um dos caminhos utilizados pelas Mães da Praça de Maio para fazer frente à política de direitos humanos foi tratar de democracia e tornar válida a representação construída pela própria entidade desse regime. Citando os princípios de liberdade, igualdade e direito à vida, caros à democracia, o grupo das Mães foi legitimando o reclamo por justiça e por verdade, ao mesmo tempo que projetava e defendia uma ideia de democracia que tinha naquelas demandas seus pilares fundamentais. Nessa tarefa desempenhada pelo movimento, podemos detectar duas fases em que a representação de democracia foi mobilizada.

A primeira correspondeu à etapa inicial do governo de Alfonsín. Caracterizou-se pelas críticas à reforma do Código de Justiça Militar e à criação da Conadep, e também pelas tentativas de inibir as declarações que percebiam em seus reclamos uma forma de aproveitamento político e de desestabilização da democracia. A segunda fase compreendeu o período entre a entrega do informe da Comissão, em setembro de 1984, e o julgamento das Juntas Militares, ocorrido em dezembro de 1985. Ela foi marcada pela recusa à política de direitos humanos, às condições da democracia sob o governo radical e à forma de fazer justiça que não contemplava todos os responsáveis.

Em ambas as fases, as Mães da Praça de Maio não fizeram da democracia a sua bandeira principal, mas utilizaram-na como apoio para sustentar as ações da entidade e tornar possíveis as suas aspirações. Nos dois momentos também se percebe a preocupação do grupo em declarar sua defesa para com a democracia. Uma atitude que foi decorrente de um clima de efervescência criado em torno do novo regime e da

²⁸¹ Em 1984, o Centro Editor de América Latina a fim de oferecer “aporte à reconstrução democrática” deu início à coleção “Biblioteca Política Argentina”. Sob a direção de Oscar Troncoso, a série se voltou a publicar livros sobre a história dos partidos políticos, debates e ideias acerca da democracia, do autoritarismo e dos direitos humanos e análises sobre os movimentos populares e a transição. A respeito dos espaços de debate político e de encontro de intelectuais destacaram-se o *Club de Cultura Socialista* e o *Club de los Sábados*, este organizado, no CEDES, por Oscar Landi. Nesse momento, foi também intensa a participação de intelectuais no governo: assessorando, escrevendo discursos e atuando como ministros. Ver em: LESGART, Cecilia. *Pasado y presente de la Ciencia Política producida en Argentina: apuntes para un debate de su porvenir. Temas y Debates*. Rosário, n.14, p.143, dic. 2007.

constatação de sua vulnerabilidade. Defendê-lo passou a ser sinônimo de compromisso dos argentinos para com as instituições e os valores democráticos, assim como um rechaço contra aqueles que ameaçavam esses valores.

Em relação à primeira fase da relação Mães-democracia foram divulgados cartas, comunicados e notas no boletim da entidade para responder essas acusações de falta de adesão das Mães ao novo regime. Uma delas foi uma carta ao Ministro do Interior Antonio Troccoli²⁸², datada de 10 de janeiro de 1984, e publicada no boletim na edição de abril daquele ano²⁸³, como resposta aos deputados Federico Storani e Cesar Jaroslavsky. As noções de democracia foram utilizadas para sustentar as ações da entidade e para repudiar o fato de o julgamento dos militares estar a cargo dos Tribunais Militares e não da Justiça Civil. Assim, o direito de discordar e de expressar, o qual assiste “a todos os cidadãos em uma sociedade democrática” foi levantado a fim de justificar o seu usufruto pelas Mães. E o princípio de igualdade, existente na Constituição “democrática e igualitária do país”, para rejeitar as diferenciações propostas pela reforma:

E porque cremos na democracia é que manifestamos publicamente nossa convicção de que os militares e civis responsáveis pelos delitos comuns (sequestros, torturas, desaparecimentos, assassinatos e roubos) destes últimos anos, severamente agravados por se tratar e em sua maioria de delitos de lesa-humanidade, devam ser julgados por igual pelos mesmos tribunais ordinários e não por nenhum tribunal especial, como seriam os tribunais militares.²⁸⁴

Na carta, ao declarar que a “democracia é direitos humanos” e que seguiria defendendo os princípios da democracia, a entidade não só apresentava sua interpretação de democracia, como também fragilizava os rumores de que as Mães

²⁸² Troccoli expressou que a dor das mães estava sendo usada por pessoas que levantavam bandeiras não reais. Ver em: ESCHER, Federico. *La Asociación Madres de Plaza de Mayo durante la transición democrática en la Argentina, controversias en torno a la Conadep*. Disponível em: <http://webiigg.sociales.uba.ar/iigg/jovenes_investigadores/5jornadasjovenes/EJE5/Política>. Acesso em: 27/02/2014.

²⁸³ *Boletim Informativo Madres de Plaza de Mayo*, Buenos Aires, añoII, n.16, abril 1984.

²⁸⁴ *Boletim Informativo Madres de Plaza de Mayo*, Buenos Aires, añoII, n.16, abril 1984, grifo do autor.

estavam sendo manipuladas politicamente, uma vez que, para o governo Alfonsín, os direitos humanos eram um dos pilares da democracia.

O tipo de estruturação e de argumentação apresentado nessa carta foi também usado em outras declarações. Em um trecho intitulado “*Las Madres y la democracia*”²⁸⁵, divulgado na edição do boletim de abril de 1984, o movimento enfatizou que o seu compromisso de defender o regime democrático, levava-o a criticar as medidas do governo. Em outro documento, explicitava as suas reivindicações:

E as Mães, que queremos viver em democracia, que aspiramos ao povo argentino que possa viver em democracia e com a testa erguida, não deixarão de reclamar o que é próprio da democracia: liberdade e justiça.

Liberdade para requerer e para expressar a discordância dentro dos limites que marca a justiça.

E justiça rigorosa, única redenção do povo argentino.²⁸⁶

Distinguir apoio ao regime de adesão ao governo, citar os direitos inerentes à democracia e inscrever as exigências de justiça proferidas pelo grupo no rol de condições para o fortalecimento da democracia se tornaram parte dos discursos das Mães. Essas estratégias discursivas, antes de serem compreendidas apenas como produtos da adaptação do movimento ao novo contexto, demonstram as mudanças pelas quais as Mães da Praça de Maio passaram desde os anos iniciais de suas lutas.

As referências aos valores cristãos foram dando lugar, já a partir de 1978, a reclamos mais contestatórios e politizados que tratavam do problema dos desaparecimentos menos como um drama familiar do que um problema de violação dos direitos humanos.

No entanto, não se podem desconsiderar os efeitos da instituição de um novo regime e, em especial, os princípios em que foi baseado²⁸⁷ esse grupo de mães.

²⁸⁵ Carta abierta al país. *Boletim Informativo Madres de Plaza de Mayo*, Buenos Aires, añoII, n.16, abril 1984, p. 1.

²⁸⁶ *Las Madres de Plaza de Mayo, la democracia y la justicia*. Buenos Aires, 1984.

²⁸⁷ Segundo Luis Alberto Romero, não se tratava de restituir a democracia de 1912, pois a democracia pensada na década de 1980 consistia em uma nova proposta que tinha “escassa tradição nas práticas políticas do século XX”. A nova proposta se “assentava sobre o respeito absoluto da lei, sobre os valores do pluralismo, da tolerância e dos direitos humanos”. Ver em: ROMERO, Luis Alberto. *La democracia y la sombra del proceso*. In: QUIROGA, Hugo; TCACH, César. *Argentina 1976-2006: entre la sombra de*

Considero, aqui, três deles: a liberdade, a tolerância e a vigência dos direitos humanos. A liberdade, porque mesmo que a entidade tenha escrito petições, defendido consignas e feito críticas durante a ditadura militar, na democracia, exatamente devido ao respeito ao princípio de tolerância, essas ações não poderiam resultar em prisões, mortes, torturas ou proibições. O novo ambiente se tornava ou devia se tornar menos hostil aos divergentes, por isso a entidade empregava a democracia em seus discursos para fazer valer as atividades do grupo e denunciar as tentativas de fazer excludente esse ambiente, como se pode observar na fala da presidente: “As Mães da Praça de Maio temos alguns desacordos com o governo constitucional, governo ao qual respeitamos, mas não vamos calar quando discordamos, porque democracia se faz do dissenso”.²⁸⁸

Se a tolerância reconhece as diversidades de interesses entre os setores sociais, os princípios da soberania da lei e dos direitos humanos separam aqueles interesses do interesse geral. Como observa Luis Alberto Romero, esse interesse “se constrói a partir de opiniões que podem se integrar à medida que a discussão e a argumentação racional o iluminassem”.²⁸⁹ A democracia se realizava com o diálogo, com debate de ideias, de lutas entre propostas e não com a eliminação física do outro. Debater e argumentar eram ações intrínsecas a esse regime. Logo, as Mães passaram a explorar as oportunidades abertas, como as vigorosas *charlas* públicas, as jornadas, as conferências e as entrevistas, proibidas durante o regime militar, para divulgar suas ideias e para se informar.²⁹⁰

Escrever também foi uma necessidade fundamental, não só para poder levar as ideias para um público mais amplo, mas para demarcar um ponto de vista num mundo cercado de informações. Não bastava apenas ter um veículo de comunicação. Era importante apresentar a opinião como resultado de um processo, de um raciocínio fundamentado em conhecimento. Por isso, o boletim da entidade, de aparência mais

la dictadura y el futuro de la democracia. Rosário: Homo Sapiens, 2006. Disponível em <http://historiapolitica.comdatosbibliotecaromero3.pdf.pdf> Acesso em: 06/02/2012.

²⁸⁸ *Boletim Informativo Madres de Plaza de Mayo*, Buenos Aires, año II, n.16, abril 1984.

²⁸⁹ ROMERO, Luis Alberto. La democracia y la sombra del proceso. In: QUIROGA, Hugo; TCACH, César. *Argentina 1976-2006: entre la sombra de la dictadura y el futuro de la democracia*. Rosário: Homo Sapiens, 2006. Disponível em <http://historiapolitica.comdatosbibliotecaromero3.pdf.pdf> Acesso em: 06/02/2012.

²⁹⁰ Dentre esses eventos, pode-se citar a “Jornada sobre Direitos Humanos na Democracia”, organizada pelo CEDES, em março de 1984. O evento contou com a participação de representantes de partidos políticos, organismos defensores dos direitos humanos, parlamentares, membros da Conadep e cientistas sociais. Nora Morales de Cortiñas e María Adela Gard de Antokoletz, das Mães da Praça de Maio, foram algumas das participantes. Ver em: CAVAROZZI, Marcelo; PALERMO, Vicente; BRUNO, Angel. *Los derechos humanos en la democracia*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina. Coleção Biblioteca Política Argentina, n. 92, 1985.

simples, foi substituído, em dezembro de 1984, por um jornal, apresentando sessões mais delimitadas, mais fotografias e contando com artigos escritos por intelectuais e jornalistas. Hebe de Bonafini, presidente das Mães da Praça de Maio, comentou um dos motivos dessa mudança: “Queríamos ter o nosso pensamento na rua”.²⁹¹

Mudança que, sem dúvida, estava relacionada à publicação, em setembro daquele ano, do informe “Nunca Mais” pela Conadep. Como sugerem Daniel Lvovich e Jaquelina Bisquert, foi nessa etapa que as Mães começaram a desenvolver um discurso frontalmente opositor a essa comissão e ao governo²⁹², exatamente porque o que estava em jogo era fazer de seus interesses o “interesse geral”, torná-los as diretrizes de uma forma de fazer justiça.

Conadep e o Informe Final

A Conadep foi criada em 15 de dezembro de 1983 como parte da política de Estado, destinada a investigar os desaparecimentos, os sequestros e os assassinatos cometidos durante a ditadura militar. Receber denúncias e provas, averiguar o destino das pessoas desaparecidas e emitir um informe final foram algumas das funções destinadas a ela. Não lhe foi facultada a tarefa de julgar os responsáveis, competência que coube exclusivamente ao Poder Judiciário. A comissão, composta de dez membros, foi presidida pelo escritor Ernesto Sábato.²⁹³

A criação da Conadep gerou diversas reações dos movimentos de direitos humanos, revelando, mais uma vez, que a defesa desses direitos comportava uma heterogeneidade de propostas, de objetivos e de estratégias de ação. Houve entidades, como o Serviço de Paz e Justiça (SERPAJ), fundado por Adolfo Pérez Esquivel, que não aceitaram fazer parte da comissão, mas colaboraram com a mesma mediante entrega de documentação. A Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos (APDH) cumpriu as duas tarefas, algo previsto, dada a relação anterior do presidente Raúl Alfonsín com o organismo.

²⁹¹ ASOCIACION MADRES DE PLAZA DE MAYO. *História de las Madres de Plaza de Mayo*. Buenos Aires: La Página S.A, 1997, p. 33.

²⁹² BISQUERT, Jaquelina; LVOVICH, Daniel. *La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008, p.33

²⁹³ Adolfo Pérez Esquivel, ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 1980, rechaçou o convite por não concordar que os julgamentos fossem levados adiante pelos tribunais militares. Em relação aos membros da Conadep: Ricardo Colombres, René Favaloro, Hilário Fernández Long, Carlos Gattinoni, Gregorio Klimovsky, Marshall Meyer, Jaime de Nevaes, Eduardo Rabossi, Magdalena Ruiz Guíñazú e Ernesto Sábato. Ver em: ALFONSÍN, Raúl. *Memória política: transición a la democracia y derechos humanos*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004, p. 40.

Já as Mães da Praça de Maio não só criticaram a criação da Conadep, como também não lhe enviaram nenhum material. Isso porque o grupo defendia a formação da *Comisión Bicameral de Investigación*, proposta, até então, defendida em conjunto pelos movimentos de direitos humanos. De acordo com ela, os membros dessa comissão seriam eleitos pelo voto popular e o Congresso constituiria seu âmbito de atuação, sendo o responsável por investigar o conjunto dos atos que violaram os direitos humanos.

A entidade liderada por Hebe de Bonafini propunha uma dupla condenação: política e penal. Esta competia à justiça civil; e aquela, ao Congresso Nacional. A responsabilidade do órgão Legislativo no cumprimento dessa tarefa era legal e legítima, para as Mães, a partir do momento que o problema dos desaparecidos era um problema nacional, e, como tal, deveria ser tratado por um Poder considerado, por excelência, a representação do povo. Dessa argumentação da entidade sobre a Câmara, pode-se levantar duas hipóteses: ou ela passou a acreditar nas instituições e nos políticos, atitude diferente dos tempos da ditadura e do começo da transição democrática, ou era a maneira de evitar que uma função tão importante, como era a investigação, ficasse a cargo do Poder Executivo.

Diante dessa proposta de uma comissão parlamentar, o governo deu sua resposta específica: a criação da Conadep. E empregou critérios para sua implementação: membros escolhidos pelo presidente e foco nos casos de desaparecimentos. Para Ulises Gorini, a medida governamental “foi um atalho para escapar do reclamo de uma comissão investigadora”.²⁹⁴ Para Raúl Alfonsín, que se dedicou a tratar do tema em seu livro sobre a transição, ela foi a decisão mais acertada, pois caso a comissão parlamentar fosse criada, corria-se o risco de ela ser envolvida com manobras políticas, entrar em conflito com o Poder Judicial e fracassar no cumprimento de sua missão.²⁹⁵

Esses riscos realmente não estavam descartados devido às rivalidades partidárias entre justicialistas e radicais e à debilidade das instituições recém-egressas de uma ditadura que havia alterado suas funções e competências. Por outro lado, a Conadep, por fazer parte de uma política de Estado, de certo modo, teve suas atividades e posições orientadas pelas diretrizes governamentais. O prólogo do relatório final

²⁹⁴ GORINI, Ulises. *La otra lucha: historia de las Madres de Plaza de Mayo (1983-1986)*. Buenos Aires: 2008, p. 68.

²⁹⁵ ALFONSÍN, Raúl. *Memoria política: transición a la democracia y derechos humanos*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004, p. 39.

escrito por essa comissão, por exemplo, ratificou uma forma de interpretação do passado argentino sustentado pela teoria dos dois demônios. Esse, aliás, foi o outro ponto considerado grave pelas Mães, já que popularizava a imagem dos filhos como terroristas, cuja violência fez acionar o terror estatal.

Devido a essas divergências, as Mães da Praça de Maio não participaram do ato de entrega do Informe ao presidente. A atitude do grupo foi comentada pelo escritor Osvaldo Bayer²⁹⁶ que, por meio de um artigo do jornal *El periodista*, apresentou as razões do comportamento daquelas mulheres.

Três meses depois desse artigo, Osvaldo Bayer se tornava um dos colunistas, ao lado do escritor uruguaio Eduardo Galeano e do advogado Eduardo Luis Duhalde²⁹⁷, do novo veículo de comunicação do movimento de mães.²⁹⁸

No novo jornal da entidade, a referência à democracia continuou a ser um importante recurso, servindo para legitimar o reclamo de justiça. Porém, diferente da primeira fase, ela servia também para denunciar as contradições da democracia posta em prática pelo governo, condenar a imposição de uma leitura sobre a violência dos anos 1970 e, principalmente, recusar uma democracia fundada numa justiça que não sancionava todos os responsáveis.

Na primeira edição do jornal, Osvaldo Bayer escreveu um artigo intitulado “Democracia não é oportunismo”, no qual criticou a figura do político “realista”, definindo-o como oportunista por se aliar aos “grandes poderosos” em detrimento do povo. Contra essa figura, cabia aos argentinos denunciar, protestar e exigir a democracia como faziam as Mães da Praça de Maio, “pois exigir castigo aos culpados era exigir a verdadeira democracia”.²⁹⁹ Com seu texto, Bayer denunciava de forma implícita a postura de Raúl Alfonsín e sua política do “possível”, que segundo o colunista, caracterizava-se pela aliança do presidente com as Forças Armadas. Essa aliança revelava que não havia tido uma real ruptura entre democracia e ditadura e que, por isso, a democracia praticada pelo governo era falsa.

²⁹⁶ Escritor. Autor do livro *La Patagonia Rebelde*. Entre 1975 e 1983 viveu na Alemanha, sob a condição de exilado.

²⁹⁷ Um dos integrantes da Comissão Argentina de Direitos Humanos (CADH), órgão criado em 1976, com o objetivo de receber denúncias sobre violações de direitos humanos praticados na Argentina e fazê-las públicas internacionalmente, através das delegações no exterior.

²⁹⁸ Além de contar com colunistas e com colaboradores, o jornal estampava um novo logotipo que simbolizava a reivindicação da entidade. No logotipo, aparecem os lenços das Mães da Praça de Maio, rodeando um quepe, colocado sobre um banquinho. O quepe simboliza os militares e o banquinho, o banco dos réus.

²⁹⁹ BAYER, Osvaldo. Democracia no es oportunismo. *Madres de Plaza de Mayo*. Buenos Aires, año I, n. 1, dic. 1984, p. 7

A estratégia de levantar os pontos fracos dessa democracia marcou as edições do jornal *Madres de Plaza de Mayo*. Em duas edições, foi questionada a situação dos presos políticos, acusados por leis ditadas durante a ditadura. O fato era apontado como prova da “continuidade jurídica entre a ordem ditatorial e a ordem democrática”.³⁰⁰

No editorial da primeira edição, o alvo foi a relação entre o Poder Executivo e o Legislativo, tida responsável pela inviabilidade da comissão parlamentar de investigação. A concentração de funções do Poder Executivo dificultava a participação dos cidadãos às decisões políticas, sobretudo aquelas referentes à pasta de direitos humanos:

As promessas democráticas formuladas pelo governo se contradizem com os projetos que o Poder Executivo manda ao Congresso Nacional, projetos que o Poder Legislativo converte em leis, sem escutar o reclamo popular e praticamente sem debate, deixando à vista acordos políticos que obstaculizam e postergam o verdadeiro exercício democrático.³⁰¹

A preocupação em refutar a imagem de opositoras do regime constitucional mantinha-se como prioridade. Por meio de cartas, entrevistas, discursos editoriais, buscavam esclarecer o posicionamento crítico como mostra do comprometimento das Mães para com a democracia. Em um discurso de Hebe de Bonafini, a líder declarou que por mais que houvesse discussões com governo, nunca os militares deveriam voltar a tomar o poder. A afirmação indicava um tipo de política na qual a oposição se aliava às Forças Armadas para intervir em um governo constitucional. Mesmo que a declaração tenha se referido à ditadura recente e não necessariamente a outros episódios semelhantes, nota-se o interesse de distinguir críticas ao governo de tentativas de golpes contra o mesmo.

Entre abril e dezembro de 1985, período do julgamento oral das Juntas Militares, a teoria dos dois demônios foi um dos assuntos tratados pelo jornal. A causa da atenção a esse tema estava relacionada a um julgamento que utilizava, como material essencial para a acusação, o Informe Final e a documentação levantada pela Conadep. Segundo as

³⁰⁰ DUHALDE, Eduardo Luis. Los presos políticos y la madre de borrego. *Madres de Plaza de Mayo*. Buenos Aires, año I, n. 11, octubre 1985, p. 5.

³⁰¹ *Madres de Plaza de Mayo*. Buenos Aires, año I, n. 1, dic. 1984.

Mães, esse material apresentava falhas, porque não continha a lista de nomes dos responsáveis pelas violações e tampouco os relatórios dos órgãos militares, sistematicamente negados pelas autoridades à comissão, que pudessem lançar luz a pontos ainda obscuros da lógica repressiva. Além disso, a documentação se sustentava na teoria dos dois demônios que considerava a ação dos grupos insurgentes a mola propulsora do terrorismo de Estado.

A repulsa dessas mulheres à teoria dos dois demônios estava na mudança, ou melhor, no retorno de uma representação do passado. Se na ditadura, seus filhos foram classificados de terroristas e de subversivos, no começo da transição democrática, marcada pelo desprestígio militar e pela ascensão dos movimentos de direitos humanos, os jovens passaram a ser vistos como vítimas inocentes de um Estado terrorista, imagem que foi sendo abalada pela teoria dos dois demônios que reforçava a representação construída ao longo da ditadura.³⁰²

Para as Mães, o governo buscava impor uma interpretação, convertê-la em realidade e em prova do compromisso democrático daqueles que a acolhiam. Essa foi a conclusão que expuseram numa carta dirigida a Raúl Alfonsín, respondendo a uma declaração do chefe de Estado que lançava dúvidas sobre a adesão das mesmas à democracia. Realizando um histórico de suas ações e definindo-as como uma luta em defesa dos direitos humanos, o grupo apontava ser essa a sua obrigação para com a democracia e não o acatamento de uma teoria que se convertia em tese oficial: “Não aceitamos nem aceitaremos essa teoria como prova de nossa fé democrática”.³⁰³

A fim de recusar a teoria dos demônios, as Mães da Praça de Maio tomaram novamente como referência a democracia, expondo que era a homogeneização de pontos de vista um tipo de ameaça à democracia.

A respeito da teoria dos dois demônios, Marco Novaro³⁰⁴ sugere que essa desempenhou duas funções: fixar os limites e as práticas condizentes à democracia e explicar o sucedido, as razões da violência política. A primeira dessas tinha como

³⁰² Nesse jogo de representações, as Mães também realizaram mudanças na maneira de definir os jovens. Como observa Ulises Gorini, até a etapa posterior da derrota das Malvinas, o grupo identificava os filhos somente como dissidentes políticos. Avançada a transição e ante a emergência de leituras sobre a violência política, o movimento começou a declarar por que esses jovens haviam lutado. Explicação essa dotada de uma perspectiva genérica e utópica, como ter lutado “pela dignidade”, “justiça” e “liberdade”. Ver em: GORINI, Ulises. *La rebelión de las madres: historia de las Madres de Plaza de Mayo (1976-1983)*. Buenos Aires: 2006, p. 622.

³⁰³ *Carta abierta al Dr. Raúl Alfonsín*. Buenos Aires, 24/09/1985.

³⁰⁴ NOVARO, Marcos. *Derechos humanos y política democrática: las tareas de la historia y de la Justicia entre populismo y liberalismo*. Disponível em: <<http://www.historiapolitica.com>>. Acesso em: 12/10/2011.

objetivo transformar a democracia em um valor e os direitos como um princípio da coletividade. A segunda visava culpar a guerrilha e o Estado, liberando o resto da sociedade da acusação de ter colaborado com alguns deles. Para vitimizar essa sociedade, a teoria teria cometido o erro de equiparar duas forças que não contavam com os mesmos instrumentos e as mesmas condições de ataque.

Negando a tentativa de equiparação feita pela teoria, Hugo Vezzetti³⁰⁵ reitera o sentido dela de ter liberado a sociedade de qualquer tipo de responsabilidade e de ter buscado fundar um novo cenário sem violência, pós-1983.

Sua difusão no “Nunca mais”, o Informe Final da Conadep, consolidava o anúncio do fim de um momento histórico a ser alcançado com o Julgamento às Juntas Militares.

4.2.2- O processo de redemocratização

Cumprido o prazo de atuação do Tribunal Militar para julgar a causa contra os ex-comandantes, essa ação passou, conforme previa a reforma do Código da Justiça Militar, à esfera civil.

O julgamento começou sob um clima carregado de incertezas, de rumores de levantamentos militares e de ameaças a bombas. Depois de quase oito meses de ajuizamento oral e público, a sentença foi pronunciada. Os ex-comandantes Jorge Rafael Videla, Emilio Masera, Orlando Agosti, Roberto Viola e Armando Lambruschini foram considerados culpados. Responsáveis pelo plano criminal, foram condenados a penas que iam dos oito anos de prisão à prisão perpétua, no dia 09 de dezembro de 1985, um dia antes do Dia Universal de Direitos Humanos.

O julgamento das três primeiras Juntas Militares correspondeu ao objetivo de levar à condenação os principais responsáveis, de torná-lo um castigo exemplar às Forças Armadas e um alerta aos outros grupos sobre as sanções que cairiam sobre eles caso realizassem atos similares no futuro. Para o governo, o julgamento representou um marco fundamental entre o passado e o futuro, o ponto final de um período marcado por sequestros, torturas, assassinatos e desaparecimentos por motivação ideológica.

³⁰⁵ VEZZETTI, Hugo. *Sobre la violencia revolucionaria: memorias y olvidos*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

Mas para as Mães, esse julgamento tinha que ser o primeiro de uma série de outros que levassem todos os responsáveis à condenação, independente do grau de responsabilidade³⁰⁶. Além disso, as graves falhas cometidas tinham que ser corrigidas através da criação da comissão parlamentar de investigação e da realização dos julgamentos nos tribunais civis sem a necessidade da passagem prévia aos tribunais militares.

Foram essas as exigências que a entidade continuava a levantar, foram essas as condições para se fazer justiça, de acordo com a entidade. Por isso, os pilares da democracia pretendida não estavam ainda fincados. A democracia que se apresentava não era a imaginada pelo grupo, mas a pensada pelo governo. Uma democracia que, segundo elas, era a da política do possível, das alianças com as Forças Armadas, “com os assassinos”. A democracia sobre a qual foram elaborados a política de direitos humanos, a Conadep, o Informe Final e o julgamento às Juntas Militares. A democracia que não pôde implantar uma ruptura drástica em relação à ditadura nos planos normativos e na estrutura do Estado.

Defender os direitos humanos foi o sentido da luta realizada pelo Movimento Feminino pela Anistia e pelas Mães da Praça de Maio. Ele se expressou através do reclamo por anistia, proferido pelo grupo de mulheres brasileiras, e por justiça e verdade, coroado pelo grupo de mães argentinas.

Pensar a democracia foi um dos desdobramentos dessa luta. A tarefa se iniciou quando intelectuais, estudantes, ex-militantes e políticos levantaram a bandeira da democracia contra a ditadura e o autoritarismo e apresentaram como seus princípios fundamentais: as liberdades, a participação e a vigência dos direitos humanos. Relacionando esses princípios democráticos aos objetivos das entidades femininas, essas transformaram as suas exigências em condições imprescindíveis para a conquista da democracia. A anistia se tornou o primeiro passo para o processo de redemocratização no Brasil; e a justiça e a verdade, os eixos fundadores da democracia na Argentina.

³⁰⁶ Com a reforma do Código de Justiça Militar, o critério de responsabilidade ficava a cargo dos juízes, ou seja, cabia a eles enquadrar o acusado em uma das posições do esquema “dos três níveis”: quem ordenou, quem cumpriu as ordens e quem excedeu.

A articulação entre democracia e direitos humanos se concretizou de acordo com a dinâmica política, com a mobilização da sociedade, com a maneira pela qual a questão democrática foi delineada pelos intelectuais, com as propostas que levariam à democracia e, claro, com a interpretação dos grupos de mulheres sobre alguns desses elementos. Nesse contexto, o Movimento Feminino pela Anistia destacou as liberdades e a cidadania os pontos comuns da democracia e da luta pela anistia. As Mães da Praça de Maio indicaram o direito à vida como o elo entre suas demandas e a democracia.

Os significados de democracia elaborados pelo Movimento Feminino pela Anistia e pelas Mães da Praça de Maio foram importantes para que pudessem ratificar os seus posicionamentos em relação à anistia. Para o Movimento, a defesa da anistia passou a ser justificada como uma condição essencial para a democracia, por possibilitar o restabelecimento dos direitos dos cassados, banidos, exilados e presos políticos para que pudessem participar da vida política. Para as Mães, a anistia promovia a impunidade e impedia o regime democrático, porque criava a ameaça de surgimento de novos crimes de natureza semelhante.

Considerações Finais

Autoritarismo e intensas violações aos direitos humanos. Esse foi o retrato dos países do Cone Sul, dominados pelos regimes militares e pela lógica da segurança nacional, implantados a partir da década de 1960. Nesses países, onde a sociabilidade foi devastada sob os efeitos da prática do terror e do medo, a democracia passou a ser vista como o regime que melhor garantia as liberdades básicas.

Nos discursos das Ciências Sociais, a democracia foi valorizada e defendida como forma de luta contra a ditadura. Sua definição se assentava no direito à participação, na legitimação do conflito e no respeito à dignidade física e moral da pessoa. Embora conjugassem princípios comuns, emergiram diferentes propostas de democracia. Essas propostas, claro, derivavam de reflexões sobre os acontecimentos em curso, sobre os legados da ditadura e sobre a forma como se apresentava a tradição autoritária nesses países. No Brasil, o destaque coube ao direito à participação política, compreendida como meio para a garantia e ampliação dos direitos sociais. Na Argentina, o combate à violência política decorria da necessidade de respeito às leis e de responsabilização daqueles que as descumpriam.

Ao lado da luta pela democracia se solidificou a luta pelos direitos humanos. As práticas e os valores democráticos orientados pela vigência da tolerância e das liberdades se constituíram em elos fundamentais entre as duas bandeiras. Ao tratarem da democracia, o Movimento Feminino pela Anistia e as Mães da Praça de Maio articularam os princípios democráticos às reivindicações defendidas por ambos os grupos durante a ditadura militar.

Sem dúvida, o significado de democracia construído por essas entidades foi fruto de um conjunto de fatores. Dentre eles, está o modo como selecionaram e se apropriaram das formações intelectuais de seu tempo sobre a democracia. Se, no Brasil, a problemática de uma política elitista, alheia à participação popular foi apontada pelos acadêmicos como o grande desafio da democracia no País, o Movimento Feminino pela Anistia passou a enfatizar a importância da anistia para a liberdade e o restabelecimento de direitos, inclusive de participação, daqueles que os encontravam cerceados. Se, na Argentina, a edificação da democracia se sustentava na recusa à violência política e na punição aos que a praticavam, as Mães da Praça de Maio ratificaram a necessidade de promover a justiça e o castigo dos responsáveis pelos crimes cometidos durante a ditadura.

Essas duas formas de articulação entre direitos humanos e democracia, estabelecidas pelo Movimento Feminino pela Anistia e pelas Mães da Praça de Maio, fizeram parte e contribuíram para um processo, em que estava em jogo o modo pelo qual se fundava a ruptura entre a ditadura e o regime democrático e a construção da democracia no Brasil e na Argentina.

Bibliografia e Fontes

Fontes

Brasil

1-Boletim da entidade Movimento Feminino pela Anistia:

Maria Quitéria. São Paulo, n.1, 1977.

_____.São Paulo, n.2, 1977.

_____. São Paulo, n.3, 1978

_____. São Paulo, n.4, 1979.

2- Cadernos

Constituinte: Como? Por quê? Para que serve? São Paulo, Ática, agosto, 1977.

3-Jornais/Revistas

Movimento. São Paulo, 1977-1979 (11 exemplares).

Opinião. Rio de Janeiro, 1977.

VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*.Curitiba, v.19, n.0, p. 341-349, 1979.

3-Livros

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. Transición política en América Latina. In: CONSEJO LATINO AMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES. *Los limites de la democracia*. Buenos Aires, vol.2, 1985, pp. 129-142.

COUTINHO, Carlos Nélon. *A democracia como valor universal*. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1980.

GRAEFF, Eduardo P. (org.). *Perspectivas: FHC, ideias e atuação política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, Coleção Estudos Brasileiros, v. 70, p. 138.

LAMOUNIER, Bolívar; WEFFORT, Francisco; BENEVIDES, Maria Victoria (orgs). *Direito, cidadania e participação*. São Paulo:T.A.Queiroz, 1981

ZERBINE, Therezinha Godoy. *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1979.

Argentina

1-Jornais da entidade Mães da Praça de Maio:

Madres de Plaza de Mayo: Boletín oficial del Movimiento. Buenos Aires, Año III, nº 10, mayo 1982.

Madres de Plaza de Mayo: Boletín Informativo. Buenos Aires, Año II, nº 16, abril, 1984.

_____. Buenos Aires, Año II, nº 17, mayo, 1984.

_____. Buenos Aires, Año II, nº19, julio, 1984.

Madres de Plaza de Mayo. Buenos Aires, Año I, nº1, diciembre, 1984.

_____. Buenos Aires, Año I, febrero-diciembre, números 3-13, 1985.

2- Cartas e folhetos da entidade Mães da Praça de Maio:

El General Galtieri y “siete días”. Buenos Aires, 21 de agosto de 1981.

Amnistía: es dar la impunidad a la represión. Buenos Aires, julio, 1983.

No habrá democracia sin respecto a los derechos humanos. Buenos Aires, 1984?

Las Madres de Plaza de Mayo, la democracia y la justicia. Buenos Aires, 1984.

Carta abierta al país. Buenos Aires, 1º de marzo, 1984.

Carta de Madres al Presidente Raúl Alfonsín . Buenos Aires, 06 de agosto, 1984.

Carta de Madres a Pablo Giussani. Buenos Aires, 11 de mayo de 1985.

Carta abierta al Dr. Raúl Alfonsín. Buenos Aires, 24 de septiembre, 1985.

3- Folhetos e documentos da Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH):

Declaración de la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos. Buenos Aires, 14 de julio de 1983.

Conferencia de Dr. Raúl Alfonsín. In: *3ª Jornada del Seminario La Juventud, los derechos humanos y el futuro nacional.* Buenos Aires, 1980, pp.7-12.

Asamblea Nacional hacia la democracia. Buenos Aires, 17 de septiembre de 1983.

Encuentro para la defensa, afirmación y profundización de la democracia. Buenos Aires, 03 de noviembre de 1984.

4-Livros

ALFONSÍN, Raúl. Hablemos claro. In: *La cuestión argentina*. Buenos Aires: Editorial Proposta Argentina, 1981, p. 7-20.

CAVAROZZI, Marcelo; PALERMO, Vicente; BRUNO, Angel. *Los derechos humanos en la democracia*. Buenos Aires: Biblioteca Política Argentina, nº92, 1985.

O'DONNELL, Guillermo. *Notas para el estudio de procesos de democratización política a partir del Estado burocrático-autoritario*. In: CONSEJO LATINO AMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES. *Los límites de la democracia*. Buenos Aires, vol.2, 1985, pp. 171-187.

OSZLAK, Oscar (org). *“Proceso”, crisis y transición democrática/1*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina. Biblioteca Política Argentina, ediciones especiales, 1987;

_____. *“Proceso”, crisis y transición democrática/2*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina. Biblioteca Política Argentina, v.59, 1984.

VIÑAS, David; MORENO, César Fernández. *Revista Tiempos Modernos: Argentina entre populismo y militarismo*. Número 420-421, julio-agosto, 1981. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 1ªed, 2011.

Bibliografia

ALFONSÍN, Raúl. *Memoria política: transición democrática y derechos humanos*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964 - 1984)*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

ANSALDI, Waldo. *La Democracia en América Latina: um barco a la deriva*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2007.

ASOCIACIÓN MADRES DE PLAZA DE MAYO. *Historia de las Madres de Plaza de Mayo*. Documentos Página/12. Buenos Aires: La Página, 1995.

BARBOSA, Mariana de Oliveira Lopes. *A comunicação popular, o debate e o processo constituinte no Brasil (1977-1985)*. 2012.199f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

BRANCO, Marcelo Simão. *Democracia na América Latina: os desafios da construção (1983-2000)*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2007.

BEIRED, José Luis B. *Tocqueville, Sarmiento e Alberdi. Três visões da democracia nas Américas. Franca. História, vol. 22, 2003*.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre, STRINELLI, Jean François (org). *Par uma história cultural*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BISQUERT, Jaquelina; LVOVICH, Daniel. *La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008.

BOBBIO, Norberto. Democracia. In: *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995, p. 319-329.

CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013.

CAMOU, Antonio; TORTI, María Cristina; VIGUERA, Aníbal. *La Argentina democrática: los años y los libros*. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion. O método comparativo na História. In: *Métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da História Demográfica, Econômica e Social*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990, p. 409-418.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

CARBONI, Maria Cecília Conte. *Maria Quitéria: o Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa 1975-1979*. 2008. 98f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CARRIJO, Maicon Vinícius da Silva. *Cientistas sociais e Historiadores no mercado editorial do Brasil: a Coleção Estudos Brasileiros da Editora Paz e Terra (1974-1987)*. 2013. 286f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo.

CAVAROZZI, Marcelo. El predominio militar y la profundización del autoritarismo. In: *Autoritarismo y democracia (1955-2006)*. 1.ed. Buenos Aires: Ariel, 2006, p.37-65.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

COLLING, Ana Maria. *A Resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é participação política*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DEL PORTO, Fabiola Brigante. *A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania*. 2002. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DOIMO, Ana Maria. *A voz e a vez do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ANPOCS, 1995.

FALCON, Francisco. História e representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, J. *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

FERREIRA, Jorge, DELGADO Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins o século XX*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (O Brasil Republicano, v.4)

FRANCO, Marina. *Un enemigo para la nación: orden interno, violencia y subversión, 1973-1976*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J.A. de Granville (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.

GARULLI, Liliana. *Los desafíos de la transición democrática (1983-1989)*. Buenos Aires: Edeuba, 2011.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda Baptista, GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p.21-45.

GORINI, Ulises. *La rebelión de las madres: Historia de las Madres de Plaza de Mayo – Tomo I (1976-1983)*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006.

_____. *La outra lucha: Historia de las Madres de Plaza de Mayo – Tomo II (1983-1986)*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2008.

GRECO, Heloísa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. 2003. 559f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 1996.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS. *Direitos Humanos: um debate necessário*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

KUCINSKI, Bernardo. *O Fim da Ditadura Militar*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003.

LECHNER, Norbert. De la revolución a la democracia. Revista *Leviatán*, Madrid, nº21, out.1985.

LANNA, Anna Flávia Arruda. *Movimento Feminino pela Anistia: A esperança do retorno à democracia*. 1996. 310f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LAUDANO, Claudia Nora. *Las mujeres en los discursos militares (1976-1983)*. Buenos Aires: Red de Editoriales de Universidades Nacionales, 1998.

LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. São Paulo: Brasiliense, 2ªed, 1987.

MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova República*. São Paulo: Xamã, 2004.

MAUÉS, Flamarion, ABRAMO, ZILAH Wendel. *Pela democracia contra o arbítrio: a oposição democrática do golpe de 1964 à Campanha as Diretas Já*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARTINS FILHO, João Roberto. *1968 faz 30 anos*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1998.

_____. *Golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos/SP: EUFSCAR, 2006.

MELLUCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências: um estudo do caso brasileiro*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; FAPESP, 2006.

MIGNONE, Emílio Fermín. *Estrategia represiva de la dictadura militar: La doctrina del “paralelismo global”*, 1. ed. Buenos Aires: Colihue, 2006.

MOISÉS, José Álvaro. Mudanças e continuidades na cultura política dos brasileiros. In: *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995, p. 105-156.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.) *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

_____. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. REIS FILHO, Daniel & RIDENTI Marcelo. *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E LIBERDADES DEMOCRÁTICAS. *Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas: origens e lutas. Exposição dos quinze anos de atividades (1975-1990)*. Rio de Janeiro, 1991.

NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro: 1964-1985*. São Paulo: Atual, 1998.

_____. 28 de agosto de 1979: Anistia. In: BITTENCOURT, Circe (org). *Dicionário de datas da História do Brasil*. São Paulo, 2007, pp.201-204.

_____. 1964: *História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NOVARO, Marcos, PALERMO. Vicente. *A ditadura militar argentina 1976-1983: do golpe de estado à restauração democrática*. Tradução de Alexandra de Mello e Silva. São Paulo: Edusp, 2007.

NOVARO, Marcos. Derechos humanos y política democrática: las tareas de la historia y de la Justicia entre populismo y liberalismo. In: EIROA, Pablo; OTERO, Juan (comps). *Memoria y Derecho Penal*. Buenos Aires: Fabian di Placido Editor, 2008. Disponível em <<http://www.historiapolitica.com>> Acesso em 12/10/2011.

O'DONNELL, Guillermo. *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. *El Estado burocrático autoritário*. Buenos Aires: Belgrano, 1982.

_____. *Transições desde um governo autoritário*. Buenos Aires: Paidós, 1986

_____. *Contrapontos: autoritarismo e democratização*. São Paulo: Vértice, 1986

OLLIER, María Matilde. *De la revolución a la democracia: cambios privados, públicos y políticos de la izquierda argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

PALERMO, Vicente; DELGADO, Daniel Garcia. El movimiento de derechos humanos en la transición a la democracia. In: *Perspectivas de América Latina sobre Movimientos Sociales en América Latina*, San José, Costa Rica: FLACSO, 1983.

PALTI, Elías José (org.) La cultura política latino-americana como problema. In: *Mitos y realidad de la "cultura política latino-americana"*. Buenos Aires: Promoteo, 2010, pp.11-97.

PASCUAL, Alejandra Leonor. *Terrorismo de Estado: A Argentina de 1973 a 1983*. Brasília: Unb, 2004.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.

PRADO, Maria Ligia Coelho; SOARES, Gabriela Pellegrino; COLOMBO, Sylvia. *Reflexões sobre a democracia na América Latina*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

PUCCIARELLI, Alfredo R. Declinación política y degradación institucional de la joven democracia. La cuestión militar durante la primera etapa de la presidencia de Raúl Alfonsín. In: ANSALDI, Waldo. *La Democracia en América Latina: um barco a la deriva*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2007, p.239-287.

QUIROGA, Hugo. *El tiempo del "Proceso": conflictos y coincidencias entre políticos y militares (1976-1983)*. Rosario, Santa Fe: Fundación Ross [199-?].

REATO, Ceferino. *Disposición final: la confesión de Videla sobre los desaparecidos*. 2.ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2012.

REMOND, René. Do político. In: *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 441-450.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ROMERO, Luis Alberto. *Sociedad democrática y política democrática en la Argentina del siglo XX*. Bernal/ Pcia. de Buenos Aires: Universidad Nacional del Quilmes, 2004.

_____. *Breve historia contemporanea de la Argentina*. 2ªed. Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

ROUQUIÉ, Alan; LAMOUNIER, Bolivar; SCHVARZER (orgs.). *Como renascem as democracias*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SÁBATO, Ernesto (org.). *Nunca Más: informe de la Comisión Nacional sobre la desaparición de personas*. Buenos Aires: Lpm, 1984.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

_____. *A paixão e a exceção: Borges, Eva Perón, Montoneros*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

SILVA, Haíke R. Kleber(org.). *A Luta pela anistia*. São Paulo: UNESP/Imprensa Oficial/Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2009.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.232-268.

SKINNER, Quentin. *Meaning and understanding in the history of ideas*. History and Theory, vol. 8, n. 1, 1969.

SOARES, Gabriela Pellegrino. *História das Ideias e mediações culturais: breves apontamentos*. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. São Paulo: Humanitas, vol.2, p.87-98, 2011.

SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

TABAK, Fanny. *Autoritarismo e participação política da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TELLES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TERÁN, Oscar. Violencia política, terrorismo estatal y cultura (1970-1980). In: *Historia de las ideas en la Argentina: diez lecciones iniciales (1810-1980)*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.

TORRE, Juan Carlos. *Los años peronistas (1943-1955)*. Coleção Nova História Argentina, Tomo 8. Buenos Aires: Sudamericana, 2002.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 16.ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1988

VEZZETTI, Hugo. *Sobre la violencia revolucionaria: memorias y olvidos*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

.

WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

WEYMANS, Wim. Understanding the present through the past? Quentin Skinner and Pierre Rosanvallon on the crisis of political representation. *Redescription*, 2007

Artigos (revistas e sites)

BEKERMAN, Fabiana. El campo científico argentino en los años de plomo: desplazamientos y reorientación de recursos. *Cuadernos Del CISH*. La Plata: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata, n.26, p.151-166, 2009.

CALDERÓN, Fernando; JELÍN, Elizabeth. *Classes sociais e movimentos sociais na América Latina: perspectivas e realidades*. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_05/rbcs05_04.htm. Acesso em: 02/05/2013.

CANCLINI, Néstor García. Cultura e política na Argentina: a reconstrução da democracia. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.14, p. 52-61, fev.1986.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.17,1996. Disponível em:<<http://www.cpdoc.fgv.br/revista>>.Acesso em 15/05/2012.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n. 25, nov. 2005. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-4478200500200008>>. Acesso em:17/03/2012.

D’ALESSANDRO, Martín. Los movimientos sociales en la transición democrática: el caso de las Madres de Plaza de Mayo: sentimiento y discurso. *Revista América Latina Hoy*. Salamanca, n.20, p.41-45, dic. 1998.

D’ASSUNÇÃO, José de Barros. História das Ideias: em torno de um domínio historiográfico. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 13, n.1, p. 199-209, 2007.

DELICH, Francisco. *Crítica y Utopia Latinoamericana de Ciencias Sociales*. Buenos Aires, set.1979-abril 1980, n.1,2.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Arqueologia do conceito de cultura política. *Varia História*. Belo Horizonte, n. 28, p. 13-29, dez.2002.

ESCHER, Federico. *La Asociación Madres de Plaza de Mayo durante la transición democrática em la Argentina, controversias en torno a la Conadep*. Disponível em: <http://webiigg.sociales.uba.ar/iigg/jovenes_investigadores/5jornadasjovenes/EJE5/Politica>. Acesso em: 27/02/2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, p.265-271, 1992/10,

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 20, n.5, p. 27-38, fev. 2005.

JELIN, Elizabeth; AZCARATE, Pablo. Memoria y política: movimiento de derechos humanos y construcción democrática. *Revista América Latina Hoy*. Salamanca/Espanha, n.20, p.29-38, dic.1998.

KINZO, Maria D’Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em perspectiva*. São Paulo, v.5, n.4, out-dez. 2001.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.5, n. 10, p.134-146, 1992.

LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL*, v.8, n.14/15, p. 57-92, 2001.

LESGART, Cecilia. Pasado y presente de la Ciencia Política producida en Argentina: apuntes para un debate de su porvenir. *Temas y Debates*. Rosário, n.14, p. 119-157, dic. 2007.

LOPES, Marcos Antônio. A história do pensamento político: dos grands doctrinnaires à história social das ideias. *Tempo Social*. São Paulo, 14(2), p.113-127,out.2002.

NAPOLITANO, Marcos. MPB: a trilha sonora da abertura política. *Estudos Avançados*. São Paulo, v.24, n. 69. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n69/v24n69a24.pdf>. >. Acesso em 12/01/2012.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 52, dez. 2006. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882006000200011> >. Acesso em 25/02/2013

PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. *Revista de História da USP*. São Paulo, n.153, p. 11-34, 2005.

RENNÓ, Lúcio. Teoria da Cultura Política: vícios e virtudes. *Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, nº 45, p. 71-93, 1º sem. 1998.

ROMERO, Luis Alberto. La memoria del processo argentino y los problemas de la democracia: la memoria, el historiador y el ciudadano. Disponível em: <<http://www.historiapolitica.com>> Acesso em 07/09/2011.

SEBASTIÁN, Javier Fernandez. Intellectual History and Democracy: an interview with Pierre Rosanvallon. *Journal of the History of ideas*. Philadelphia, USA, v. 68, n.4, 2007.

VÁZQUEZ, Inés. *Argentina: viaje al interior del pañuelo blanco*. Nota escrita para a Revista *Las Locas*, publicada pela editora Associação Madres de Plaza de Mayo, 2002. Disponível em: <http://www.rebelion.org/hemeroteca/sociales/vazquez070402.htm>. Acesso em: 12/03/2013.